

CHANTAGEM

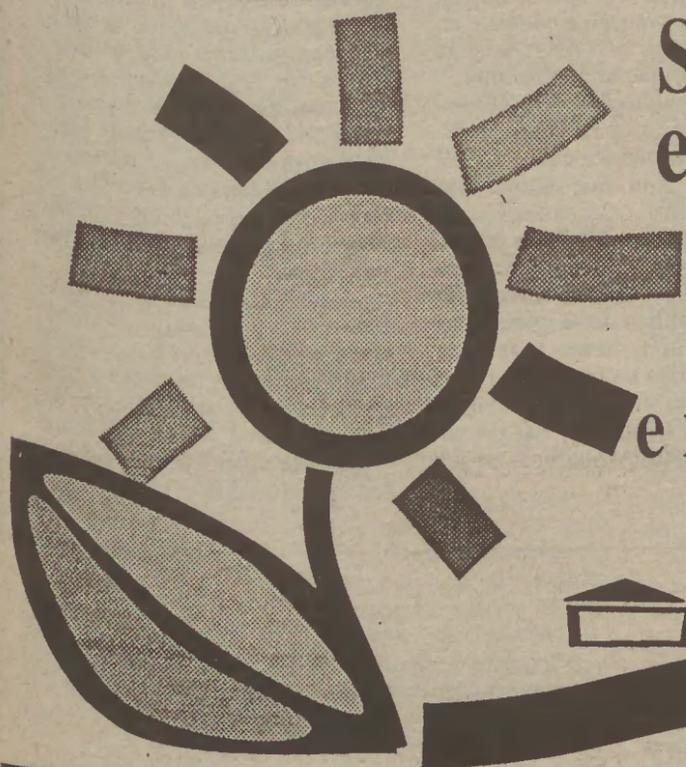
Governo tenta pressionar sindicatos para aceitarem baixos salários para todos a troco de menos impostos para alguns

• Nota do Gabinete de Imprensa do PCP • Pág. 32 – Editorial • Pág. 2

Amanhã jornada de luta da Função Pública

• Pág. 9

Com a presença de Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal



Sessões e encontros na Amadora Aveiro, Sintra e nos distritos de Évora e Portalegre

«Pela sua própria natureza o associativismo popular é expressão e exercício da liberdade e exemplo de vida democrática»

– Álvaro Cunhal em Alverca – Pág. 21

Intensa actividade do Grupo Parlamentar do PCP

• Entrevista com Octávio Teixeira
Pág. 11



Últimas notas sobre uma efeméride

– artigo de Vítor Dias

Pág. 20

RÚSSIA

dossier

Artigos de Albano Nunes e Carlos Aboim Inglês

• As forças políticas na Rússia
• A imprensa nacional e estrangeira

Págs. 16, 17, 18 e 19



A luta dos trabalhadores será a melhor resposta à chantagem de Cavaco Silva

RESUMO

6 Quarta-feira

Na sequência do embargo decretado pela ONU contra a Unita, esta organização armada anuncia publicamente tornar a reconhecer os resultados das eleições em Angola e os acordos de Bicesse ■ Nelson Mandela encontra-se em Lisboa com membros da Internacional Socialista ■ Boris Ieltsin vai à televisão russa proferir ameaças contra os comunistas e "garantir" que mantém a data das eleições ■ A Procuradoria Geral da República pede ao Tribunal Constitucional a extinção do grupo fascista "MAN", durante as alegações finais do julgamento, cuja sentença será lida apenas em 18 de Janeiro.

7 Quinta-feira

Em reunião do Conselho de Ministros, o Governo prepara Orçamento Suplementar, eliminando benefícios fiscais e onerando impostos, a fim de cobrir o buraco orçamental do ano corrente ■ A Sedes, associação em que os "social-democratas" são maioritários, apresenta documento crítico sobre a situação política actual, acusando a "classe dirigente" de "visão limitada" e de ter conduzido o país a uma "crise profunda" ■ Termina em Lisboa a reunião da Internacional Socialista, com a condenação da Unita e do regime de Mobutu, e a solidariedade para Timor, o ANC, Israel e a OLP ■ Reúne em Viena, Áustria, o Conselho da Europa, com a participação de 32 chefes de Estado e de Governo, fazendo-se notar a ausência de Boris Ieltsin ■ Em Moscovo são organizadas cerimónias fúnebres oficiais para sete soldados mortos nos confrontos de domingo. Os outros mortos não têm direito a pompas ■ Bill Clinton decide enviar mais tropas para a Somália, por "mais seis meses", enquanto cresce nos EUA a oposição ao envolvimento americano naquele país africano.

8 Sexta-feira

Enquanto vêm a público as dissenções internas no PSD e no Governo, Cavaco Silva reafirma, em Viena de Áustria, a sua intenção de não remodelar o Executivo ■ O fascista francês Le Pen anuncia que visitará de novo a ilha da Madeira. João Jardim afirma não ter poderes para impedir na Região a reunião da extrema-direita europeia ■ Em Moscovo, Ieltsin tenta consolidar o seu poder após o massacre dos defensores do Parlamento. Após a instituição do estado de emergência, da censura, das prisões, da suspensão de partidos, é a vez do Tribunal Constitucional "aceitar" a suspensão de funções ■ O Secretário da Defesa dos EUA admite negociar com o general Aidid numa conferência de paz para a Somália, embora continue em aberto uma operação contra o mesmo general "se a ocasião se apresentar".

9 Sábado

Cimeira do Conselho da Europa decide criar um tribunal permanente para julgar as violações à Convenção dos Direitos do Ho-

mem ■ A extrema-direita sul-africana anuncia a intenção de organizar eleições com a finalidade de escolher um governo racista ■ Depois de ter decidido enviar mais tropas para a Somália contra a opinião do Congresso dos EUA, Bill Clinton afirma querer negociar com o general Aidid. A Aliança Nacional Somali propõe entretanto um cessar-fogo ■ As autoridades russas sob o domínio de Ieltsin decidem substituir a tradicional guarda ao mausoléu de Lénine por simples polícias, enquanto os jornais continuam a ser encerrados. Ieltsin anuncia também a dissolução dos sovietes locais e a sua substituição por administradores seus.

10 Domingo

Os gregos vão às urnas e elege a nova Assembleia, dando a vitória aos socialistas do PASOK ■ O chefe do governo israelita, Rabin, chega a Pequim para uma visita de quatro dias ■ Eurico de Melo socorre Cavaco defendendo-o das críticas de alguns destacados membros do PSD ■ O Egipto anuncia a realização, para o próximo dia 20, de uma conferência de reconciliação entre as facções somalis em guerra ■ Em Portugal abre a caça às lebres e às perdizes, em ambiente de tensão, com os caçadores descontentes com a actual lei que consideram elitista.

11 Segunda-feira

Cavaco Silva, em plena pré-campanha eleitoral, procede à entrega de terras da Companhia das Lezírias a um punhado de agricultores e aproveita para apoiar o seu ministro Arlindo Cunha ■ O Presidente do Conselho Nacional do CC do PCP, Álvaro Cunhal, desloca-se a Belém, onde tem um encontro com o Presidente da República, Mário Soares ■ Boris Ieltsin, em visita ao Japão, defronta-se com a hostilidade de alguns japoneses que manifestam contra a ocupação das Curilhas pela Rússia ■ A Assembleia da NATO propõe aos estados membros o alargamento da Aliança Atlântica aos países do Leste europeu, a discutir na próxima cimeira de Janeiro ■ O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, reafirma que o Governo angolano só voltará a negociar com a Unita se esta respeitar os acordos de Bicesse e os resultados eleitorais ■ Seminário organizado pela Fenprof inicia debate sobre a pobreza e a discriminação das escolas portuguesas ■ É cooptado, por unanimidade, para juiz do Tribunal Constitucional, o magistrado Guilherme da Fonseca. Indicado pelo PCP, Guilherme da Fonseca era juiz do Supremo Tribunal Administrativo.

12 Terça-feira

Cavaco Silva promete benefícios fiscais, caso seja obtido acordo na Concertação Social antes da apresentação na AR do Orçamento de Estado para 1994, prevista para sexta-feira ■ Na Comissão Permanente da Assembleia da República é discutida a situação na Rússia ■ O Tribunal Constitucional alemão declara que o Tratado de Maastricht não viola a lei fundamental do país ■ O Ministério da Justiça russo divulga a lista das organizações políticas autorizadas a participar nas eleições legislativas de 11 e 12 de Dezembro.

EDITORIAL

A chantagem

A governação cavacista habituou-nos já à sua predilecção pelas formas irregulares e antidemocráticas de relacionamento com os cidadãos e o país, tais como o ludíbrio, a falsificação, a diversão, a intimidação, a ameaça, a prepotência, entre outras. Ensaia agora uma nova descoberta: a chantagem.

Foi assim que os sindicatos da Administração Pública qualificaram, com toda a justiça, o dilema que lhes foi colocado pela secretária de Estado, Manuela Ferreira Leite, na passada sexta-feira: os aumentos da Função Pública serão iguais a zero, a menos que se chegue a acordo na concertação social. Nessa altura, porém, a operação dava ainda os primeiros passos.

Foi com a conferência de imprensa de Cavaco Silva, de terça-feira, que a chantagem se definiu como uma colossal pressão para a assinatura do chamado acordo de concertação social com objectivos económico-sociais e sobretudo políticos.

Estão em causa realmente os salários, não apenas os salários da Administração Pública, mas todos os salários.

A argumentação do Primeiro-Ministro tem a finalidade de descarregar sobre os salários a responsabilidade da evolução da crise e da economia - a competitividade das empresas, o emprego, a balança comercial. Para ele o que é preciso é impor e justificar a degradação real dos salários que é o que exige o grande patronato e constitui a mais recente aquisição teórica da reacção.

Dentro da chantagem global, é especialmente revoltante a tentativa de opor os salários ao emprego para convencer os trabalhadores que devem concordar em perder alguns pontos percentuais do seu rendimento, em troca de promessas vagas de conservação de postos de trabalho que ninguém realmente se compromete a garantir. O Governo não defende, por exemplo, que fiquem proibidos os despedimentos e que na vigência do "contrato" os trabalhadores receberão pontualmente os seus salários, seja qual for a situação da empresa.

Por outro lado, a prevalecer a teoria de Cavaco Silva de que os salários em Portugal não podem subir mais do que os dos restantes parceiros comunitários, em especial em Espanha, equivale a consagrar (e mesmo agravar) para todo o sempre o fosso que separa os salários no nosso país dos demais países comunitários.

A este propósito, a Comissão Negociadora da Plataforma Rei-

vindicativa da Função Pública alertava há dias: "Nem vale vir argumentar com exemplos de outros países, pois em Portugal e para muitos trabalhadores, a situação está ao nível da subsistência, não sendo possível comparar os efeitos de um congelamento dos salários em Espanha, onde o salário mínimo é de 109 000\$00, e no nosso país, em que é apenas de 45 000\$00" (mínimo da Função Pública).

Na política do vale tudo para impedir os aumentos de salários, Cavaco Silva nem repara que o argumento da competitividade externa das empresas traz à lembrança o "escudo forte" e as altas taxas de juro que tão fortemente a prejudicaram e prejudicam, e

Foi com a conferência de imprensa de Cavaco Silva, de terça-feira, que a chantagem se definiu como uma colossal pressão para a assinatura do chamado acordo de concertação social com objectivos económico-sociais e sobretudo políticos.

torna legítima a interrogação: por que não se tomam novas medidas nesses domínios e só se pensa em sacrificar os trabalhadores?

A grande vantagem que o chamado acordo de concertação social representa para o Governo e o grande patronato é que lhes permite atingir mais rapidamente o objectivo de transferir para a população laboriosa os custos da crise, suprimir "às boas" direitos e conquistas duramente alcançados, e, ainda por cima, fazer tudo isto com uma resistência atenuada e um protesto reduzido.

Mas não é só esta vantagem que faz correr Cavaco Silva, e, a par da chantagem, desfazer-se em promessas aliciadoras e demagógicas, como a "redução de impostos", "a prevenção e combate ao desemprego", "vastas verbas para a formação profissional", "apoio à habitação", "crédito fiscal", mais um pacote de benesses para nunca cumprir, ou para dar com uma mão e tirar com a outra.

O Primeiro-Ministro tem os olhos postos sobretudo naquilo que julga ser a insuperável vantagem política de se apresentar com o troféu de um acordo de concertação social em vésperas de eleições autárquicas e quando a persistência da crise provoca estragos devastadores na sua imagem.

Com efeito, os desaires do Governo vão-se tornando cada vez mais evidentes aos olhos do país. Os mais significativos indicadores económicos apresentam um cariz crescentemente negativo e ninguém acredita na perspectiva de retoma para o próximo ano, que o Governo não se cansa de apregoar. O buraco do Orçamento, que ainda há pouco o ministro das Finanças fixava em 320 milhões de contos, foi agora corrigido pelo secretário de Estado do Tesouro para 450 milhões e não é difícil prever que não fique por aqui.

Amplios sectores profissionais e sociais que se posicionavam em áreas de influência governamental, insurgem-se contra a artificial postura optimista do Governo, a sua cegueira em face da crise e distanciam-se e criticam a sua política.

A questão do Governo como um obstáculo à saída da crise está colocada perante o país, e a necessidade da sua demissão e substituição pelos meios constitucionais adequados ganha crescentes adeptos.

São sombrias as perspectivas do partido do Governo nas eleições autárquicas.

No próprio PSD esta situação repercute, há sintomas de mal-estar e os barões começam a falar.

Cavaco parece perceber que a sua boa estrela está a empalidecer e procura ansiosamente um passe de mágica que altere a situação.

O acordo de concertação social teria um tal efeito miraculoso, julgou o Primeiro-Ministro, e é essa uma das razões da grande operação de chantagem que desencadeou para pressionar a sua assinatura.

É absolutamente visível a acção de Cavaco Silva para atrair a UGT à assinatura do acordo, acenando com medidas que são especialmente caras a esta organização, como as "vastas verbas" para a formação profissional...

Mas desta vez, a organização chefiada pelo deputado do PS Torres Couto tem que pesar a grave traição que uma tal decisão representaria para os interesses dos trabalhadores e as sérias implicações políticas que revestiria, em vésperas de eleições autárquicas, e quando a própria questão do Governo se torna uma questão central do futuro do país e do regime democrático.

A enérgica recusa da manobra chantagista do Governo já anunciada pela CGTP-IN não pode deixar de ser recebida como a que melhor serve o prosseguimento da luta dos trabalhadores e a mais consentânea com os interesses do regime democrático.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial "Avante!", SA — Av. Almirante Reis — 90, 79A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial "Avante!" — Av. Almirante Reis, 90, 79A, 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Tel. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Tel. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Tel. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfoes, 4450 Matosinhos. Tel. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-79A 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-79A 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Vanda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.058\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial "Avante!" acompanhado de cheque ou vale de correio.

Com a presença de Carlos Carvalhas Amadora em força na apresentação de listas

Com o objectivo de fazer a apresentação pública dos seus candidatos aos órgãos autárquicos da Amadora, a CDU organizou uma sessão, no passado sábado no amplo salão D. João V, na Damaia, que contou com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e, naturalmente, do cabeça de lista à Câmara, e seu actual presidente, Orlando de Almeida. Mais de 600 pessoas deram à iniciativa uma força e um colorido que, nas palavras de contentamento ouvidas à entrada, "são de esperar num Concelho como a Amadora".

Após a abertura da sessão por Pedro Félix, os candidatos começaram a desfilar frente à assistência sob a chamada de João Nascimento, membro da DORL do PCP, que apresentou, sucessivamente, os membros das listas à Câmara e Assembleia Municipais e a todas as Assembleias de Freguesia, que alinharam perante a assistência, de costas para o palco e sempre acompanhados por entusiásticas ovações.

O escritor Mário Ventura Henriques, que há muitos anos é membro da Assembleia Municipal de Amadora como independente e pela CDU, encabeça agora a lista à presidência deste órgão. Usando da palavra, o escritor assinalou a importância dos independentes no panorama eleitoral e elogiou o seu antecessor no cargo, Vasco Marques (que também se encontrava na mesa). Álvaro Saraiva falou pelo Partido "Os Verdes", seguindo-se José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

Orlando de Almeida, presidente da Câmara Municipal da Amadora e de novo candidato ao cargo à frente da lista da CDU, após assinalar o vasto trabalho realizado na Amadora pela administração da CDU, transformando "o dormitório de então numa cidade com vida própria e em desenvolvimento", afirmou: "Os tempos que correm exigem, como em todas as épocas de convulsão, respostas novas para os novos problemas que se colocam. Temos de estar à altura das responsabilidades, seremos tanto mais revolucionários quanto soubermos enfrentar as dificuldades e corresponder, satisfatoriamente, às expectativas dos que vivem hoje e viverão amanhã na Amadora. Para isso a população nos eleger, e confia em nós". E concluiu, após louvar a cooperação e empenho de autarcas, trabalhadores, organizações sociais e população na transformação da Amadora: "Vamos continuar a trabalhar. Todos somos poucos para construir a cidade que ousamos sonhar um dia".

O necessário não é mudar ministros mas mudar o Governo

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, encerrou a iniciativa com uma intervenção marcadamente política, zurrindo o Governo do PSD e criticando o PS.

Denunciando "as manobras de remodelação governamental", bem visíveis nas conjecturas que enchem as páginas dos jornais, o Secretário-Geral do PCP fez cinco observações:

"A primeira é que os cidadãos devem estar atentos a que, se é verdade que toda esta conversa é em si mesma inseparável das dificuldades e do isolamento social em que o Governo está mergulhado, também é verdade que toda esta conversa pode visar amortecer o descontentamento, criar expectativas e distrair do que é essencial, ou seja, a condenação global da política do Governo, do PSD e de Cavaco Silva;

"a segunda é que há um bom lote de ministros que, se tivessem um pingão de decência, há muito que se teriam demitido;

"a terceira é que, por maiores que sejam a incompetência, os disparates e a insolência de muitos ministros, os verdadeiros responsáveis da desgraçada política que executam são o Primeiro-Ministro e o PSD;

"a quarta é que a gravidade da situação nacional (...) pede e reclama, não mudança de Ministros e de palavras que encubram e disfarçam a continuação da mesma política, mas uma nova política assegurada através de uma mudança de Governo;

"a quinta observação é que nós, em vez de fazermos como outros que parecem estar suspensos das cartas que o Governo do PSD vai dar, insistimos em que daqui para a frente, e já com expressão nas próximas eleições autárquicas, deve ser o povo português a dar as cartas, para travar uma política de desastre e abrir caminho para uma política diferente porque melhor".

"Não fomos nós que inventámos..."

Quanto à tática do PS de recorrer agora, "por razões meramente eleitoralistas, a um velho truque que consiste em armar-se em vítima e em acusar o PCP de não combater a direita e estar mais preocupado em combater o PS", Carlos Carvalhas recordou não haver sido o PCP que inventou "a fórmula de que o que aproximava o PS do PSD era mais que o que os separava", ou que inventou que "o PS está inteiramente comprometido com a aplicação de critérios de convergência nominal de Maastricht e com todo este projecto insensato de reforço do poder do grande capital e de federalismo à escala europeia", tal como não foi o PCP a inventar que "sem a generosa cumplicidade do PS, o PSD não teria conseguido avançar tanto, por exemplo, na liquidação do sector empresarial do Estado e na sua revoltante política de 'quem quer saúde paga-a'. Foi o acordo PS-PSD na revisão constitucional que o demonstrou, ao escancarar as portas ao desenvolvimento da ofensiva destruidora da política da direita".

E frisou, mais adiante:

"Não fomos nós que inventámos que é preciso que alguns dos principais partidos da Internacional Socialista não tenham nem memória nem vergonha para virem a Lisboa declarar que a esquerda são eles, que eles são 'toda a esquerda, a que luta pela justiça e acredita em valores como a fraternidade e a solidariedade'. É o facto de, em toda a década de 80, em países como a França, a Itália ou a Espanha, os partidos socialistas terem realizado deliberadamente a política da direita, terem patrocinado uma violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, terem impulsionado golpes e mais golpes contra os esquemas e garantias de protecção social e se terem afundado em maremotos de corrupção, que retira credibilidade às bonitas proclamações que a Internacional Socialista veio agora fazer a Portugal.

"Uma coisa é necessário acrescentar", concluiu o Secretário-Geral do PCP: "É que o por vezes necessário e inevitável debate político entre forças democráticas nunca nos faz esquecer os dramas, os sofrimentos, as carências, as dificuldades e as aspirações dos cidadãos, seja qual for o partido em que se identifiquem, e sobretudo nunca nos faz esquecer a necessidade de dar mais força à luta por uma nova política e por novas soluções políticas que respondam às suas necessidades, anseios e esperanças".

Carlos Carvalhas no distrito de Aveiro Dinâmica da CDU alarga clima de confiança

Encontrados todos os candidatos à presidência das 19 câmaras e assembleias, asseguradas as candidaturas a cerca de 100 assembleias de freguesia de todo o distrito e quando está praticamente concluído o processo constituinte das listas, num quadro marcado por uma ampla participação e de onde estiveram ausentes (ao contrário de outros partidos) conflitos pessoais ou de grupo, a pré-campanha da CDU no distrito de Aveiro para as autárquicas adquire uma nova dinâmica, abrindo-se perspectivas e ganhando terreno a ideia de que está ao alcance das forças que integram a Coligação a obtenção de um bom resultado eleitoral.

O clima é de grande confiança e não faltam razões para que assim seja. Na passada sexta-feira, isso mesmo esteve patente no decorrer da deslocação ao distrito efectuada por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que participou em três actos nos concelhos de Aveiro, Estarreja e Espinho.

O mote foi dado logo na primeira iniciativa por António Salavessa, membro do CC e responsável pela organização distrital do PCP. Num "Porto de Honra" que acolheu num "pub" da cidade de Aveiro dezenas de

por exemplo ao nível do saneamento básico ou do abastecimento de água não têm qualquer comparação com regiões geridas por outras forças políticas, como seja o caso do distrito de Aveiro, onde o atraso nestes domínios é flagrante.

Isto mesmo foi realçado no comício que praticamente encheu o Salão dos Bombeiros Voluntários Espinhenses, quando o Dr. António Ferreira Gaio, mandatário concelhio da Coligação, evocou a "qualidade do trabalho dos representantes da CDU", pondo em relevo o facto de serem pessoas "dignas dos cargos que ocupam, vigilantes, com boas provas em defesa da legalidade, em defesa das populações e das suas terras".

No mesmo sentido foram ainda as palavras de Dr. Jorge Carvalho, primeiro nome para a Assembleia Distrital, para quem dois dos elementos que marcam a diferença dos candidatos que concorrem sob a sigla CDU está precisamente no "espírito e na vontade de servir", bem como na sua "experiência, competência e seriedade".

"Espinho tem perdido tempo, ora votando no PS, ora no PSD. É tempo de



Convívio do secretário-geral do PCP com candidatos na cidade de Aveiro

candidatos para um encontro com Carlos Carvalhas, Salavessa realçou a possibilidade de eleger vereadores e assim reforçar a presença da CDU no distrito, recuperando para o efeito mandatos perdidos em anteriores eleições e fazendo eleger simultaneamente, pela primeira vez, candidatos em concelhos como Águeda ou Aveiro.

Num distrito muito heterógeneo, quer do ponto de vista social, quer das actividades económicas, marcado por algumas assimetrias e onde o comportamento eleitoral tem favorecido a eleição de equipas do PS e PSD, foi ainda António Salavessa a explicar as vantagens de eleger representantes da CDU, adiantando que tal "é do interesse sobretudo das populações", porquanto, observou, "onde existe uma presença da CDU há um trabalho diferente, há uma fiscalização mais eficaz às maiorias".

Mas a importância de eleger homens, mulheres e jovens identificados com os princípios que norteiam as forças integrantes da CDU - gente "preocupada com as populações e não com o poleiro", como sublinhou Carlos Carvalhas, que desenvolveria nas suas várias intervenções ao longo da tarde e noite não apenas a temática eleitoral como ainda os aspectos mais relevantes da actualidade política - decorre ainda de outras razões que no caso do distrito de Aveiro funcionam como motivos acrescidos para que as populações "experimentem" uma gestão da CDU.

É que a avaliação dos resultados da gestão em municípios sob a responsabilidade dos comunistas e seus aliados, a obra feita

nos darem a oportunidade de mostrar a diferença", conclui Jorge Carvalho, antes de aludir à elevada qualidade da lista à Câmara e de todos os seus membros, um tema que viria a ser repegado pelo Eng. Alfredo Casal Ribeiro, actual vereador e candidato à presidência do Município de Espinho. Homem prestigiado, profundo conhecedor da realidade local, falou desenvolvimentamente dos problemas do concelho, também ele fustigado pela recessão económica que atinge de um modo geral todo o distrito, realçando por fim a importância de eleger os candidatos CDU, a melhor garantia, disse, de pôr cobro à "ruinosa gestão da Câmara" actual.

Um objectivo que anima com igual determinação a equipa que a CDU apresenta ao acto eleitoral em Estarreja, concelho onde paira a ameaça de encerramento sobre muitas empresas, onde se assiste ao processo de desintegração da Quimigal, onde os agricultores sofrem as consequências da política agrícola e onde o executivo camarário se tem revelado incapaz de romper o estado de marasmo em que vive o concelho.

É neste quadro que a CDU se apresenta como uma "força alternativa credível à gestão do PSD" - foi essa a convicção expressa por Luís Dias, cabeça de lista, num jantar que reuniu sete dezenas de apoiantes -, uma alternativa que pretende pôr cobro ao actual estado de coisas, apostando numa "gestão participada por objectivos e prioridades", substanciada num "plano estratégico que transforme Estarreja numa cidade desenvolvida no ano 2000".

Álvaro Cunhal nos distritos de Évora e Portalegre

Entusiasmo, confiança e empenhamento marcam

O carro de som dá a volta à aldeia anunciando a chegada, dali a 15 minutos, do camarada Álvaro Cunhal. No largo da Junta de Freguesia do Vimieiro começam a juntar-se as pessoas aguardando o dirigente comunista que estava no distrito de Évora para participar na apresentação dos candidatos da CDU.

A manhã de sábado começou chuvosa e assim seria todo o dia, mas tal não impediu que o programa da visita do Presidente do Conselho Nacional do PCP fosse cumprido na íntegra.

Antes, Álvaro Cunhal tinha passado por Arraiolos, onde se encontrou com Jerónimo Loios, cabeça de lista à presidência da Câmara, aproveitando para visitar as piscinas recentemente construídas pela autarquia CDU.

Ainda neste concelho, acompanhado de Raimundo Cabral, Eulália Miranda, Alexandre Rodrigues e outros dirigentes da DOREV, Álvaro Cunhal encontrou-se com a população da freguesia de Igrejinha, onde Caetano Alfaiate foi apresentado como candidato independente da CDU à Junta.

Seguiu-se um almoço nas piscinas de Évora, em que participaram várias centenas de activistas de todo o distrito. Na ocasião, falaram Raimundo Cabral, coordenador da DOREV e membro do Conselho Nacional do PCP, Abílio Fernandes, actual presidente e candidato à presidência da Câmara de Évora e, por fim, Álvaro Cunhal.

Na ocasião, Raimundo Cabral realçou o grande esforço realizado para a elaboração das listas no distrito, sublinhando a forte participação de candidatos independentes nas listas aos 14 concelhos, dez dos quais são geridos por maiorias CDU.

Álvaro Cunhal, depois de destacar a importância das eleições autárquicas, não só em termos locais, mas também pelas consequências que podem ter a nível nacional para a derrota da política do Governo PSD, afirmou que a pré-campanha está a decorrer favoravelmente, sendo grandes as hipóteses para reforçar as posições da CDU e ganhar novas câmaras e freguesias. Contudo, disse, «isto exige empenhamento e dedica-

ção e que não sejamos demasiado optimistas».

Já no concelho de Viana do Alentejo, Álvaro Cunhal encontrou-se com a população da freguesia de Aguiar, numa iniciativa em que participaram igualmente Estevão Pereira e João Garcia, cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente. Nesta freguesia com presidência CDU, foi fortemente criticada a acção do executivo camarário de Viana, nas mãos do PS desde as últimas eleições, salientando-se que o objectivo da CDU de reconquistar a maioria no concelho corresponde aos interesses e anseios da população.

A confiança na vitória, como seria referido pouco depois na inauguração da sede de campanha da CDU em Viana do Alentejo, baseia-se não só no descontentamento da população com a má gestão do PS, mas sobretudo no projecto válido da CDU que se apresenta às eleições com uma equipa de gente competente e empenhada, onde pontuam muito jovens (o mais novo tem 21 anos) e pessoas com

muita experiência de trabalho autárquico.

O mesmo ambiente de festa e confiança na vitória fomos encontrar na freguesia de Alcáçovas, cuja presidência foi também perdida pela CDU nas últimas autárquicas. Durante o jantar-convívio, realizado num antigo cinema onde estiveram mais de 300 pessoas e onde não faltou a actuação de coro alentejano, os candidatos voltaram a

comício promovido em Montemor-o-Novo, nas instalações da escola secundária. Neste concelho, a CDU obteve nas últimas eleições cinco dos sete vereadores eleitos e o bom trabalho, desde sempre realizado pelos eleitos da CDU, fazem prever uma vitória assegurada. Contudo, como sublinharia Álvaro Cunhal, é necessário combater o «excesso de confiança e lutar contra o ab-

pal, bem como os restantes 212 candidatos que integram as listas da CDU a todos os órgãos autárquicos do concelho.

Portalegre

A visita de Álvaro Cunhal a terras do Alto Alentejo continuou no domingo, no distrito de Portalegre. Durante a manhã decorreram encontros com as populações das freguesias do concelho de Sousel - Casa Branca, Cano, Santo Amaro e a sede concelhia.

O situação de abandono da agricultura, onde praticamente já não há postos de trabalho, é a principal responsável pelos cerca de «mil desempregados que seguramente existem no concelho», segundo a estimativa de António Pereira Feliz, actual vereador da CM de Sousel e cabeça de lista à Câmara Municipal pela CDU.

Com 40 trabalhadores, o Matadouro é o principal empregador do concelho, que não vê grandes possibilidades de desenvolvimento nem vislumbra forma de fixar os jovens que



Inauguração da sede de campanha da CDU em Viana do Alentejo

manifestar a sua determinação em retirar a maioria ao PS e ganhar a Câmara de Viana e a Junta de Alcáçovas para a CDU.

A jornada de Álvaro Cunhal no distrito de Évora terminaria com um grande

tencionismo».

O comício, animado por muitos jovens, saudou com entusiasmo a apresentação de Carlos Pinto Sá e de José Grulha, como cabeças de lista à Câmara e Assembleia Muni-



A chuva não impediu a apresentação do candidato CDU do Vimieiro



Encontro com a população da freguesia de Igrejinha



Sessão em Aguiar

No distrito de Lisboa

Vitória é possível em Sintra

O Presidente do Conselho Nacional do Partido, Álvaro Cunhal, iniciou, quinta-feira passada, um ciclo de participações em iniciativas diversas do PCP e da CDU, que durante a última semana ocorreram no distrito de Lisboa, começando numa concorrida sessão pública onde foram apresentados os candidatos da Coligação onde se integra o PCP, à freguesia de Odivelas. Fernanda Mateus é a cabeça de lista da CDU àquela Junta de Freguesia, a mais populosa do país, e onde se fazem sentir alguns dos mais graves problemas da Área Metropolitana de Lisboa.

Na noite seguinte, sexta-feira, Álvaro Cunhal estaria em outro grande pólo populacional dos subúrbios de Lisboa, Aqualva-Cacém - concelho de Sintra -, depois de no final da tarde ter participado num animado (e novamente concorrido) debate promovido no Centro de Trabalho Vitória pelos trabalhadores dos Seguros.

No Cacém arrancaria a campanha da CDU na zona urbana de Sintra, com a apresentação dos cabeças-de-lista apresentados pela coligação às freguesias de Rio-de-Mouro (a professora Maria Alice Monteiro da Silva), Belas (Fernando Manuel Grave da Silva), Algueirão/Mem Martins (Jacinto Higinio Domingos), Queluz (Sérgio Soares), e Aqualva/Cacém (Hipólito Fialho dos

Santos). Nestas três últimas, as actuais presidências são ocupadas pela CDU.

Nesta iniciativa as intervenções estariam a cargo do próprio presidente do Conselho Nacional do Partido e do cabeça-de-lista da CDU à Câmara de Sintra, Lino Paulo. Este último, vereador há largos anos na edilidade, reafirmaria a convicção de estar a coligação que representa em condições de ganhar o próximo acto eleitoral, quer pelo mérito do trabalho desenvolvido pelos vereadores e freguesias da CDU nos últimos anos, quer pelas próprias fraquezas demonstradas pelos outros principais concorrentes: o PSD directamente responsável pelo pior que se tem feito no concelho, o PS apresentando como cabeça-de-lista uma candidata estranha ao concelho mas que inclui na sua lista antigos vereadores do seu partido igualmente comprometidos com, por exemplo, alguns dos mais graves atentados urbanísticos da região.

Na sua intervenção, Álvaro Cunhal enumeraria as razões porque as próximas eleições autárquicas se revestem de especial importância, chamando a particular atenção para aquela que pode ser a ilusão de alguns de depositar um «voto útil» nas listas do PS, como forma de, através das autárquicas, penalizar a política do partido do Governo. O presidente do Conselho Nacional do PCP lembraria que muitas vezes o PS se aliou no passado à

direita e que se não houver um reforço da CDU esse comportamento repetir-se-á. Por outro lado, Álvaro Cunhal denunciaria o PSD, pois o seu Governo tem-se mostrado um verdadeiro inimigo do Poder Local pelas mais variadas formas.

Álvaro Cunhal transmitiu aos muitos presentes no salão dos Bombeiros Voluntários de Aqualva/Cacém, onde decorreu este comício, a ideia do amplo apoio que as listas da CDU têm obtido, dando dois exemplos: o debate que naquela tarde ocorrera no Centro de Trabalho Vitória, que alguém disse ser uma «espécie de reencontro» tal o número de pessoas que surgiu para participar na iniciativa e a iniciativa ocorrida na semana anterior no Montijo, onde o elevado número e a participação dos jovens presentes impressionou favoravelmente o presidente do Conselho Nacional do Partido, tal como aconteceu no próprio comício no Cacém.

Ontem a agenda de Álvaro Cunhal incluía a participação na apresentação de candidatos da CDU para a freguesia de Camarate, depois de na véspera ter estado em Alverca para participar num debate sobre associativismo, promovido pela CDU no âmbito da preparação do programa da coligação para o concelho de Vila Franca. A intervenção de Álvaro Cunhal proferida em Alverca é publicada neste número do «Avante!».



O Salão dos Bombeiros Voluntários de Aqualva/Cacém esteve cheio para o início da campanha da CDU na zona urbana de Sintra



A CDU está confiante num resultado vitorioso na freguesia mais populosa do país: Odivelas



No debate promovido pelos comunistas trabalhadores dos seguros sublinha-se uma nota: o reencontro de pessoas que há algum tempo não se viam

pré-campanha da CDU

CDU



A presença da juventude no comício em Montemor-o-Novo

ainda tem. O envelhecimento e a desertificação, tal como em muitas regiões interiores do País, é assim uma realidade deste concelho que o Poder Local só por si não pode resolver, mas pode minorar, como acontece nas autarquias que têm à frente autarcas da CDU.

Não é porém o caso do concelho de Sousel, gerido há mais de 12 pelo PSD, onde são muitas as queixas de mau funcionamento e desinteresse

da Câmara pelos interesses dos munícipes.

Nos contactos com a população, os candidatos da CDU ouviram muitos protestos relativos ao mau funcionamento do Hospital concelhio e à falta de redes de abastecimento de água, bem como contra as taxas exorbitantes que a edilidade pratica. Em resposta, afirmaram que a CDU é a única alternativa credível que pode garantir a mudança: «a nossa diferença é que



A ouvir Álvaro Cunhal na freguesia de Cano

vamos trabalhar com as populações para resolver os seus problemas», disse António José Justo, cabeça de lista à Assembleia Municipal de Sousel.

Já no concelho de Fronteira, Álvaro Cunhal, acompanhado por Floriano Cordeiro, candidato à presidência da Câmara, de vários outros dirigentes da DORPOR, bem como do eurodeputado comunista Joaquim Miranda, visitou as freguesias de Vale de Maceira e de Cabeço de Vide, ambas de presidência CDU.

O objectivo neste concelho, com mais de quatro mil eleitores, é voltar a ganhar a Câmara de Fronteira, à frente da qual a CDU esteve cerca de ano e meio, no presente mandato, após o que os eleitos se desvincularam da coligação, seguindo outros rumos. Mesmo nesta difícil situação, Floriano Cordeiro, que foi assessor da presidên-

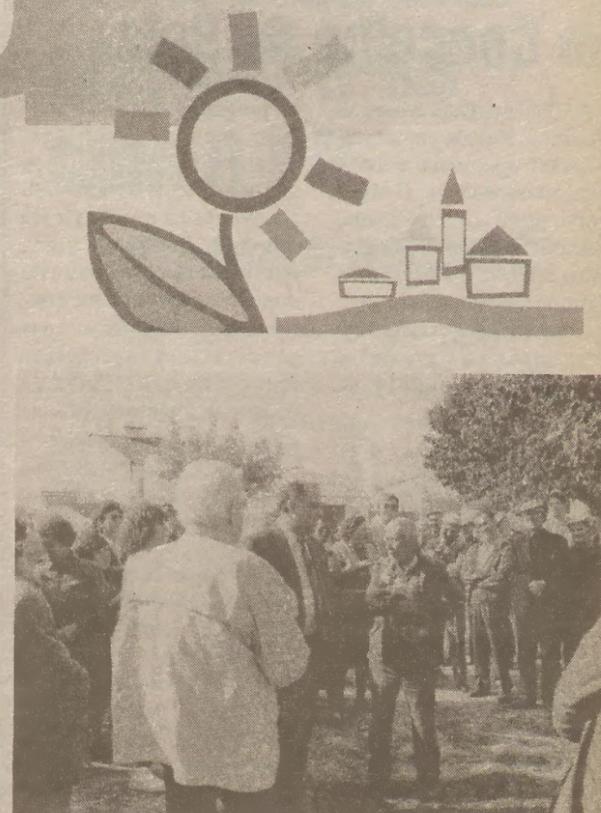


Almoço com centenas de activistas CDU do distrito de Évora

cia durante o período em que a CDU exerceu o poder na autarquia, fez um balanço positivo daquele ano e meio: «foram gastos 100 mil contos em caminhos, ramais de água e esgotos. O trabalho realizado está à vista e prova que a CDU não promete, realiza». Com o lema «CDU por um concelho unido e desenvolvido», a coligação vai lutar pela vitória na Câmara de Fronteira e continuar a merecer a confiança que a população já demonstrou depositar nos seus autarcas.

A visita do Presidente do Conselho Nacional do PCP terminou na cidade de Portalegre com um encontro de activistas do distrito, realizado na sala do Museu Municipal.

Presentes na mesa, para além de Álvaro Cunhal estavam os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal, Casemiro Menezes e Maria do Rosário Pires, a mandatária concelha Domingas Valente e o eurodeputado Joaquim Miranda.



O diálogo em Casa Branca



No largo de Sousel



A CDU é também alternativa em Santo Amaro



Vale Maceiras conhece o trabalho da CDU



Jantar em Alcáçovas



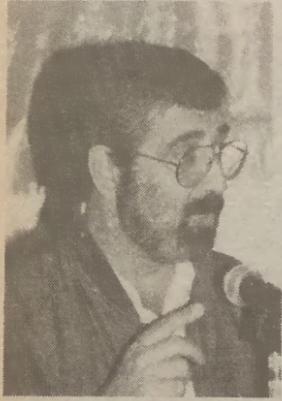
Prosseguir o bom trabalho em Cabeço de Vide



Activistas CDU na cidade de Portalegre

Encontro da CDU no Concelho de Beja

A CDU em Beja encara as próximas eleições autárquicas «com optimismo e confiança numa vitória». O argumento principal é o trabalho desenvolvido no actual mandato, em que «o programa eleitoral apresentado há quatro anos foi concretizado». Conclusões do encontro concelhio de candidatos,



Carreira Marques

realizado no dia 5 de Outubro, que confirmou Carreira Marques, actual presidente da autarquia, como cabeça de lista à Câmara, na apresentação de todos os candidatos aos órgãos concelhios. A coligação arranca para a campanha com a «consciência do dever cumprido», sublinhou-se.

Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP e responsável pelo trabalho autárquico do PCP, afirmou no encontro concelhio de Beja que «não é hábito pegar

no programa eleitoral e verificar que está cumprido», reagindo assim ao balanço de quatro anos de mandato apresentado por Carreira Marques. Sublinhou ainda que «esta atitude contrasta com a do Governo que continua sem cumprir as suas promessas e inviabiliza mesmo as estratégias de desenvolvimento das autarquias, por falta de apoio».

Carreira Marques fez aos participantes no encontro o balanço da actividade da Câmara, realçando que «houve que responder ao crescimento da cidade, sobretudo à custa dos serviços e do aumento do número de alunos do ensino superior, a par de uma política de defesa do património construído e de renovação urbana».

O autarca sublinhou ainda a conclusão de todas as infra-estruturas de saneamento básico em 1993, o apoio aos agentes económicos dentro de uma política integrada de desenvolvimento, onde se destaca a Ovibeja e a venda de lotes no Parque Industrial, a participação na criação da Região de Turismo Planície Dourada e a «responsabilidade» na instalação do ensino superior em Beja, a par de uma intensa actividade cultural e desportiva como dos aspectos mais positivos do trabalho autárquico.

Seminário no Porto sobre Áreas Metropolitanas

Com a participação de uma centena de pessoas, apoiantes da CDU das mais diversas áreas sociais e profissionais, a CDU promoveu no Hotel Tuela, no Porto, um Seminário subordinado ao tema **Áreas Metropolitanas – Desenvolvimento e Gestão**. Presidiu Albino Madureira, economista, candidato à Câmara Municipal de Matosinhos, que apresentou os objectivos do Seminário. No decurso dos trabalhos foram apresentadas as Propostas da CDU para a Área Metropolitana do Porto.

Coube a diversos oradores justificar e desenvolver as referidas propostas em distintas áreas. O eng. José Honório (vereador em VN Gaia) tratou as questões de trânsito e transportes, o vereador Pimenta Dias (Gondomar) abordou as questões do saneamento básico e do ambiente e Armando Pimenta (membro da Assembleia Metropolitana) falou sobre as questões institucionais e de funcionamento da Área Metropolitana do Porto.

Participação destacada teve o eng. Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, convidado especial deste Seminário, que falou sobre o nascimento e consolidação das Áreas Metropolitanas e deu testemunhos do modo aberto e democrático como a Junta e a Assembleia Metropolitanas de Lisboa estruturaram o seu trabalho. Mostrou-se confiante quanto à capacidade das Áreas Metropolitanas para dar resposta às pesadas responsabilidades que as aguardam e classificou o actual mandato como um mandato para lançar alicerces, afirmando a sua convicção que o próximo será o da consolidação e da afirmação das Áreas Metropolitanas.

A dra. Ilda Figueiredo foi a última oradora, antes de iniciado o período de debate aberto a todos os presentes. Além de ter feito uma leitura global das Propostas da CDU para a Área Metropolitana do Porto, e socorrendo-se do testemunho

trazido aos trabalhos pelo eng. Daniel Branco, Ilda Figueiredo destacou como duas concepções diferentes do exercício dos mandatos se confrontam, afirmando que o exemplo de Lisboa mostra como, apesar das limitações da lei, se podem dar passos seguros no sentido de um maior dinamismo da Área Metropolitana no terreno do planeamento e da coordenação, sempre no respeito pelas competências próprias dos Municípios.

Entretanto, nas «Propostas da CDU para a Área Metropolitana do Porto» afirma-se que «ao longo das mais de trinta visitas a diversas zonas da cidade, das conversas com

muitas centenas de moradores, autarcas, comerciantes, técnicos, artistas e intelectuais, das reuniões com diversas colectividades e associações, ficou-nos a certeza de que é necessário alterar os objectivos da gestão municipal, reunir todos os esforços e vontades na luta por uma habitação condigna e por um urbanismo que privilegie a melhoria da qualidade de vida de quem mora nos bairros municipais, nas zonas sociais degradadas e antigas, que dê prioridade às infra-estruturas da rede de saneamento básico e de tratamento dos esgotos, que respeite a identidade do Porto na sua modernização e no apoio ao desenvolvimento da criação

de moradores à cidade.

«A humanização das relações da Câmara com os municípios e a descentralização de meios e competências para as Freguesias surgem também como grandes prioridades na necessária alteração da gestão municipal, não só para uma resposta mais eficaz aos problemas dos municípios, mas também como forma de combater a desilusão que se apoderou de muitos municípios do Porto, cansados das burocracias da Câmara e das muitas promessas não cumpridas.»



Pormenor da Mesa que presidiu ao Seminário «Áreas Metropolitanas – Desenvolvimento e Gestão», realizado no passado dia 8, no Porto

Acordo eleitoral PCP/UDP no Distrito de Viseu

A Direcção da Organização Regional de Viseu do Partido Comunista Português (DORV-PCP) e o Conselho Regional de Viseu da União Democrática Popular (CRV-UDP) estabeleceram em 6 de Outubro de 1993 um Acordo Eleitoral visando as próximas Eleições Autárquicas e abrangendo a área do Distrito de Viseu.

Segundo este acordo, o PCP integrará candidatos propostos pela UDP em listas concorrentes a vários órgãos do poder local do Distrito pela CDU – Coligação Democrática Unitária PCP/PEV.

A concretização deste esforço de convergência nas próximas Eleições de 12 de Dezembro «tem por base a consideração, pelas duas direcções partidárias regionais, de que, no Distrito de Viseu, é imperioso concentrar energias e votos que permitam eleger para os órgãos autárquicos candidatos que façam ouvir a verdadeira voz das populações locais e que pugnam pela resolução dos seus problemas com efectivo espírito de serviço público, com trabalho, honestidade e competência», afirma um comunicado da DORV do PCP, que acrescenta:

«A necessidade, sentida pelas duas formações partidárias, de resistir a tentativas de isolamento de actividades de esquerda e de democratas consequentes, prosseguidos por estruturas do PSD, do CDS e em muitos casos também do PS, em várias localidades do Distrito, é outra razão essencial para a subscrição deste acordo eleitoral.»

Num Distrito «em que grassam o arbítrio, a negligência, o compadrio e a incompetência característicos das gestões das forças de direita, só uma votação acrescida na CDU pode garantir a defesa real dos interesses das populações», frisa o comunicado, que conclui, afirmando que «uma forte votação na CDU, também no Distrito de Viseu, e apesar das especificidades das eleições autárquicas que não devem ser desvirtuadas, contribuirá para a derrota do PSD, da sua política, criando as condições a uma alternativa democrática à desastrosa política do Governo PSD/Cavaco Silva. A DORV do PCP e o CRV da UDP estão fortemente empenhados na ultimização das listas CDU concorrentes aos órgãos autárquicos do Distrito e no desenvolvimento de uma campanha eleitoral dinâmica, abrangente e esclarecedora, que conduza aos objectivos anunciados.»

CDU entrega listas de Palmela

A CDU entregou na passada segunda-feira, no tribunal de Setúbal, as suas listas concorrentes aos diversos Órgãos Autárquicos do Concelho de Palmela. Carlos de Sousa é o candidato à presidência da Câmara, enquanto Victor Borrego encabeça a lista à Assembleia Municipal.

Apresentando, em conferência de Imprensa, «as primeiras linhas mestras do programa eleitoral», Carlos de Sousa afirmou:

«Quando o meu nome e o do Victor Borrego foram apresentados como candidatos à presidência da Câmara e Assembleia Municipal, o nosso primeiro compromisso público foi o de trabalhar sempre numa forma aberta e participada. Assim, desde o dia 18 de Março (data da nossa apresentação), estamos a realizar reuniões com os agentes económicos, sociais e culturais do nosso Concelho. Têm sido sessões de trabalho muito úteis e que muito têm contribuído para o enriquecimento do nosso programa de trabalho para os próximos quatro anos.»

De seguida, o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Palmela enunciou um vasto leque de intervenções nas mais diversas áreas abrangendo o abastecimento de água e as comunicações, a higiene e a limpeza, o ambiente e a cultura, a vida económica e o ensino, o desporto e o lazer.



Momento da intervenção de Carlos Sousa, candidato da CDU à presidência da Câmara de Palmela

CDU – Comunicado da Coordenadora Nacional

1. A Comissão Coordenadora Nacional da CDU, reunida a 9 de Outubro de 1993, para apreciar a marcha da pré-campanha eleitoral para as autarquias locais, deliberou:

- condenar o escandaloso envolvimento do primeiro-ministro e outros membros do Governo nas sessões de apresentação de candidatos e outras operações eleitorais do PSD;
- protestar contra o propósito do Governo de reduzir, em termos reais, as transferências do Orçamento de Estado para os municípios;
- apelar aos eleitos e às populações para que, através das mais variadas acções, façam tudo para impedir que o Governo concretize este novo avanço no sentido do estrangulamento financeiro das autarquias;
- regozijar-se com a intensa actividade que

a CDU está a realizar por todo o país, designadamente em relação à conclusão da elaboração das listas e à sua apresentação oficial.

2. A Coordenadora fixou para 26 de Outubro a realização de um jantar-convívio para a apresentação do Apelo da CDU para as eleições autárquicas.

O jantar-convívio, que será aberto à comunicação social, realiza-se no restaurante «A Roda», na Feira Popular, pelas 20 horas, e contará com intervenções de Carlos Carvalhas, PCP, Carmen Isabel Francisco, PEV, Blasco Hugo Fernandes, ID, e Avelãs Nunes, independente. Os trabalhos serão apresentados por Cândido Mota e haverá um período de animação musical por Manuel Freire.

Encontro Nacional de Enfermeiros do PCP

Conforme noticiámos no passado número do "Avante!", realizou-se, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, um Encontro Nacional de Enfermeiros do PCP. O Encontro, em que participaram enfermeiros comunistas de todo o País, e que teve lugar no feriado de 5 de Outubro, aprovou no final um documento que hoje publicamos e que começa por estabelecer os seguintes considerandos:

1. O direito à saúde, expresso na Constituição da República Portuguesa está indiscutivelmente a ser posto em causa pela política de saúde desastrosa do Governo PSD, transferindo para os cidadãos os custos da saúde, demitindo-se assim da responsabilidade que lhe compete. É exemplo disso o aumento dos preços dos medicamentos, as taxas moderadoras, a redução nas participações, as inúmeras faltas nos serviços de saúde mal equipados, o exercício da clínica privada nas instituições públicas;

2. O novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, abrindo as portas ao capital privado, altera, radicalmente, a filosofia de um serviço nacional de saúde, que de universal, geral e gratuito, passa a ser cada vez mais suportado pelos cidadãos, pondo em causa direitos sociais fundamentais;

3. A hipócrita política de saúde e a filosofia deste Governo tem deixado degradar, progressivamente, os serviços de saúde, nomeadamente os de cuidados de saúde primários. Arvorando-se em defensor dos direitos dos cidadãos tem anunciado medidas para melhorar a saúde dos portugueses mas, na prática, seguindo uma política exclusivamente economicista, deixa em situação de pré-ruptura financeira grande parte das instituições de saúde e desrespeita sistematicamente os direitos dos utentes;

4. O Governo, não pretendendo melhorar a saúde, mantém os profissionais numa situação de emprego precário, permitindo assim que se agrave a instabilidade nos serviços de saúde, que em nada melhora os cuidados prestados;

5. A política de corte indiscriminado no financiamento da saúde por parte deste Governo deixando, com total irresponsabilidade, os serviços na maior penúria de profissionais de enfermagem, tem vindo a diminuir os efectivos nos quadros e - paradoxalmente porque não pode prescindir deles - a aumentar o número de enfermeiros a "recibo verde", incentivando deste modo o pluriemprego, a desumanização dos serviços pela instabilidade e constante mudança de profissionais, a insatisfação profissional, o rápido desgaste e até a saída da profissão de muitos enfermeiros;

6. Os enfermeiros são profissionais imprescindíveis nos serviços de saúde e a existência de apenas 1 enfermeiro para 370 habitantes torna-os ainda mais necessários. No entanto, apesar de ser necessário um número duas vezes superior para nos aproximarmos da média europeia, há 14% do total de enfermeiros com vínculo precário;

7. Apesar das insistentes lutas para melhorar as condições de trabalho que passa,

também, pela existência do Estatuto Profissional, contemplado na Lei de Bases de Saúde, o Governo tem feito "orelhas moucas", recusando sistematicamente o diálogo para iniciar o processo de negociação com vista à publicação do referido Estatuto, provocando deste modo o vivo repúdio dos enfermeiros e da sua estrutura sindical.

Uma política a repudiar

Após os considerandos acima, os enfermeiros comunistas, que debateram no Encontro a política geral e de saúde do país e reflectiram sobre as questões profissionais mais relevantes, nomeadamente a acção reivindicativa e o Estatuto Profissional, decidiram:

- Demonstrar junto dos órgãos das entidades competentes e veicular através da comunicação social, a sua preocupação pela desastrosa política de saúde do actual Governo que, querendo fazer o contrário, está desmantelando os serviços de saúde,

numa clara atitude de benefício a sectores privados em detrimento dos sectores da população mais carenciada.

- Repudiar a política economicista que provoca grande insegurança nos profissionais de enfermagem, nomeadamente pela situação precária a que estão submetidos e põe em risco sectores vitais da prestação de cuidados de saúde.

- Denunciar a política obscura seguida pelo Governo que, recusando-se a clarificar o Estatuto Profissional do Enfermeiro, mantém uma clara atitude de indefinição que parece trazer-lhe vantagens.

- Denunciar o boicote, prepotência, autoritarismo e ausência de diálogo com que este Governo vem tratando as estruturas sindicais.

- Apoiar a exigência feita junto do Governo de abertura de negociações do Estatuto Profissional do Enfermeiro, entregue há 3 anos pelo SEP, para o qual nunca houve da parte do Governo qualquer contra-proposta ou tentativa de resolução do problema.

Álvaro Cunhal encontra-se com o PR

— um esclarecimento

O Presidente do Conselho Nacional do PCP, camarada Álvaro Cunhal, encontrou-se na segunda-feira, em Belém, com o Presidente da República, Mário Soares. Sobre algumas notícias veiculadas por órgãos de comunicação social acerca de declarações de Álvaro Cunhal à saída do encontro, o Gabinete de Imprensa do PCP tornou público o seguinte esclarecimento:

«Alguns órgãos de comunicação social têm afirmado que Álvaro Cunhal, no recente encontro que teve em Belém com o Presidente da República, teria reclamado ou sugerido ao Presidente a dissolução antecipada da Assembleia da República. A partir desta falsa informação alguns procuraram e obtiveram comentários incluindo de pessoas muito responsáveis.

«O Gabinete de Imprensa do PCP está em condições de esclarecer que a verdade é que, logo à saída do encontro, Álvaro Cunhal, respondendo a questões levantadas por jornalistas, teve ocasião de declarar que a eventualidade da dissolução da Assembleia não tinha sido de nenhuma forma abordada. O que declarou foi que os resultados das eleições autárquicas poderiam criar condições para o desenvolvimento da luta que conduziisse à demissão do Governo num prazo de tempo o mais curto possível. Naturalmente, pelos meios institucionais e constitucionais.»

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

O Governo não cumpre os seus compromissos

"Mais de três anos passados após a assinatura do acordo específico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, em sede do Conselho Permanente de Concertação Social, tudo continua na mesma", afirma-se em nota do Grupo de Trabalho do PCP para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, divulgada na passada quinta-feira. "E as mudanças que urge empreender nas empresas portuguesas ao nível das condições de prestação do trabalho e vigilância da saúde dos trabalhadores continuam indefinidamente adiadas".

A Nota daquele organismo do Partido sublinha seguidamente ser legítimo que sobre tal situação "se questione vivamente o Governo":

"Para quando o diploma sobre o regime de organização e funcionamento dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho?

"Para quando o processo de eleição dos representantes dos trabalhadores e o respectivo regime de protecção?

"Para quando a definição das formas de aplicação do Regime Jurídico do Enquadramento da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Decreto-Lei nº 441/91) à Administração Pública?

"Para quando o diploma relativo aos grupos de trabalhadores especial-

mente sensíveis a certos riscos, nomeadamente, jovens e mulheres grávidas?

"Para quando a publicação dos diplomas implementadores de uma verdadeira política social de reparação e reabilitação dos sinistrados do trabalho?

"Para quando a revisão do regime de penalizações por prática de infracções no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho?

"Sublinhe-se que, à excepção do penúltimo diploma referido, todos os restantes deveriam ter sido publicados, e não o foram, até 30 de Abril de 1992, conforme compromissos assumidos pelo Governo e constantes do próprio texto do Decreto-Lei nº 441/91. E mesmo quan-

to a este último diploma, o mesmo não tem tido praticamente efeitos dada a ausência da regulamentação que o consubstancia-ria.

Mais promessas não cumpridas

"Também a criação do Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (em que deveriam ter assento os parceiros sociais, conforme preconizado no artº 7º do Decreto-Lei nº 441/91) apesar de ser uma instituição prevista na Lei-Quadro e considerada peça essencial numa estratégia de intervenção a nível nacional, constitui mais uma promessa não cumprida.

"A formação do Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), entretanto decidida pelo Governo, não corresponde de modo algum - pela sua natureza governamentalizada, objectivos e estrutura - ao Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho que havia sido acordado constituir.

"Acresce ainda o facto do IDICT, cujo Conselho

Geral integra representantes de vários ministérios, associações patronais e sindicais, ter passado a abranger as actividades da Inspeção do Trabalho, em flagrante violação dos princípios da independência técnica e da autonomia fiscalizadora, que as Convenções n.º 81 e 129 da OIT estabelecem.

"Numa outra ordem de questões, verifica-se igualmente que as Directivas da Comunidade Europeia no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho continuam a não ser acolhidas pela legislação portuguesa, ou a sê-lo tardiamente. Trata-se de outro indesculpável atraso do Governo nesta matéria, com graves efeitos sociais e económicos".

Por fim, o Grupo de Trabalho do PCP para a Segurança, a Higiene e Saúde no Trabalho manifesta «a sua mais viva crítica pela falta de empenho do Governo numa área tão sensível para os interesses dos trabalhadores portugueses. E reclama o urgente cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo Governo neste importante domínio social».

CAMARADAS FALECIDAS

CARMINA MENDES

Após prolongada doença, faleceu, no passado dia 25 de Setembro, a camarada Carmina da Soledade Mendes, que residia no Pinhal Novo, onde era muito estimada. Reformada, com 65 anos de idade, a camarada era membro do Partido desde 1974. Casada com o camarada Carlos Alberto da Silva, Carmina Mendes era uma antiga antifascista e, depois do 25 de Abril, uma activista de sempre das iniciativas e festas do Partido no Pinhal Novo e da Festa do «Avante!».

MANUEL GODINHO

Militante do Partido desde o 25 de Abril, faleceu, no passado dia 1 do corrente o camarada Manuel Godinho. Estava organizado na Freguesia de Triana, concelho de Alenquer, sendo aí muito estimado pelos camaradas e amigos que o conheciam.

ANTÓNIO MATOS

Natural de Évora, com 72 anos de idade, faleceu, no passado dia 6, o camarada António Damásio Matos. Membro do Partido desde 1974, pertencia à Comissão de Freguesia do PCP de Pinhal Novo, onde residia.

JOSÉ GONÇALVES

O camarada José Joaquim Gonçalves, natural de Mombaja, cauteleiro, faleceu recentemente, com 70 anos de idade. Residia na Cruz de Pau, Amora, Seixal, e estava organizado na Freguesia da Amora do PCP.

TRABALHADORES

ESCONDIDOS NOS CTT DO RATO

A administração dos CTT resolveu esconder trabalhadores a quem não deu formação profissional atempada para que tivessem prática suficiente no manuseamento do sistema informático implantado na estação do Rato, em Lisboa, e por isso os mandou substituir no dia da reabertura, após obras de beneficiação. A denúncia foi feita pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, no próprio dia 11, quando teve lugar a reabertura e uma cerimónia solene, com o presidente da empresa, Alarcão Troni, e o ministro Ferreira do Amaral. O SNTCT protesta por, durante apenas o dia de segunda-feira, três trabalhadores da estação do Rato terem sido deslocados para outros locais de trabalho e substituídos no seu posto normal, atitude que considera «típica de países terceiro-mundistas» e manifestando a esperança de que este caso «não seja um prenúncio de regra a instituir no Governo do País».

GREVE NO CALÇADO

Para 28 de Outubro foi convocada uma greve dos trabalhadores do sector do calçado, como forma de protesto contra a proposta de aumentos salariais nulos apresentada pelo patronato. No final de uma reunião de delegados e activistas sindicais, no Porto, António Meira, da direcção da FESETE (federação sindical dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles), adiantou à agência Lusa que no dia da greve terá lugar uma concentração junto da sede da associação patronal; ao argumento de que o sector está em crise, aquele sindicalista contrapôs afirmações do ministro Mira Amaral, para quem o calçado é um sector de futuro, cujas exportações aumentaram 21 por cento no primeiro semestre deste ano.

AUTARQUIAS

Comentando declarações de Valente de Oliveira, nomeadamente publicadas no «DN» de 2 de Outubro, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local afirma que «o ministro do Planeamento e Administração do Território assume finalmente as intenções do Governo de destruir as autarquias locais». «Que autoridade tem este Governo para vir, através do sr. ministro Valente de Oliveira, utilizar frases como "racionalizar as despesas de funcionamento, prescindindo de gente que não faz nada, de actividades que não acrescentam valor" e "as autarquias têm de deixar de executar obras grandiosas ou de fachada" - interroga o STAL, que acusa o executivo laranja de gastar centenas de milhar de contos no «mamarracho» do Centro Cultural de Belém, delapidar o dinheiro do Estado a adquirir automóveis de luxo para uso próprio, ter «mais ministros, secretários de Estado, secretários de Estado adjuntos, directores-gerais, directores-gerais adjuntos, assessores, assessores de assessores, etc., do que a nossa memória comporta», e de «política de compadrio na admissão do pessoal para o aparelho de Estado e na forma como trata as dívidas das empresas privadas».

IVIMA

Trabalhadores da Ivima pararam o trabalho e interromperam a circulação de comboios pela estação da Marinha Grande, na segun-

da-feira, exigindo o pagamento de metade dos salários de Setembro.

TELECOM

O secretariado da célula do PCP nos CTT do Porto manifestou, num comunicado aos trabalhadores, o seu protesto contra o recente acordo entre a administração da Telecom e as direcções do Sicomp e do Sindetelco para fechar as negociações do acordo de empresa. Estes dois sindicatos, «representando cerca de 400 trabalhadores, pretendem impor o AE da administração aos cerca de 8 mil representados pelo Sintel e o SNTCT», protestam os comunistas, para quem não haveria «nada a estranhar» relativamente ao Sicomp, «organização laranja que pouco mais representa que a sua direcção». Já relativamente à direcção do Sindetelco, maioritariamente socialista, a célula do PCP manifesta o seu espanto pelo «à-vontade com que vende o clausulado do AE CTT, pondo em causa as Obras Sociais, a segurança do emprego, as transferências e muitos direitos essenciais». «Quando o presidente da Telecom, Todo-Bom, anuncia a reestruturação do sector das telecomunicações em Portugal (Telecom, TLP e Marconi) e fala em 10 mil despedimentos, está a contar com "sindicatos" dóceis como o Sicomp e o Sindetelco para o ajudar», afirma-se no documento.

LISBOA-MADRID

De 7 a 9 de Outubro decorreu na capital espanhola o 4º Encontro de Sindicalistas Lisboa-Madrid, que teve por tema a indústria e o emprego. Na iniciativa participaram cerca de 150 sindicalistas. A delegação portuguesa integrava mais de meia centena de dirigentes e activistas de vários sectores e empresas, bem como o coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, Florival Lança, que interveio na sessão de abertura.

ANGOLA

A União dos Sindicatos de Setúbal protestou contra o facto de a administração do Jumbo na capital sadina ter proibido a recolha de apoios da população para a campanha de solidariedade com a luta do povo angolano pela paz e que, a 20 de Setembro, somava 121 mil escudos e 2330 quilos de alimentos e roupas.

CGTP dá a conhecer resultados da Estafeta

Uma delegação da CGTP, chefiada por Manuel Carvalho da Silva, foi recebida sexta-feira passada no centro de trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes. Os sindicalistas, tendo por pano de fundo os elementos recolhidos durante a Estafeta da Solidariedade (promovida pela central em todos os distritos e que terminou com uma concentração-comício em Lisboa a 1 de Outubro), debateram com uma delegação do PCP dirigida por Carlos Carvalhas a situação económica e social do País.

Em declarações aos jornalistas no final do encontro, o coordenador da CGTP e o secretário-geral do PCP expressaram preocupação pelos graves problemas vividos pelos trabalhadores e outras camadas sociais, afirmando ter-se verificado uma grande proximidade de pontos de vista sobre as causas fundamen-



Carlos Carvalhas, acompanhado de Henrique Sousa, do Secretariado do Comité Central, Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Rosa Rabal, do CC, recebeu, no dia 8, uma delegação da CGTP que integrava o coordenador da central e os membros da Comissão Executiva Manuel Lopes, João Paulo, Jerónimo Rodrigues e Emídio Martins

tais da crise, as responsabilidades do Governo e do patronato, e as medidas necessárias para a superar. Carvalho da Silva afirmou que a denúncia da situação económica e social feita pela CGTP a partir dos

resultados da Estafeta tem encontrado compreensão e solidariedade junto de outras entidades com quem os dirigentes da central se têm reunido.

Nos últimos dias, delegações da *Inter* foram ainda

recebidas em audiência pelo secretário da Conferência Episcopal, pelo Provedor de Justiça, pelo Partido Socialista, pelo Presidente da República e pela Comissão Nacional Justiça e Paz.

Graves problemas laborais e sociais em Viseu e na Madeira

Continuam a chegar à nossa Redacção documentos elaborados por uniões de sindicatos no âmbito da Estafeta da Solidariedade, que denunciam, com exemplos concretos, a gravidade dos problemas económicos, sociais e laborais nos diferentes distritos.

Madeira

A União dos Sindicatos da Madeira divulgou um levantamento da situação político-laboral na região autónoma, apontando como mais graves problemas a degradação das condições de vida dos trabalhadores, o aumento da pobreza, o crescimento do desemprego e a generalização do subemprego.

Referindo casos concretos de vários sectores e reivindicando uma intervenção «urgente e mais eficaz» do Governo Regional, a USAM alerta para o facto de o desemprego crescer «devido não só à situação de crise dos chamados sectores tradicionais, mas também à perspectiva de encerramento de empresas em sectores fundamentais para a economia da região».

O subemprego está instalado em diversos sectores de actividade, mas apresenta-se com especial gravidade, segundo a União, na construção civil e obras públicas (onde «cerca de 3 mil pessoas trabalham em situações de subemprego», a peça, ao metro, à tarefa, com recibo verde, sem quaisquer direitos de segurança imediata e futura), nos bordados («milhares de bordadeiras de casa encontram-se sem trabalho e sem qualquer protecção no desemprego») e na obra de vimes («centenas e centenas de trabalhadores não têm qualquer regulamentação da sua actividade

Viseu

A União dos Sindicatos, num «testemunho» em que responsabiliza a política do Governo de Cavaco Silva pelo agravamento das condições de vida e de trabalho no distrito e no País, aponta como principais problemas um acentuado crescimento do desemprego, o encerramento de empresas, o surgimento de salários em atraso, os baixos salários praticados e a proliferação do emprego precário.

O sector terciário de Viseu é fortemente afectado pela política do Governo PSD,

nomeadamente devido ao esvaziamento de serviços, funções e competências que têm sido retirados do distrito - refere a União.

Com 8260 inscritos nos centros de emprego de Viseu, Tondela e Lamego, o desemprego atinge os 9,8%. Só no primeiro semestre deste ano foram liquidados mais de 3 mil postos de trabalho; na lista de empresas que encerraram a actividade ou procederam a despedimentos destacam-se, pelo número de trabalhadores atingidos, o grupo Visabeira (1200), a Empresa Nacional de Urânio (376), a Pextrafil (232), a têxtil CTV (136), a Coimbras, do sector de alimentação (115), e a Camisaria Sagres (109).

A USV chama a atenção para as proporções que no distrito atinge a precariedade de emprego, afirmando que ela afecta 35 em cada 50 trabalhadores, como revelou um apuramento de 41 empresas e serviços públicos.

Os trabalhadores do distrito de Viseu, refere a União, auferem salários «muito abaixo» da média nacional, como se vê pelo facto de o salário médio não chegar aos 52 contos. Há «uma grande maioria» de trabalhadores que recebe apenas o salário mínimo nacional e há remunerações mínimas que, apesar de definidas na lei ou na contratação, não são respeitadas (nomeadamente em sectores como a hotelaria, as confecções e a construção civil).

No «testemunho» de Viseu são apontadas 9 empresas como exemplos de salários em atraso. A USV verifica ainda que há «atrasos consecutivos e propostos nos pagamentos dos salários e outras remunerações».

Siderurgia portuguesa é caso específico

Nas negociações comunitárias para os apoios à Siderurgia Nacional, o Governo português deve defender a especificidade do caso português, exigem os trabalhadores da SN numa resolução aprovada durante um plenário geral que teve lugar na semana passada em Paio Pires.

O documento, divulgado pela comissão de trabalhadores, recorda que «o mercado nacional de aço possui condições para absorver mais do dobro da capacidade de produção instalada na Siderurgia Nacional», enquanto parte da produção siderúrgica é exportada para mercados fora da Comunidade Europeia (14% até Julho deste ano). Além disso, «a dimensão da SN não tem paralelo com indústrias siderúrgicas de países como a Alemanha, Itália ou mesmo Espanha, que pesam decisivamente na sobrecapacidade instalada na CE».

Na resolução defende-se que «Portugal deve preservar as suas capacidades e competências produtivas, não podendo significar integração europeia o mesmo que desindustrialização, maior dependência e empobrecimento do tecido económico nacional». Os trabalhadores manifestam a sua oposição ao encerramento de «instalações como os trens médio e ligeiro, que produzem gamas completamente absorvidas pelo mercado nacional e de maior valor acrescentado» e ao pretendido redimensionamento de efectivos, que consideram «desajustado das necessidades reais da empresa»; em contrapartida, defende-se na resolução, deve ser valorizada a qualificação profissional e devem ser garantidos os direitos consagrados no acordo de empresa.

TRABALHADORES



O Governo abriu as negociações da pior maneira, ao propor que os salários dos trabalhadores da Função Pública não sejam aumentados no próximo ano (na foto, um pormenor da participação de sindicalistas e activistas do sector na Estafeta da Solidariedade, em Lisboa, no dia 1 de Outubro)

Função Pública recusa congelamento dos salários

Convocada para amanhã uma jornada nacional de luta, com concentrações em Lisboa, no Porto e em Coimbra

Os sindicatos que subscrevem a «plataforma reivindicativa para a administração pública» consideram que o facto de o Governo se mostrar disposto a não aumentar os salários dos trabalhadores do Estado em 1994 é «uma atitude afrontosa da dignidade profissional» das centenas de milhares de pessoas que trabalham na administração central e local.

«Não aceitamos que o Governo faça recair sobre os trabalhadores a pesada factura das suas erradas opções de política económica e os erros de gestão que provocaram o elevado défice orçamental», afirma-se numa nota de imprensa da comissão negociadora sindical da plataforma, a funcionar na sede da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. O documento, distribuído na passada sexta-feira, refuta argumentos baseados em exemplos do estrangeiro, «pois em Portugal, e para muitos trabalhadores, a situação já está ao nível da subsis-

tência, não sendo possível comparar os efeitos de um congelamento dos salários em Espanha, onde o salário mínimo é de 109 mil escudos, e no nosso país, em que é apenas de 45 600».

Comentando o facto de o Governo deixar implícito que os aumentos poderão chegar aos 3 por cento caso haja acordo no CPCS, os sindicatos recusam-se a aceitar «que os trabalhadores da Função Pública sejam usados como moeda de troca e instrumento de chantagem» para a obtenção de um qualquer acordo ao nível da Concertação Social, reafirmando a exigência de aumentos salariais de 9,5 por cento, que permitam compensar a inflação e aproximar os salários portugueses aos dos restantes trabalhadores europeus.

A Comissão Negociadora Sindical apela «à unidade e mobilização de todos os trabalhadores», afirma a importância de que «uma vez mais se verifique a convergência entre todas as organizações

sindicais do sector no combate a esta política» e anuncia a realização, amanhã, de concentrações em Lisboa (às 16 horas, no Rossio), no Porto e em Coimbra. Entretanto, adianta a nota de imprensa, os sindicatos «vão discutir formas de luta mais duras que poderão ser anunciadas no decurso desta jornada».

Na passada sexta-feira, quando a secretária de Estado Adjunta e do Orçamento apresentou aos sindicatos a proposta de congelamento dos salários em 1994, a representante da FESAP/UGT também a considerou inaceitável. Um telegrama da agência Lusa refere que tanto Carmo Silva, como Carlos Mamede (da plataforma reivindicativa), admitiram a possibilidade de acções conjuntas contra o «aumento zero».

Professores podem convocar 3 semanas de greve ao trabalho extra

No plano de acção para este ano lectivo, aprovado na semana passada pelo Conselho Nacional da Fenprof, foi incluída a realização de uma greve às horas extraordinárias entre 8 e 30 de Novembro, caso o Governo não revogue o despacho que veio determinar o pagamento das horas extra por um valor inferior ao do trabalho normal.

A Federação Nacional dos Professores considera que 1993/94 pode ser «um ano decisivo na preparação das condições para mudar de página», e quer que o programa de acção aprovado a 7 e 8 de Outubro constitua «um contributo específico dos professores na construção de uma profissão autónoma e valorizada, agindo por uma nova política que dê efectiva prioridade à Educação», como se afirma num comunicado distribuído à imprensa na segunda-feira.

Para a Fenprof - que integra a comissão negociadora sindical da plataforma reivindicativa da administração pública e apela aos professores para que participem nas acções convocadas para amanhã - «é urgente que o Ministério da Educação substitua a demagogia por actos sérios, disponibilizando já para o próximo Orçamento de Estado as verbas que permitam a resolução de problemas que há muito se arrastam». De entre estes, a federação salienta «a criação de condições para a aplicação da reforma em curso, uma efectiva estabilidade de emprego para professores e educadores, a contagem de todo o tempo de serviço para progressão na carreira, o imediato acesso ao 8º escalão de todos os docentes que a ele têm direito, a revogação do despacho que manda pagar as horas extraordinárias por valor inferior ao da hora normal, uma revisão salarial justa».

O plano de acção da Fenprof inclui ainda, a par de outras acções de expressão pública e reuniões de docentes sobre problemas como o Estatuto da Carreira Docente, a avaliação de desempenho, a progressão na carreira, o acesso ao 8º escalão, a reforma educativa e questões específicas de grupos de professores (contratados, com habilitação suficiente, etc.), a realização em 25 e 26 de Novembro do 1º Congresso Nacional de Professores Aposentados. A federação e os sindicatos vão ainda distribuir aos docentes um postal, a

enviar ao ministro da Educação, respondendo à carta que este recentemente dirigiu aos professores.

Português

O ensino da língua portuguesa aos filhos dos emigrantes está «fortemente comprometido» e o redimensionamento da rede escolar decidido pelo Governo de Couto dos Santos e Cavaco Silva levou a que em França o número de cursos de Português passasse de 200, no ano passado, para 95, enquanto na Alemanha foi reduzido em um terço.

A denúncia foi feita na semana passada pelo Sindicato dos Professores no Estrangeiro e a Fenprof, numa nota de imprensa em que recordam que, como haviam oportunamente prevenido, «o despacho sobre as colocações dos professores de Português no estrangeiro, aliado ao redimensionamento da rede escolar em vários países, decididos pelo ME sem negociação com os professores e as suas organizações representativas, levou ao início do ano lectivo mais complicado, distorcido, confuso e irregular de sempre».

Dia mundial

Afirmando que tudo fará para que o Governo português ratifique a recomendação da OIT e da Unesco relativa à condição do pessoal docente, aprovada em Paris a 6 de Outubro de 1966, e que lutará pela sua aplicação em Portugal, a Fenprof afirmou-se confiante em que também no nosso país passe a ser assinalada aquela data como Dia Mundial dos Professores.

Há 27 anos, na conferência, não esteve nenhum delegado português entre os representantes de 75 estados que aprovaram a recomendação. «Vivia-se então o período do salazarismo. Mas, mesmo hoje, o Ministério da Educação continua a tudo fazer para ignorar a existência deste importante instrumento internacional» - comenta a Fenprof.

Preocupação na Rodoviária

«A actual situação vivida nas empresas que fizeram parte da Rodoviária Nacional e naquelas que ainda integram o grupo RNIP é de uma preocupação constante», afirma a comissão de trabalhadores da Rodoviária do Alentejo. Numa nota que distribuiu na semana passada à comunicação social, a CT denuncia as intenções manifestadas pelos principais concorrentes à compra da empresa: tanto o grupo Belos, como o grupo Barraqueiro afirmam pretender despedir centenas de pessoas.

O grupo Barraqueiro, refere a CT, reportando-se a declarações saídas no «Público» de 30 de Setembro, concretiza o desejo de despedir uma grande parte dos 1500 trabalhadores que a Rodoviária do Alentejo hoje emprega, dizendo que necessitará de pouco mais de 600 (na área do movimento).

Anunciando que irá denunciar, junto das autoridades responsáveis, a situação preocupante das cerca de 850 famílias que serão atingidas pelo pretendido despedimento, a comissão de trabalhadores pergunta: «Quem se responsabiliza pela degradação dos transportes rodoviários num distrito que se quer desenvolvido? Quem assume a responsabilidade pela rede de transportes escolares? Quem se dispõe a garantir o transporte urbano? Quem se responsabiliza pelas convulsões e agitação social que vai provocar o despedimento de 850 trabalhadores?»

TAP

«Nada de concreto foi assumido pelo Governo que permita dar maior confiança

quanto ao futuro da TAP e dos seus trabalhadores», afirma a CGTP numa nota divulgada após uma reunião, a pedido da central, com o secretário de Estado dos Transportes. A delegação da Intersindical Nacional, dirigida por Amável Alves, reuniu com Jorge Antas no dia 7, verificando que continuava a haver da parte do Governo «uma duplicidade de comportamentos»: enquanto o secretário de Estado afirma estar empenhado na viabilização da TAP, o executivo não assume as suas responsabilidades na viabilização da transportadora aérea nacional e «não se demarca, antes aprova, nem que seja por omissão, a actuação do conselho de administração da TAP, que se caracteriza pela inviabilização de qualquer diálogo social na empresa».

CP

«O mal é da gestão, dos membros do conselho de gerência, de alguns que dentro da CP fazem o seu jogo e do Governo PSD/Cavaco Silva», afirma-se num comunicado da célula do PCP na empresa. Os ferroviários comunistas contrapõem ao alegadamente excessivo peso dos encargos com pessoal, que tem servido de pretexto para a liquidação de milhares de postos de trabalho nos últimos anos, os resultados económicos conhecidos: em 1991 saíram da CP cerca de mil trabalhadores, e o défice passou de 20,1 milhões de contos (em 1990) para 25,3 milhões; em 1992 deixaram a empresa cerca de 1500 pessoas, e o défice subiu para 35,7 milhões de contos.

Salários no Porto ainda mais baixos

Em quinze dos dezassete concelhos que integram o distrito do Porto a remuneração média de base dos trabalhadores a tempo inteiro (sem incluir a Administração Pública) era, no final do ano passado, inferior ao índice nacional de 85 748 escudos, valor que apenas foi atingido em Matosinhos e ultrapassado no concelho do Porto.

Interpretando estes dados do Ministério do Emprego, a União dos Sindicatos do Porto salienta que «para os baixos valores das médias salariais de base dos diversos concelhos, contribuem decisivamente as remunerações das mulheres», que chegam a ser inferiores a metade da média nacional (42 737 escudos, no concelho de Baião) e não ultrapassam os 76 298 escudos (record atingido no concelho do Porto).

A USP reafirma que «uma política de baixos salários não é solução para os problemas da nossa economia, não conduz ao progresso, constituindo, isso sim, factor de retrocesso» e aponta o distrito do Porto como prova desta tese: «a uma média salarial muito baixa corresponde um distrito que apresenta dos piores índices socioeconómicos do País».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reabertura da AR marcada pelas iniciativas do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou já a sua firme oposição a qualquer possibilidade de o Governo vir a reduzir as despesas sociais, do mesmo modo que rejeita a tentativa de congelar as transferências financeiras para as autarquias, duas linhas de orientação iniciadas em declarações públicas por responsáveis governamentais para o futuro Orçamento do Estado. Esta foi uma das posições saídas das Jornadas Parlamentares do PCP, recentemente realizadas em Almada, no decorrer das quais foi ainda prestada particular atenção à preparação da interpelação ao Governo na próxima quinta-feira, ao quadro de iniciativas legislativas a levar a cabo até final do ano e à situação de atraso no retomar dos trabalhos da Assembleia da República.

"Anómala situação de paralisia" foi a este último respeito a forma como o PCP caracterizou a demora no retomar do normal funcionamento do Parlamento, quer a nível de plenário, quer de comissões. A situação de "férias" prolongadas por cerca de três meses é tanto mais escandalosa e inaceitável quanto é certo que durante este período, como assinalaram as Jornadas, "foi-se agravando duramente a situação económica e social e a Assembleia manteve-se alheada, sem informação e sem debater as questões".

Particularmente duros nas suas críticas, os deputados comunistas recordam a rejeição pelo PSD da sua proposta para as comissões funcionarem em Setembro e para o plenário antecipar o início das suas reuniões, estabelecendo um paralelo entre esta postura e as críticas públicas do partido do Governo ao calendário judicial.

"Um partido como o PSD que veio publicamente criticar o calendário judicial, por achar que dois meses é um período excessivo de férias judiciais, mas que ao mesmo tempo impõe à Assembleia um período de férias parlamentares de mais de três meses, é um partido que revela no mínimo a mais descarada hipocrisia política", concluíram a propósito os deputados comunistas, não sem deixarem também uma nota crítica dirigida ao PS pelo que consideram a sua "falta de iniciativa" e pelo modo "como se conformou com os diktats do PSD".

No que diz respeito ao Orçamento do Estado para 1994, para além das críticas já referidas a recentes declarações de altos responsáveis governamentais (cujo conteúdo aponta para a ideia de que o Executivo se prepara, a pretexto da crise e de recessão, para se desresponsabilizar ainda mais das suas funções sociais), os deputados comunistas rejeitam simultaneamente a hipótese já avançada pelo Governo de manter o valor nominal do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) ao nível actual.

Assinalando que uma tal decisão significaria "uma redução real" do FEF para as autarquias, o PCP considera-a tanto mais inaceitável quanto é certo que um tal congelamento - quando o

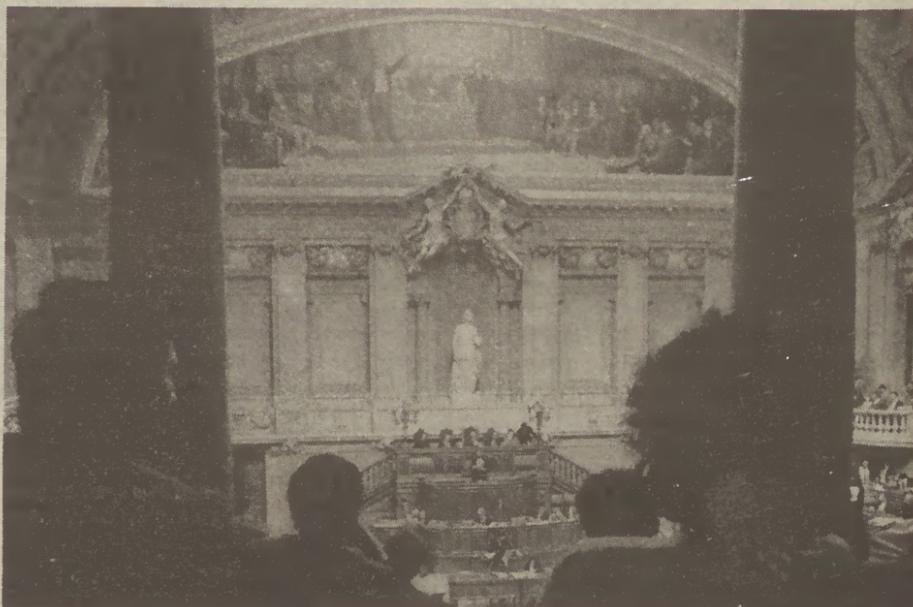
próprio Governo já anunciou que vai incluir no Orçamento da Administração Central 300 milhões de contos de fundos comunitários - constituiria só por si "um obstáculo a que também as câmaras municipais pudesse concorrer ao co-financiamento comunitário".

Divulgado no final das Jornadas foi entretanto o compromisso de que a bancada comunista apresentará em sede de debate do Orçamento uma proposta de aumento do valor do FEF, em ordem a cumprir a Lei das Finanças Locais e a responder às necessidades das autarquias e das populações.

Posição muito crítica teve ainda o Grupo Parlamentar do PCP relativamente ao Orçamento Suplementar para 1993, decorrente de um buraco orçamental que de acordo com estimativas ultrapassará largamente os 320 milhões de contos referidos por Braga de Macedo. Responsabilizando em exclusivo o Governo por este "buraco", a formação comunista chama a atenção para a circunstância de ele decorrer "não de razões supervenientes à aprovação do Orçamento, mas sim do facto de o Governo o ter elaborado com base em projecções irrealistas sobre a pre-

visível evolução económica do País, quando a recessão económica era já um facto".

Destaque merecem ainda no âmbito das Jornadas as visitas e contactos realizados pelos deputados aos concelhos de Almada e Seixal, durante os quais tiveram oportunidade de constatar - são as conclusões que o realçam - a "obra notável das autarquias de maioria CDU e a forma como foram alcançados níveis de satisfação das necessidades básicas das populações claramente superiores à média nacional".



Interpelação ao Governo PCP faz radiografia da crise e aponta rumo alternativo

Multiplicando reuniões e encontros em vários pontos do País, os deputados comunistas ultimam os preparativos para a interpelação ao Executivo da iniciativa do PCP sobre a "degradação da situação e dos direitos sociais, a recessão económica e as políticas do Governo". Agendado para o próximo dia 21, quinta-feira, este debate está a concitar desde já enormes expectativas, prevendo-se que ele venha a marcar seguramente a reabertura do novo ano parlamentar. É que motivos não faltam, evidenciando-se desde logo a possibilidade que oferece de confrontar o Governo com as suas responsabilidades perante a grave crise económica e social que afecta o País.

Uma crise cujos principais traços foram detalhadamente expostos no decorrer das recentes Jornadas Parlamentares do PCP, da maneira que a seguir se enuncia:

"Mais de 200 mil desempregados que se inscreveram no IIEP nos primeiros oito meses de 1993; prático congelamento da negociação colectiva; reaparecimento em força dos salários em atraso; subsídios de desemprego por pagar; alastramento do trabalho infantil; situações dramáticas em várias regiões do País; encerramento de empresas; destruição do aparelho produtivo; redução da produção em praticamente todos os sectores de actividade e evolução negativa do PIB em

1993; alterações negativas no regime de reformas; degradação acelerada das condições de prestação de cuidados de saúde; ameaça do Primeiro-Ministro de redução do subsídio de desemprego; chantagem do Ministro do Emprego com os salários «marroquinos»".

Será este, pois, em traços largos, o retrato do País que os deputados do PCP levarão à Câmara, reflectindo o universo de encontros que estabeleceram nas últimas semanas com os mais variados agentes da vida económica, social e cultural. Uma intensa actividade de contactos que vai igualmente servir de base à elaboração de propostas de orientação e medidas de política que permi-

tam inverter a actual situação de crise.

Nota de realce merece, entretanto, dos encontros já realizados no quadro preparatório da interpelação, o que reuniu na passada terça-feira, na sala D. Maria, em S. Bento, várias entidades interessadas em debater o "Acesso da População aos Cuidados de Saúde". Igual interesse suscitou, por sua vez, o encontro realizado ontem no auditório da "Casa Amarela", reunindo numerosos representantes de sindicatos, federações e outras estruturas representativas dos trabalhadores, entre as quais a CGTP-IN, subordinado ao tema: "A Crise, a Recessão e os Direitos dos Trabalhadores".

Actuações do SIS

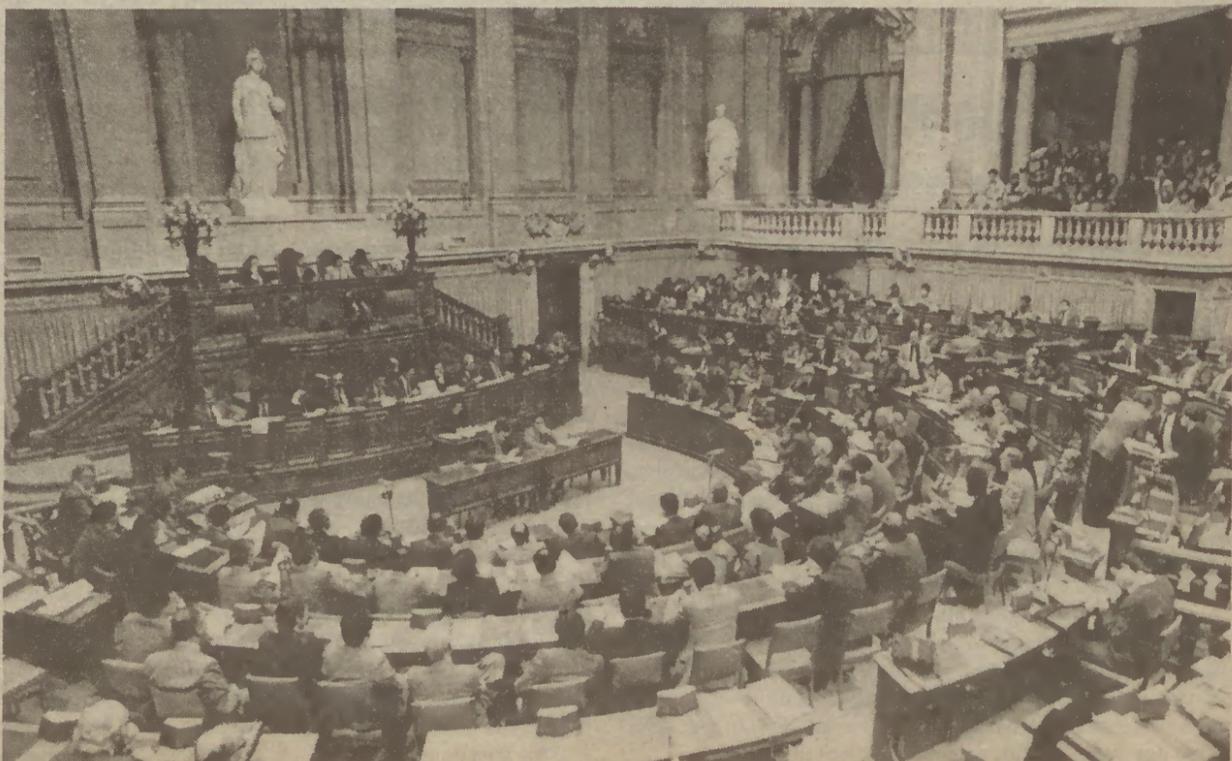
PCP quer inquérito parlamentar

O encetar de diligências no sentido do imediato agendamento do seu pedido de inquérito parlamentar às actuações dos Serviços de Informações de Segurança (SIS), designadamente contra estudantes, agricultores e sindicalistas, constitui uma das prioridades do Grupo Parlamentar do PCP no recomeço dos trabalhos do plenário da Assembleia da República.

Esta opção da formação comunista é justificada pela contínuo agravamento das actuações do SIS, em sua opinião "cada vez mais como uma força não isenta ao serviço das opções político-partidárias do Governo e contra a oposição social e política".

Fundamentando a sua afirmação e concretamente o "enfudamento do SIS àquelas opções político-partidárias", os deputados comunistas recordam a divulgação de um pretendo relatório secreto sobre os «gangs de negros», relatório que do seu ponto de vista tem uma "matriz racista e xenófoba" feito com uma oportunidade que serviu exemplarmente para "encaixar nas opções governamentais em matéria de estrangeiros". O grupo comunista vai mesmo mais longe e considera que o SIS "deixa de ser um serviço de informações da República para se transformar numa polícia política ao serviço do Governo PSD".

Decidido nas suas recentes Jornadas foi também no quadro da actividade legislativa vencer a inércia que envolve o processo de aprovação da lei respeitante ao regime de permanência para os eleitos das juntas de freguesia, bem como, igualmente no domínio autárquico, a aprovação da lei que estabelece o limite de despesas eleitorais.



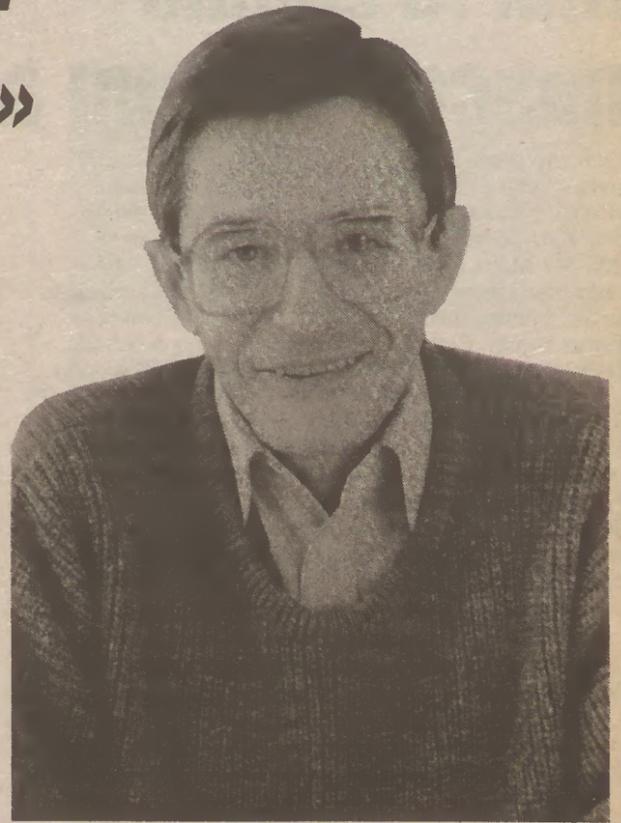
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Uma actividade sem paralelo

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a destacar-se, não apenas em termos quantitativos como qualitativos, no quadro da produção legislativa do último ano parlamentar. No balanço efectuado nas suas recentes Jornadas Parlamentares isso mesmo é visível a partir de uma simples leitura do total de iniciativas apresentadas ao longo da 2ª sessão legislativa. Não sendo propriamente uma novidade – idêntico papel de destaque mereceu o trabalho da formação comunista em anteriores Legislaturas –, nem por isso este apuramento deixa de ser altamente significativo, testemunhando o grau de qualificação e de capacidade da bancada comunista, sobretudo se tivermos em conta a situação de desvantagem numérica relativamente às principais formações com assento parlamentar. No que se refere aos projectos de lei, por exemplo, para citarmos apenas alguns, o PCP apresentou 36 de um total de 135, número só ultrapassado pelo PS (39), enquanto o PSD se ficou pelos 35. Já no que se refere aos projectos de resolução, o PCP destacou-se claramente das restantes formações com um total de 13 projectos apresentados, seguido do PS com 9 e do PSD apenas com 1. Igual primazia cabe ainda à formação comunista em matéria de ratificações, com um total de 27, posição seguida pelo PS que subscreveu 23.

«Não há competitividade económica que possa justificar regressões sociais»

– afirma Octávio Teixeira em entrevista ao «Avante!»



A pouco menos de uma semana do recomeço dos trabalhos parlamentares – uma abertura incompreensivelmente tardia face à natureza e dimensão de muitos dos problemas que afectam o País –, as atenções da bancada comunista estão no essencial dirigidas para a interpelação do PCP ao Governo na próxima quinta-feira, centrada na degradação da situação e dos direitos sociais, bem como na recessão e nas políticas do Governo. Estas questões, está bem de ver, estão no eixo das preocupações e das prioridades da formação comunista e o debate não deixará de marcar a «rentrée» da actividade parlamentar. Outras matérias, porém, estarão no centro do debate político até final do ano. Estão neste caso, nomeadamente, o Orçamento Suplementar para 1993 e o Orçamento do Estado para o próximo ano. Estes são, aliás, dois dos temas tratados nesta breve entrevista concedida ao «Avante!» por Octávio Teixeira, presidente do grupo Parlamentar do PCP, uma conversa onde também se falou da crise actual e dos caminhos alternativos para a superar.

Av. – Apesar das insistências, não tiveram qualquer eco junto da maioria PSD as diligências do PCP para que a Assembleia da República retomasse mais cedo a sua actividade. Como avalia esta situação?

– Parece-me pertinente e inteiramente justificada a apreciação que as Jornadas fizeram da situação de paralisia a que foi submetida a Assembleia desde 2 de Julho até ao momento. Durante três meses em que se foi agravando pesadamente a recessão económica e a crise social, o PSD impediu, pela força numérica dos votos e contando com o desinteresse do PS, que as Comissões e o Plenário da Assembleia fiscalizassem a (in)acção do Governo e tomassem medidas de combate à crise. Nomeadamente, o PSD impediu que fosse aprovada a proposta do PCP de funcionamento das Comissões durante todo o mês de Setembro e que o Plenário reiniciasse os seus trabalhos no início de Outubro.

– Em vésperas de se dar início a um novo ano parlamentar quais são as principais preocupações do Grupo Parlamentar comunista e quais as linhas de força que nortearão a sua acção a breve prazo?

– As preocupações centrais do Grupo Parlamentar do Partido, durante a próxima sessão legislativa, centrar-se-ão no combate à degradação social e à recessão económica, e bem assim em contribuir activamente para que se criem as condições favoráveis à substituição do Governo. Por isso, no início dos trabalhos parlamentares incidiremos as atenções fundamentalmente na nossa interpelação ao Governo sobre a situação económica e social (e que marcará o reinício dos grandes debates no Plenário) – mostrando as responsabilidades indelmentáveis das políticas do Governo para a profunda crise actual e, assim, justificando a necessidade objectiva da sua substituição – e nos processos relativos ao orçamento Suplementar para 1993 e ao

Orçamento do Estado para 1994.

– Como analisa o Orçamento Suplementar para 1993 que o Governo apresentará dentro de pouco tempo à Assembleia da República?

– O orçamento Suplementar, que consubstancia um «buraco orçamental» da ordem dos 500 milhões de contos, é um resultado directo, um «filho legítimo», da teoria do oásis propagandeada pelo Governo no início do ano. Porque o Governo e o PSD não quiseram reconhecer a recessão em que estávamos já atolados, como então o Partido mostrou, é que as receitas fiscais foram orçamentadas irrealisticamente, porque o foram na base de uma evolução da economia que (alegadamente) se apresentaria como um oásis verdejante quando, afinal, essa evolução nada mais poderia espelhar que um deserto em expansão. Por acréscimo, e por isso mesmo, esta duplicação do défice orçamental em nada contribuiu para amortecer e combater a recessão económica.

– E quanto ao Orçamento para o próximo? Fala-se em cortes nas despesas sociais...

– Quanto ao orçamento para 1994 é cedo para falar dele, na medida em que ainda não o conheço. Mas é de prever que o Governo tente mais uma vez fazer recair os custos sobre os trabalhadores portugueses, os utentes dos serviços de saúde e os reformados, precisamente a pretexto da crise. Aliás, será importante analisar que cortes nos benefícios fiscais serão os pré-anunciados por membros do Governo: os que recaem sobre o IRS (como a dedução das despesas de saúde) ou dos que beneficiam as operações e as mais-valias financeiras? Queres fazer uma apostinha de quais serão?

– Na base da crise actual, para além de factores externos, entroncam necessariamente as opções governativas em matéria de política económica. Queres apontar algumas das principais causas que explicam a situação actual?

– Porque a crise não é apenas portuguesa, antes atinge a generalidade dos países capitalistas em graus diferenciados, necessariamente que há causas e razões que têm a ver com o próprio sistema capitalista, sujeito a crises cíclicas cada vez mais próximas umas das outras, mais profundas e mais difíceis de ultrapassar.

Mas há na nossa recessão razões próprias da política de Cavaco Silva e do PSD. Por exemplo, o desastroso processo de privatizações que retirou ao País instrumentos importantes para melhor resistir e combater situações de crise económica. Também o facto de o Governo do PSD ter desperdiçado os últimos anos e muitos milhares de milhões de contos (comunitários e nacionais) sem proceder a uma adequada reestruturação da economia portuguesa que pudesse enfrentar o

Mercado Único. Pelo contrário, o Governo promoveu a corrupção com os fundos comunitários e antecipou a liberalização completa de sectores, como na agricultura e na área financeira, que fragilizaram ainda mais as fracas forças da economia portuguesa. Por outro lado, e não menos importante, as políticas macroeconómicas do Governo, designadamente as políticas monetária e cambial, que anteciparam no nosso país as nefastas orientações da UEM do Tratado de Maastricht.

– E quanto à saída para a situação actual? Que medidas defende o PCP para a superação da crise?

– Porque o espaço é curto, sintetizo-te as propostas de ultrapassagem da crise, as nossas propostas alternativas à política do Governo, no seguinte: por um lado, o primado da economia produtiva, da «economia real», sobre a actividade financeira e especulativa e sobre os índices nominais – para o nosso país o fundamental não é ter uma inflação baixa à custa da substituição da produção nacional por importações, mas sim o de desenvolver a nossa economia e aumentar a produtividade efectiva (e não a aparente através da baixa de salários e da eliminação de direitos sociais); por outro lado, combater a filosofia actual de que a concorrência e o crescimento económico são um objectivo em si mesmos, são «o objectivo», e por isso justificam todos os sacrifícios dos trabalhadores, dos povos, substituindo-a pela ideia (e prática) de que o objectivo essencial e último é a melhoria das condições e do nível de vida dos portugueses, é o Homem, e que as políticas económicas e sociais são meros instrumentos ao serviço desse objectivo. Não há, não pode haver, aumentos de concorrência e competitividades económica e comercial que possam justificar regressões sociais!



A degradação da situação económica e social tem alargado as manifestações de protesto e descontentamento

Um marco para a sua geração

Maria Lamas nasceu há cem anos

Comemoraram-se, no passado dia 6 de Outubro, 100 anos sobre a data de nascimento de Maria Lamas, cuja vida e obra marcou a sua geração. Antiga presidente honorária do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), Maria Lamas foi objecto em 1992 de uma campanha lançada por este movimento para a realização de um monumento de homenagem a ser instalado em Torres Novas. Embora o monumento esteja concluído desde Dezembro de 1992, a verdade é que o prometido ajardinamento e arranjo da praça onde vai ser instalado o monumento, a cargo da Câmara Municipal, ainda não foi concluído, o que tem inviabilizado a sua inauguração, apesar da insistência junto do presidente da Câmara de Torres Novas, por parte do MDM. Sobre a personalidade de Maria Lamas, recebemos um texto assinado por Odete Brás, do secretariado nacional do MDM, que transcrevemos na íntegra.

Maria Lamas, escritora, lutadora persistente contra a discriminação a que a mulher a todos os níveis e nos seus múltiplos aspectos é sistematicamente votada.

Foi com empenhamento que lutou pelas transformações sociais necessárias ao futuro, voz enérgica em defesa da paz e do entendimento entre os povos, exigindo justiça e respeito pelos direitos humanos.

«Sou uma mulher que amou a vida sem egoísmos e que por vocação, procura realizar-se na luta constante contra todos as injustiças».

Maria Lamas teve a felicidade de viver alguns anos da liberdade que ajudou a conquistar, batendo-se por ela sem regatear esforços, sofreu na carne a ousadia de quem afronta os tiranos, mas nem por um momento desfaleceu.

Não conheci pessoalmente Maria Lamas, dela apenas conheci a rua a quem deram o seu nome, mas quando tomei conhecimento da sua obra, foi uma revelação extraordinária.

É realmente fascinante conhecer Maria Lamas, mas só o é porque a sua obra se mantém viva, actual, de uma importância extraordinária para o conhecimento de matérias como a condição feminina que Maria Lamas tão bem retratou. As suas obras nasce-

ram da observação directa da vida, da vontade de mudança da sua confiança sem limites num futuro de paz, democracia e igualdade, obras como as «As Mulheres do Mundo» e «As Mulheres do meu País» são bem o exemplo disso.

Na obra «Mulheres do meu País», Maria Lamas fala da situação das mulheres em Portugal, das discriminações de que são vítimas, das suas condições de vida que nalguns casos atingem a miséria extrema, mas fala-nos também da sua beleza, dos seus traços, das suas cantigas, da sua arte do seu engenho, dos seus saberes. De tal forma se desenvolve a narrativa que ficamos com a sensação de ter percorrido o país de lés a lés.

A vida e obra de Maria Lamas não se esgota no livro «Mulheres do meu País» (embora seja das mais conhecidas), antes e depois dela há todo um percurso, que, embora de forma resumida gostaríamos de a uns relembrar a outros dar a conhecer.

Maria Lamas inicia-se na escrita através do jornalismo, «o jornalismo foi a minha grande escola, foi ele que me fez tomar consciência da possibilidade de me exprimir, escrevendo, dando-me confiança para o fazer».

Publica vários livros para crianças em revistas, particularmente na «Civilização» dirigida

por Ferreira de Castro. E ainda em torno do universo infantil que escreve o primeiro livro «Humilde» e, sob o pseudónimo de Rosa Silvestre, diversas novelas e contos infantis.

Em 1929 Maria Lamas entra para a revista «Modas e Bordados» e faz acrescentar ao título «Vida Feminina». O seu grande interesse pelos jovens levou-a a criar no semanário uma secção dedicada exclusivamente às raparigas «Joaninha», pois na Joaninha apareceu o correio da «Tia Filomena» que ninguém sabia quem era.

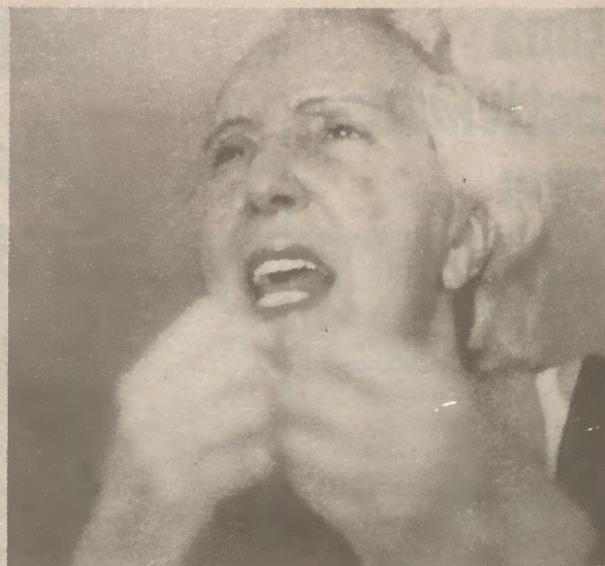
Em 1950, publica «As Mulheres do meu País», «fui ao encontro das minhas irmãs Portuguesas, procurei conhecer e sentir as suas vidas humildes ou desafogadas, as suas aspirações ou a sua falta de aspirações, sintoma alarmante de ignorância, desinteresse e derrota...»

Mas o sistema repressivo não perdoa e Maria Lamas é presa por diversas vezes em 1949, 1950, 1951, em Dezembro, no dia 20, quando Maria Lamas regressava da URSS é presa juntamente com quantos a esperavam.

Em 1952, publica «Mulheres no Mundo», com esta obra pretendia fazer uma síntese da história humana em que as mulheres aparecessem em primeiro plano.

Em 1953, participa em Copenhaga no congresso mundial de mulheres, «desde esse dia passei a assistir anualmente a todos os congressos em que se expressava a luta pela libertação da mulher ou a luta pela paz». Neste mesmo ano, Maria Lamas é eleita em Bucareste membro do Conselho Mundial da Paz.

25 de Abril tempo de revolução «certamente esta revolução



irá alterar profundamente de uma forma geral a própria vida familiar, portanto as relações entre os dois sexos. Uma revolução tal como eu encaro que esta deve ser, vai necessariamente conduzir à transformação total da vida».

É com esta esperança que em 1975 é eleita presidente honorária do Movimento Democrático de Mulheres. No ano de 1976 é agraciada com a Ordem da Liberdade que recebeu, a 2 de Abril de 1980 das

mãos do Presidente da República, General Ramalho Eanes.

Não é minha pretensão considerar que os factos a que aludi são mais importantes que outros a que não me referi, mas tão-somente dizer que chegou a hora de fazer justiça a uma mulher que merece constar no painel da história recente nos lugares cimeiros, pelos caminhos que percorreu e pelos que abriu para que sejamos nós a percorrer.

JCP «indignada» com exclusão de 25 mil jovens do Ensino Superior Público

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) afirma estar «bastante indignada» com o facto de 25 mil jovens (cerca de 50 por cento dos candidatos ao Ensino Superior), terem sido excluídos do Sistema Público. A posição foi tomada em comunicado depois da reunião do passado fim-de-semana da Direcção Nacional daquela organização, onde se discutiu também a preparação das eleições autárquicas, a situação da juventude portuguesa e a actividade da JCP.

Da análise efectuada da situação política e social nacional, os jovens comunistas consideraram gravosa a situação dos candidatos excluídos aos quais apenas resta socorrerem-se do sistema de ensino privado, em detrimento dos seus reais interesses na carreira a seguir,

especialmente os estudantes que desejariam envergar por um curso técnico/científico.

A JCP considera também que crescem as restrições económicas no acesso ao Ensino Superior, somando-se ainda o problema em aberto das propinas, recentemente agravado com as chantagens/pressões realizadas pelo Governo (como por exemplo a exigência do pagamento de propinas no acto de passagem de diploma de fim do curso ou na renovação do cartão da ADSE).

Os jovens comunistas mostraram-se igualmente preocupados com a crescente precariedade no emprego, que afecta todos os jovens ao ingressarem na vida activa, e com o aumento dos conflitos racistas e xenófobos em resultado de uma política social e económica que agrava as condições de vida das populações.

Nesta linha, os jovens comunistas manifestam o seu descontentamento com a política seguida pelo actual Governo, e a necessidade urgente de lhe pôr fim e de concretizar uma alternativa democrática.

A JCP apela ainda ao empenhamento dos jovens nas eleições autárquicas, quer como candidatos, quer como apoiantes, nas listas da CDU, como forma de contribuir para a vitória da CDU essencial para o benefício das populações em geral e para a receita dos interesses e aspiração dos jovens e da resolução dos seus problemas.

«Profundamente injusto»

Sobre o problema da exclusão de 25 mil estudantes do ensino público superior, já alguns dias antes a Organização do Ensino Secundário da JCP havia tomado posição, considerando profundamente injusto que os jovens que finalizam o ensino secundário com aproveitamento não tenham a oportunidade de dar seguimento aos seus estudos pelo simples facto de não terem vaga.

Este ano, foram 47 916 os candidatos para apenas 32 007 vagas no Ensino Superior Público. Logicamente, os restantes candidatos viram as suas aspirações frustradas pois de nada lhes serviu os 12 anos de estudo que agora terminaram.

A JCP encara este facto com preocupação, considerando que o problema do Acesso ao Ensino Superior já poderia estar resolvido se o PSD há 14 anos no Governo com a pasta da

Educação estivesse realmente interessado nisso.

A JCP tem propostas para a resolução deste problema. Vários projectos têm sido levados à Assembleia da República pelos deputados jovens do PCP. Projectos esses que o PSD tem sistematicamente inviabilizado.

«Enquanto o PSD estiver responsável pela pasta da Educação, este e outros problemas, não serão resolvidos», afirma-se no comunicado desta estrutura, que conclui:

«Porque acreditamos numa verdadeira Justiça Social, afirmamos que um Sistema que mantenha o «Numerus Clausus» é um sistema profundamente injusto. O fim deste sistema e o aumento significativo do número de vagas no Ensino Superior Público de forma a cobrir as necessidades dos jovens e do País é possível, desde que o Governo invista realmente começando por não propor cortes no Orçamento de Estado para esta área».

APD relança processo reivindicativo

Piores condições de vida para o deficiente

A Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) constatou, através dos inúmeros pedidos dos seus associados, que a degradação das condições de vida dos deficientes portugueses sofreu um agravamento considerável nos últimos meses, segundo afirmaram os seus responsáveis em conferência de imprensa dada no Martinho da Arcada, em Lisboa, na quinta-feira passada.

Esta associação critica com dureza a política governamental na área, anunciando reservar o direito de negar a sua participação nas comemorações oficiais do Dia Internacional do Deficiente (a 3 de Dezembro, depois da proclamação o ano passado pelas Nações Unidas), caso algumas das suas exigências não venham a ser atendidas.

A APD receia que o período de crise económica atravessado pelo País atinja de forma brutal esta camada da população, reclamando a adopção de medidas de protecção que evitem ou minorizem a marginalização e discriminação a que estão sujeitos os deficientes, até que sejam criadas reais condições de igualdade de oportunidades.

Entre as medidas propostas pela APD consta a revogação do novo Estatuto Nacional de Saúde, a aprovação de legislação que proteja o emprego do deficiente, a revogação da lei dos disponíveis, a aprovação do cartão nacional do deficiente.

Barreiras arquitectónicas

Reflectir a problemática da integração do deficiente, não só a nível do emprego e da formação, mas também no que diz respeito às barreiras arquitectónicas, foi um dos objectivos do colóquio promovido sexta-feira pela delegação distrital de Setúbal da APD, subordinado ao tema «Barreiras Arquitectónicas e Transportes».

Com a participação de técnicos, engenheiros e arquitectos e a presença do Governador Civil de Setúbal, o colóquio abordou ainda a necessidade de elaboração de programas que levem à eliminação das barreiras arquitectónicas e à aceitação do deficiente no mercado de trabalho, tentando levar a comunidade a compreender que não deve estar alheia aos problemas dos deficientes.

«Estudar em Paz» Material escolar para Cuba

O Conselho Local da Associação de Amizade Portugal-Cuba lançou esta semana uma campanha de recolha de material escolar destinada às crianças e aos jovens cubanos, que decorrerá sob o lema «Estudar em Paz».

Apesar das enormes dificuldades provocadas pelo bloqueio a Cuba, o ano escolar teve início na data marcada. Os promotores da iniciativa afirmam que «só a solidariedade de todos os lutadores pela paz e pela democracia pode levar de vencida a arrogância dos Estados Unidos da América», citando o exemplo do senador norte-americano William Fulbright, que qualificou o bloqueio imposto a Cuba pelo Governo norte-americano de «arrogância do Poder».

O Conselho Local de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba informa que o material escolar destinado a Cuba deverá ser entregue na rua Antão Girão, n.º. 66, em Setúbal, no horário dos estabelecimentos comerciais.

Os "deuses", os seus caprichos e os "Luxiadas"

A imprensa referiu com destaque e algum pormenor notícias sobre a primeira sessão plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas, nos passados dias 29 e 30 de Setembro. Apesar de tal cobertura mediática, cremos que vale a pena voltar ao assunto.

Nesta "Europa" que procura criar empregos à custa da protecção social e que culpa a "generosidade" social pela crise que se atravessa, fruto sim das políticas de integração económica supranacional acelerada favorável às multinacionais cujo traço marcante é precisamente o ataque de alguns anos a esta parte às conquistas sociais dos trabalhadores, custa compreender e aceitar a construção de um terceiro hemiciclo para o PE cujo custo total irá ultrapassar os 190 milhões de contos.

Esta obra faraónica - que só estará acabada em 1996 - é considerada por alguns a segunda mais cara e importante actualmente na Europa após o Eurotúnel sob a Mancha.

O PE realiza as suas sessões plenárias normais em Estrasburgo, no "Palácio da Europa", alugando anualmente o hemiciclo ao Conselho da Europa para esse fim, gastando parte substancial do seu orçamento nesse aluguer. A situação é agravada em termos orçamentais devido ao facto de os deputados e os funcionários do PE - sediados em Bruxelas e no Luxemburgo -, serem obrigados uma semana por mês a deslocarem-se a Estrasburgo.

No Luxemburgo existe um outro hemiciclo, com

todas as condições para o PE efectivar as suas sessões plenárias, que não é utilizado. Acresce que se encontra em construção em Estrasburgo um novo hemiciclo que, certamente, nesta luta e competição de rivalidades e interesses - a chamada guerra das sedes -, será tão caro quanto o de Bruxelas.



Assim se vai delapidando o IVA dos contribuintes.

Caprichos

Assinalamos que dificuldades financeiras do PE levam a que esteja em discussão neste preciso momento a necessidade de reestruturar serviços com consequências nos materiais de informação e apoio prestados e, sobretudo, na redução do quadro do pessoal. Por todo o lado a receita é a mesma: publicita-se medidas e iniciativas para criar emprego enquanto, diariamente, o desemprego aumenta.

Actualmente, estima-se em cerca de 50 milhões de ecus por ano (1 ecu equivale

a cerca de 196\$00) o custo adicional deste nomadismo do PE no aluguer de edifícios, seguros, ajudas de custo para as deslocações dos deputados e funcionários, ao qual se vem agora adicionar a utilização do hemiciclo de Bruxelas (chamado "Capricho dos Deuses" devido à sua forma ovalada parecida

ao popular queijo francês do mesmo nome), durante seis meios-dias este ano e oito em 1994. No total, sete dias completos de sessões extraordinárias em dois anos "justificados" também com o argumento de que servirão para apoiar a concretização de Maastricht, o tal tratado ainda não ratificado mas que faz-de-conta que sim e que serve para tudo.

O total das despesas do PE em 94 com as suas sedes espalhadas por três países deverá ultrapassar os 220 milhões de ecus.

Os "Luxiadas"

Coincidindo com a inauguração do hemiciclo, realizou-se uma manifestação dos moradores da zona apoiada por organizações de defesa do património e outras de protesto contra os transtornos diários causados aos habitantes pelas obras (recordamos que outros edifícios para o Conselho e a Comissão se encontram em construção na zona), as quais já forçaram muitos, incluindo comerciantes e artistas que ali tinham os seus estúdios, a abandonarem o bairro. Protestaram também contra o que consideram ser uma agressão à qualidade de vida (edifícios-monstros, destruição do património, aumento do trânsito e dos ruídos), e contra a especulação que fez aumentar em flecha os preços da habitação.

Regressemos ao "Capricho dos Deuses" ou "Espaço Leopoldo", como é chamado a nível do PE - edifício em geral considerado funcional mas frio e sem

alma, ligado por um túnel de algumas centenas de metros aos oito outros edifícios nos quais continua a funcionar verdadeiramente o PE -, para referir que nesse corredor subterrâneo foram colocadas doze obras de um escultor de nome Cristóbal Gabarrón, as "Twelve European Muse", e que pretendem representar os países comunitários e os seus povos. O menos que podemos dizer é que tais trabalhos causam no mínimo exclamações de surpresa e espanto. Alguém lhes chamou já de "Jurassic Park"!

Não conseguimos fotografar as referidas obras para o "Avante!" pois tal só é possível com uma autorização especial. Ao lado dessas obras foi colocado em espanhol, francês, inglês e alemão (recordamos que as línguas comunitárias são nove), uma explicação do artista (supomos) para que seja talvez compreensível o que se está a ver.

Não resistimos a transcrever em anexo, sem comentários (a prosa fala por si), o texto referente a Portugal, do qual o primeiro parágrafo foi retirado, talvez para evitar melindres. O segundo começa agora assim: "Que Portugal haya sido um país de escasa mecanización..."



Santarém à espera de medidas

Na sessão plenária de Março de 1992, o Parlamento Europeu, na sequência de iniciativas do deputado comunista Sérgio Ribeiro, aprovou uma resolução solicitando à Comissão das Comunidades Europeias que, "em colaboração com o Governo português e as autoridades regionais e locais", providenciasse "medidas urgentes de combate e prevenção da situação de risco de catástrofe ecológica na rede hidrográfica da zona norte do distrito de Santarém".

A resolução considerava indispensável "um plano global e integrado de prevenção e recuperação do equilíbrio ambiental" e pedia, também à Comissão, "apoio técnico e financeiro para o estudo necessário e urgente e para as medidas que dele resultarem".

Mais de um ano depois, o deputado comunista volta a dirigir-se à Comissão. Desta vez para lembrar que em Outubro de 1993 a mesma situação se repete, sublinhando que "se em Março de 1992 foi a ausência de chuvas que tornou "o meio receptor (ribeira de Beselga e rios Nabão e Zêzere) menos capaz de absorver a agressão contínua a que está sujeito", em Outubro de 1993 "só as chuvas e uma intervenção imediata da autarquia evitaram que a catástrofe se repetisse ainda com maior gravidade, sem que no entanto tivesse deixado de haver grave destruição de fauna".

Razões de sobra para Sérgio Ribeiro perguntar: que foi feito para dar continuidade à resolução do Parlamento Europeu e, no caso (evidente) de não ter havido qualquer acção consequente, de quem a responsabilidade?

Aguarda-se resposta.

A Cimeira de Viena no Conselho da Europa

A Cimeira de Viena, o processo de Paz no Médio Oriente, as actividades da OCDE e a luta contra o racismo e a xenofobia foram os temas mais importantes da agenda da VII parte da 44ª sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, reunida em Estrasburgo de 27 de Setembro a 1 de Outubro.

No decurso da reunião foi aprovada - com abstenção de deputados húngaros e votos contra de deputados holandeses - a recomendação ao Conselho de Ministros do CE para a admissão da Roménia como 32º membro da Organização.

O deputado comunista português Miguel Urbano Rodrigues interveio, em nome do Grupo Parlamentar da Esquerda Unificada Europeia, nos debates sobre a Cimeira de Viena e sobre a luta contra o racismo.

"Todos temos consciência - afirmou o nosso camarada na primeira daquelas intervenções - que a Cimeira dos 31 chefes de Estado e de governo pode ser um acontecimento significativo, mas sabemos igualmente que pode também ser mais uma reunião internacional de que restará somente um sabor amargo de mediocridade."

(...) Pessoalmente, estou convicto - disse - de que o enunciado de medidas destinadas a reforçar a democracia e o respeito pelos direitos do homem será estéril se não for acompanhado de uma vontade real de ver respeitados esses valores. Nos últimos anos passou a ser muito comum a nível internaci-

onal invocar grandes princípios para, em nome da sua defesa, criar situações que os desafiam ou negam. Nem as próprias Nações Unidas escaparam a essa tendência perigosa. A agenda para a Paz, saudada em muitos países como contribuição valiosa do Secretário-Geral para a prevenção de conflitos armados e de tensões que levam ao caos, não correspondeu às esperanças que os seus apologistas nela depositavam. Infelizmente, o prestígio da mais alta organização internacional está a ser afectado como nunca o fora. Isso em consequência de iniciativas que respondem à estratégia de grandes potências e, na prática, fazem da ONU instrumento das suas políticas. Temos dessas situações um exemplo expressivo na Operação dita "Restaurar a Esperança", anunciada como generoso projecto humanitário, mas que rapidamente fez da famélica Somália cenário de uma intervenção militar de tipo colonialista com episódios que parecem extraídos dos filmes da série Rambo".

A concluir, Miguel Urbano fez votos para que a Cimeira de Viena "possa contribuir para que nestes dias dramáticos - penso no que aconteceu na Rússia - a retórica hipócrita da cooperação ceda lugar à cooperação concreta e humanista entre as nações e o primado do direito faça progressos na eterna luta do homem contra as políticas que insistem em impor ao Continente a vontade de interesses e forças egoístas e minoritárias".

Filosofia y Descripción

Portugal puede considerar-se, en parte, como una prolongación del pueblo español, tal y como lo refleja su paisaje, aunque es menos montanoso y variado en contrastes que el resto de la península.

El ser un país de escasa mecanización y de poca industria, son dados importantes como para que en la Escultura se tenga que reflejar los muchos esfuerzos e los problemas de su pueblo para poner en el campo agrario los avances que la técnica le permite.

El metal de la Pieza que aun brilla sin las pátinas superpuestas, tiene varios puntos de comparación con sus suaves costas, pobladas dunas, y sus marcados e ennegrecidos senderos que circulan por la superficie de la Escultura de manera similar a como lo hacen los caudalosos y navegables ríos portugueses.

El despertar cultural de este país fue tardío con respecto al resto de los países vecinos, y trajo consigo muchas influencias, no solamente de las culturas que eran fuertes, sino también de sus propios invasores. Pero sí hay algo propio que deja la literatura portuguesa, en la que se basa y de la que toma referencia la Escultura "Luxiadas", que suponen un canto a la epopeya de la raza portuguesa, en la misma forma que el Autor trata de hacer con su Obra, dotándola además de un fuerte expressionismo actual.

INTERNACIONAL

Cuba

Cerca de 180 norte-americanos chegaram domingo a Havana desafiando uma proibição decretada há 30 anos pelo governo dos Estados Unidos que impede viagens entre os dois países.

O grupo, que inclui médicos, artistas, assistentes sociais e quatro crianças, saiu da cidade mexicana de Cancun com destino a Havana.

A viagem aérea entre Cancun e Havana foi organizada por várias associações culturais e socioprofissionais dos Estados Unidos no âmbito da campanha «Liberdade de viajar».

O objectivo da campanha, segundo um dos organizadores, Medea Benjamin, é «exercer o direito constitucional de viajar livremente e desafiar a política anacrónica dos Estados Unidos face a Cuba».

Depois de serem recebidos pelo presidente da Assembleia Nacional cubana, Ricardo Alarcon, os 180 norte-americanos visitarão vários estabelecimentos escolares e hospitalares de Havana.

O grupo «Liberdade para viajar», que inclui 21 jornalistas, entregou um donativo de insulina infantil e outros medicamentos no valor de 30 mil dólares.

Medea Benjamin informou que a viagem pode ser considerada um desafio à denominada lei de comércio com o inimigo, decretada em 1962 pelo presidente John F. Kennedy, que previa até 10 anos de cadeia ou uma multa de 250 mil dólares para todo o cidadão norte-americano que viajasse para Cuba.

«A nossa visita tem por objectivo realizar um trabalho diplomático de povo a povo com vista a melhorar as perspectivas de uma normalização das relações entre os dois países», concluiu.

Minorias

Rigoberta Menchu, Prémio Nobel da Paz 1992, exortou as minorias étnicas a lutar pelos seus direitos e pediu castigo para os crimes sobre indígenas e seus territórios.

Perante 150 delegados de 20 países que assistem à segunda Cimeira Mundial de Povos Indígenas, em Oaxtepec, Menchu considerou insuficientes os êxitos conseguidos no Ano Internacional dedicado aos indígenas pelas Nações Unidas.

Apelou aos povos indígenas para lutarem pelos seus direitos, dignidade e autodeterminação e a romper com a marginalização de 500 anos.

«A nossa luta é pela paz, harmonia, respeito entre povos e culturas», sublinhou Menchu.

Denunciou a crítica situação de muitas etnias em todo o mundo agravada pelo genocídio, roubo de recursos, militarização, repressão, discriminação, tortura e morte.

De acordo com Menchu, em nome do desenvolvimento «destroem lugares de culto das nossas culturas, línguas, religiões, valores e criatividade».

No encontro participaram delegações de minorias étnicas do Brasil, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Gronelândia, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Taiwan.

Nicarágua

O chefe do exército da Nicarágua, general Humberto Ortega, advertiu que recusar a existência das Forças Armadas no país «seria atentar gravemente» contra a estabilidade nacional.

«Pretender alterar, por qualquer via, no momento actual, os fundamentos do exército também seria desconhecer a realidade» do país, afirmou Ortega referindo-se aos que pedem a abolição das forças armadas e a sua destituição.

O chefe militar, irmão do antigo presidente sandinista Daniel Ortega, fez estas declarações num acto de entrega de condecorações a oficiais e soldados, realizado nos arredores de Manágua.

Há um mês, a presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, anunciou que destituiria Ortega em 1994 ao abrigo da lei vigente.

No seu discurso, o chefe militar disse que o exército popular sandinista «nunca reprimira o povo» como o fez a guarda nacional do antigo ditador Anastásio Somoza.

Paquistão

Os resultados definitivos das eleições provinciais paquistanesas confirmaram a posição do Partido do Povo do Paquistão (PPP) como primeira formação política do país, sem dispor, porém, de maioria suficiente para governar sem o apoio dos seus aliados.

Benazir Bhutto declarou entretanto que o seu partido formará o próximo governo paquistanês ou então terão de ser convocadas novas eleições.

«Deixem-me dizer-vos categoricamente que se o PPP não formar o governo ao centro, nenhum outro partido estará em condições de constituir governo. Se, por qualquer razão, o PPP não formar governo, haverá que convocar novas eleições», disse Benazir Bhutto, falando a um grupo de jornalistas em Lahore.

As eleições legislativas deram a maioria relativa ao PPP, insuficiente, porém, para lhe conferir o direito de formar governo. O Partido do Povo Paquistanês obteve, com efeito, 86 lugares, contra 72 da Liga Muçulmana, do seu principal adversário, Nawaz Sharif.

Palestina

Prosseguem negociações em Washington e no Cairo

As negociações israelo-palestinas de paz recomeçaram quarta-feira no Egipto. Um Comité para o acordo sobre a retirada de Gaza e Jericó reúne-se em Taba (na fronteira israelo-egípcia) e um outro Comité de ligação israelo-palestino manterá uma reunião no Cairo.

Em simultâneo prosseguem em Washington as negociações sobre estrutura global das medidas interinas.

Entretanto, e segundo o jornal israelita «Haaretz», o exército já fixou o calendário da retirada da faixa de Gaza e Jericó (Cisjordânia).

Segundo a mesma fonte, tudo se processará da seguinte forma:

- Outubro de 1993: a administração militar transferirá para os palestinianos as suas prerrogativas em matéria de educação, cultura, saúde, turismo, fiscalidade e assuntos sociais, autorizando a implementação da polícia palestiniana;

- Novembro de 1993: publicação dos planos de retirada militar de Jericó e reposicionamento do exército israelita na Cisjordânia;

- Dezembro de 1993: publicação do acordo sobre a retirada de Jericó;

- Janeiro de 1994: implementação da retirada de Jericó e do reposicionamento militar israelita no resto da Cisjordânia;

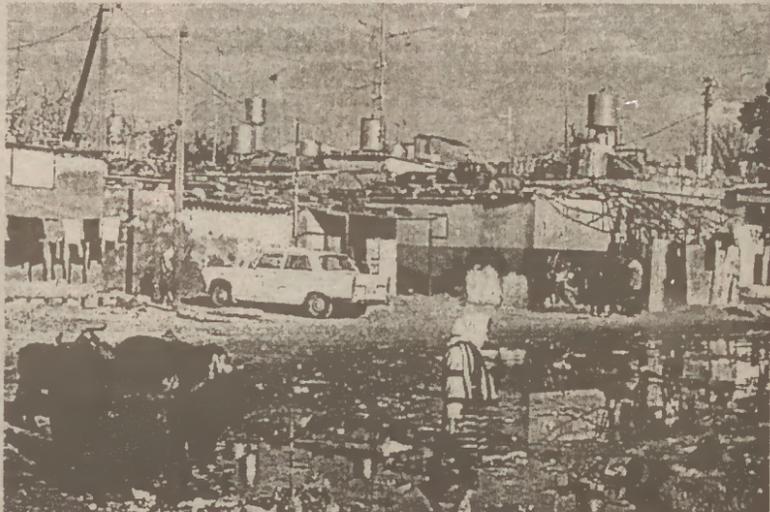
- Abril de 1994: termo da retirada de Jericó e da faixa de Gaza;

- Junho de 1994: destruição dos ficheiros da administração militar da Cisjordânia e da faixa de Gaza;

- Julho de 1994: realização de eleições para o Conselho de Autonomia da Cisjordânia. Dissolução da administração militar e termo da presença militar israelita.

Na continuidade do processo de paz, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) pediu para ser reconhecida pelo governo norte-americano e estabelecer com os Estados Unidos relações oficiais.

Esta uma informação divulgada pelo chefe do departamento político da OLP, Farouk Kaddoumi, que acrescentou ter igualmente pedido o levantamento de «todas as restrições» impostas, em 1987, pela administração e o Congresso dos EUA contra a OLP.



Jabalya, um dos bairros de lata palestinianos na faixa de Gaza. A solução dos problemas socioeconómicos é uma questão fundamental para o futuro da Palestina

Entretanto, é também no plano económico que se joga, em grande medida, o que será o futuro dos palestinianos.

«Le Nouvel Economiste» publicou, na sua edição de Outubro, um documento «redigido em Tunis, em Julho passado, pelo departamento das questões económicas e de planificação da OLP», e que constitui um «programa para o desenvolvimento da economia nacional palestiniana para os anos 1994-2000». Neste documento, a OLP calcula as necessidades em investimentos para os próximos 6 anos em 17 biliões de dólares para um crescimento de 8,2% ao ano.

O projecto sublinha que a economia palestiniana não poderá viver fechada, mas que será necessário «reduzir a perigosa e excessiva dependência» dos territórios ocupados. Segundo «Le Nouvel Economiste», 91% das importações e 64% das exportações dos territórios palestinianos passam por Israel.

O plano palestiniano baseia-se em três elementos de base: a totalidade dos territórios palestinianos ocupados - incluindo Jerusalém Oriental e arredores, anexados por Israel, e que correspondem a 15% da superfície da Cisjordânia - é tida em conta; os palestinianos terão o efectivo controlo da economia na sua terra; a OLP calcula que cerca de 500 000 refugiados, de entre os 650 000 expulsos quando da invasão de 1967, regressarão ao país até ao ano 2000.

Os principais motores do desenvolvimento serão a construção e os trabalhos públicos. Será necessário, nomeadamente, indica o documento da OLP, construir 185 000 novas habitações, o que permitirá dar trabalho a 140 000 pessoas e reduzir as taxas de desemprego até ao ano 2000, dos actuais 50% para 10%.

«Le Nouvel Economist» considera que o plano palestiniano «não parece particularmente caro», comparado com os «100 biliões de dólares gastos pela Arábia Saudita e o Kuwait na guerra do Golfo» e os 5,5 biliões de dólares concedidos cada ano pelos americanos ao Egipto e a Israel. Nem por isso serão fáceis de obter os investimentos necessários.

As necessidades são muitas. E mesmo que o nível de vida dos palestinianos venha a aumentar de 15% até ao fim do século - como está previsto no projecto da OLP - representará apenas um décimo do dos israelitas.

«Novamente somos vítimas do esmagamento da liberdade» — denunciam jornalistas do Pravda

Vários jornais progressistas estão neste momento proibidos na Rússia, com destaque para o «Pravda», sem dúvida a mais conhecida das publicações agora suspensas. Uma medida repressiva que na prática corresponde a calar a oposição, naturalmente em nome da «defesa da democracia».

O «Pravda» já teve anteriormente que encerrar por duas vezes. Em 1991, por razões de ordem política — era então o órgão do Comité Central do PCUS e o mais importante diário da URSS. E em 1992, por razões de ordem económica.

«Novamente somos vítimas do esmagamento da liberdade de expressão» — afirma-se em declaração divulgada pelos jornalistas

do «Pravda». «Sim, o «Pravda» é um diário de oposição ao actual regime. Mas não é o órgão de nenhum partido! Sim, nas nossas páginas, protestamos constantemente contra o facto de o país estar a ser arrastado para a ditadura, contra uma política de empobrecimento da população da Rússia», sublinha a declaração.

«Proibiram-nos, não porque tenhamos apoiado determinadas forças, mas porque não apoiamos as acções ilegais do presidente», disse Alexandr Ilín, um dos subdirectores do diário, que sublinhou ainda: «Consideramos que esta decisão é injusta, pois cumpríamos estritamente a Lei da Imprensa e nunca tivemos uma reclamação da parte do Ministério.»



Encontro PCP-PAICV

No passado dia 7 de Outubro, realizou-se, no Centro de Trabalho do Partido Comunista Português da Rua Soeiro Pereira Gomes, um encontro entre Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e Aristides Lima, secretário-geral do PAICV. No encontro foi confirmada a vontade comum de desenvolver as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos.

Somália

Jogos de poder num país destruído

Alguma coisa está a mudar no quadro de intervenção militar na Somália. Tudo se passa entretanto num contexto de jogos de poder alheios de facto aos reais problemas do povo somali.

A morte de soldados americanos na Somália desencadeou nos EUA um processo de rejeição da política que tem vindo a ser seguida naquele país africano, sob a bandeira de uma operação destinada a combater a fome.

Segundo uma sondagem CNN-Time, divulgada pouco antes de terem sido descobertos mais corpos de soldados dos EUA, 60 por cento dos americanos querem as tropas de volta imediatamente. Cinquenta e oito por cento pensa que a política de Clinton em relação à Somália é má, e 51 por cento considera mesmo globalmente negativa a política externa do presidente.

No Congresso, as críticas à política seguida na Somália - particularmente contundentes por parte da ala republicana - surgiram da própria ala dos democratas. Os americanos naturalmente não querem um novo Vietnam.

Neste quadro, Washington redefine oficialmente a sua política. O secretário de Estado, Warren Christopher

afirmou que os Estados Unidos querem "uma solução africana para um problema africano" e procurarão o envolvimento de países vizinhos da Somália na busca de uma "solução política" que leve à "reconciliação nacional" naquele país.

Em particular será solicitada a colaboração da Organização de Unidade Africana (OUA), da Etiópia, da Eritreia, do Quênia, do Djibuti e ainda do presidente egípcio Hosni Mubarak.

Uma iniciativa que se desenvolve em simultâneo com o envio de novas forças militares para a Somália, que o secretário da Defesa, Les Aspin, afirmou tratar-se de uma acção militar "em apoio de uma agenda política" (que, para já, não existe...).

Todo este processo é desencadeado num momento em que o jornal "Washington Post" anunciava que a administração norte-americana admitia negociar com o senhor da guerra Mohamed Farah Aidid, concluir com este um acordo de cessar-fogo e proceder a troca de prisioneiros.

O desmentido de Bill Clinton surge poucas horas depois de um apelo do general Aidid para "um cessar-fogo total" com os Estados Unidos e a ONU, em que na prática se assume como

interlocutor único por parte da Somália. Poucos dias antes, Aidid lançara novo apelo aos seus partidários para "redobrar e mesmo triplicar" os esforços "para combater" as operações militares dos "capacetes azuis".

Tudo se continua a processar num clima de grande tensão e jogo de forças políticas e militares, enquanto o número de vítimas ascende já a centenas.

Um quadro conturbado que as recentes declarações de Rony Brauman, presidente da organização humanitária Médicos Sem Fronteiras, poderá ajudar a esclarecer.

As Nações Unidas e os Estados Unidos estão a cometer um "crime humanitário" na Somália, país transformado em banco de ensaio para "a criação de uma força militar permanente de intervenção", afirma Rony Brauman numa longa declaração estes dias divulgada em Paris.

As operações "Restore Hope" e ONUSOM das Nações Unidas, desencadeadas a partir de Dezembro de 1992 para acabar com a fome, desembocaram numa "espiral de violência", onde a moral da urgência em intervir rapidamente deu lugar ao "direito à vingança", com repetidos raids mortíferos contra a população somali. "Pela primeira vez, na Somália, se matou sob a bandeira humanitária", afirma o presidente dos Médicos Sem Fronteiras.

Brauman faz o elogio da missão empreendida numa primeira fase pelo representante da ONU, Mohammed Sahnoun, que se esforçou, "com meios irrisórios", de juntar as diferentes facções somalis, para uma "diplomacia de terreno".

"Mas a energia e o talento de um homem não chegam para abalar a pesada máquina internacional", e o afastamento de Sahnoun anunciava "uma opção militarista".

Esta opção apoia-se, por um lado, numa "visão caricatural da Somália, reduzida a um trágico frente a frente entre uma massa de crianças famintas e hordas de ladrões drogados"; por outro lado, na afirmação do secretário-geral da ONU, segundo a qual 80% da ajuda alimentar seria pilhada. Ora, nesse mesmo momento, o Comité Internacional da Cruz Vermelha, principal fornecedor de ajuda, estimava as pilhagens em 10%, sublinha Brauman.

O responsável dos Médicos Sem Fronteiras denuncia igualmente o comportamento das tropas americano-belgas em Kismayo (Sul), onde "pelo menos várias dezenas de pessoas" são mortas quando dos controlos dos "capacetes azuis". E interroga-se sobre "essa nova ordem" de que a Somália se tornou "um dos laboratórios".



DISARMED — A U.S. soldier subduing a Somali who was carrying a hand grenade in the port of Kismayu. In Mogadishu, the U.S. envoy was wrapping up his mission. Page 3.

Reining In China: It's U.S. vs. East Asia on How to Do It

By Michael Richardson
International Herald Tribune

SINGAPORE — As the Clinton administration considers how much pressure to exert on China, officials and policy planners in East Asia are figuring out ways of drawing the Chinese regime into a cooperative security network.

The differing priorities are evidence of a potential clash of interests between East Asian nations and the United States.

They also want a resolution by Japan and virtually every other country, in an area of the world where sustained economic growth is strengthening regional cohesion, to take major

diplomatic initiatives without necessarily having Washington's support.

At a recent meeting in Tokyo, senior officials and the Association of

ippines, Singapore, Thailand and Brunei — decided to call a preparatory meeting in Singapore, probably in May, to develop plans for a regional security forum.

The meeting will draw up an agenda for a conference in Singapore in July when ASEAN foreign ministers meet their counterparts from the United States, Japan, South Korea, Canada, Australia, New Zealand and the European Community.

The preparatory meeting in May may also receive recommendations for expanding the

China, Russia, Vietnam, Laos and Cambodia. Asian officials said Tuesday that such a forum might eventually lead to formation of an Asian version of the Conference on Security and Cooperation in Europe, in which all nations with a stake in regional stability, including the United States, could take part.

See CHINA, Page 6

The United States denied China's hopes

Uma imagem da capital somali. Foto publicada no «Internacional Herald Tribune» em que um soldado norte-americano subjuga um somali

Quem é o general Aidid?

O general Mohamed Farah Aidid - o homem em torno do qual tantas polémicas e lutas se têm travado - é um antigo oficial do exército italiano nos tempos da colonização e foi chefe da guarda presidencial de Siad Barre, quando este estabeleceu a sua aliança com os Estados Unidos, em 1977.

Posteriormente afastado, Aidid assume a liderança do Congresso da Somália Unificada (movimento fundado em Itália) em 1989.

Quando assumem o poder em Mogadíscio, em 27 de Janeiro de 1991, em plena guerra do Golfo, as tropas de Aidid pilham a cidade e massacram a população.

Aidid sempre se opôs a uma solução negociada da guerra sob a égide da ONU. E está na origem, com o apoio dos Estados Unidos, do afastamento, em 1992, do enviado especial das Nações Unidas, Mohamed Sahnoun.

Este diplomata argelino defendia uma solução baseada na reconciliação entre as diferentes facções, reconhecendo os poderes locais dos diferentes clã do país, conceden-

do-lhes uma participação equilibrada no poder central. Um projecto que não convinha a Washington, pois poria em causa o seu interesse em ocupar posições na zona.

Entretanto, Aidid, com o objectivo de assumir o poder no conjunto do país, apelava a uma intervenção directa dos Estados Unidos.

Lançada em 9 de Dezembro último, a operação "Restore Hope" foi de imediato saudada pelo senhor da guerra nos seguintes termos: "Eles (os americanos) têm a vontade e os meios de resolver todos os nossos problemas políticos, económicos e sociais".

Com o decorrer de uma operação que foi adquirindo um carácter cada vez mais inequivocamente militar, o general Aidid aposta numa posição de afastamento, preparando-se para assumir perante as populações somalis o papel do salvador da pátria face aos invasores. O que nomeadamente implica aparecer como único interlocutor válido (ou dominante) num processo de negociação política.

Violações nos campos de refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados acaba de lançar um apelo de fundos para poder ajudar as crianças e mulheres somalis violadas em campos de refugiados no Quênia.

Há actualmente cerca de 385 000 refugiados no Quênia, dos quais 309 000 são somalis. O Alto Comissariado lançou um projecto especial para três meses - Outubro a Dezembro - que inclui medidas de prevenção e de assistência às mulheres vítimas de violação.

Pelo menos 192 mulheres somalis foram violadas este ano entre Fevereiro e Agosto, na Somália e no Quênia,

segundo a organização humanitária americana Africa Watch. Mas na opinião de especialistas do Alto Comissariado da ONU para os refugiados, este número pode ser dez vezes superior.

A Africa Watch denuncia igualmente que muitos rapazes somalis refugiados no nordeste do Quênia foram igualmente vítimas de violação. O Alto Comissariado registou casos de violação de rapazes entre os cinco e os treze anos.

As diferentes organizações humanitárias consideram que os autores destes crimes tanto pertencem às forças que se definem como de segurança como aos bandos que percorrem estas regiões.



Com uma superfície de 637 660 Km², e uma população de cerca de 7 milhões de habitantes, uma economia essencialmente agrícola, a Somália distingue-se da maioria dos países africanos pela sua unidade linguística (o somali), cultural, religiosa (muçulmano sunita). As divisões em clans foram exacerbadas pelos impérios coloniais que partilharam o seu território. Em 1960, a Somália acede à independência. A nova República resulta da fusão da Somália britânica e da Somália italiana. Em 1969, na sequência da queda de um regime corrupto, um golpe de estado militar leva ao poder o general Siad Barre. Apresentando-se como "socialista", avança com algumas medidas inegavelmente positivas mas posteriormente instala de facto um regime autoritário, de partido único, profundamente repressivo. Em 1977-1978, lança-se numa guerra contra a Etiópia, pela conquista da província de Ogaden. Entretanto denuncia o tratado de amizade com a URSS e em 1980 assina um acordo com os Estados Unidos. A oposição a Siad Barre organiza-se e lança a primeira ofensiva armada no norte em 1988. O levantamento alastra e, em 29 de Janeiro de 1991, o Congresso da Somália Unificada (USC) ocupa o palácio presidencial. Barre foge do país. A USC entra em conflito com os outros grupos, nomeadamente o Movimento Nacional Somali, fundado em 1981 (e então apoiado pela Etiópia), ao norte, que proclama em Maio de 1991 a independência desta região. Em 1991, a USC divide-se em dois grupos rivais que mutuamente se combatem (Ali Mahdi, designado presidente interino, de um lado, e Mohamed Farah Aidid, de outro).

Crise na Rússia

Ieltsin concentra todo o Poder

Esmagada a tiros de obus a revolta em Moscovo liderada a partir do Parlamento por mil e 500 deputados e apoiantes, o Presidente russo, Boris Ieltsin, reforçou os seus poderes com uma sequência de medidas que se iniciaram com a instauração do Estado de Emergência, a que se seguiu, a partir de 4 de Outubro, um número indeterminado de prisões - entre as quais as dos antigos presidentes do Parlamento e vice-presidente da Federação -, a proibição de jornais e o estabelecimento momentâneo da censura prévia aos autorizados a sair, para além da já esperada suspensão de forças políticas adversárias do Presidente, nomeadamente comunistas, nacionalistas e o partido fundado pelo antigo aliado e, na circunstância, líder do combate a Ieltsin, Alexander Rutskoi: o Partido Popular da Rússia Livre.

O processo de concentração de poderes nas mãos de Ieltsin acabaria com a extinção do Tribunal Constitucional, a

demissão do Procurador-Geral (que vinha levando a cabo investigações sobre alegados actos de corrupção no interior do Governo) e a dissolução dos soviets. Estes foram substituídos por representantes do poder central dependendo indirectamente do Presidente, e estarão naqueles cargos até umas prometidas eleições para novos órgãos representativos do Poder Local, em data e moldes a determinar por uma Comissão nomeada por Ieltsin.

Do ataque aos partidos políticos levado a cabo por Ieltsin avulta a proibição do Partido Comunista da Federação Russa. Em Março passado este partido voltara a ter existência legal, depois do Tribunal Constitucional ter declarado a inconstitucionalidade do decreto de Ieltsin que o ilegalizara após os incidentes de 19 de Agosto de 1991. Daí até 5 de Outubro passado transformou-se na maior organização política da Rússia, com cerca de 600 mil membros e com orga-

nizações em quase toda a Federação. Para além deste, outros partidos que se reivindicam do socialismo e do comunismo foram proibidos por Ieltsin, não se sabendo se poderão ou não concorrer - nem em que condições de igualdade perante os adversários - às eleições de 12 de Dezembro, para as novas duas Câmaras, novamente criadas por decreto de Ieltsin, em substituição dos extintos Parlamento e Congresso.

O número de mortos no rescaldo dos incidentes é indeterminado, embora o esforço para minimizar as consequências dos incidentes pelas autoridades russas acabe por produzir contradições: o Ministério da Saúde russo avançava um balanço de 142 mortos, enquanto o município moscovita falava em 125 e outras fontes oficiais contabilizavam 170 mortos. No entanto, a compilação detalhada dos diferentes balanços aponta para cima de 200 mortos, falando a imprensa ocidental em mais de 300.

Forças políticas da Rússia

«A imprensa, em todo o mundo, tem dado grande relevo, nos últimos meses, à luta travada nos círculos dominantes de Moscovo, de que foram episódios salientes, durante o corrente ano, os conflitos entre Ieltsin e o Parlamento (Congresso e Soviete Supremo), a falhada tentativa de golpe de Estado de Ieltsin de Maio último, o referendo de Abril e o debate ainda em curso à volta de uma nova Constituição.

Essa luta trava-se essencialmente entre as forças que se aliaram, após o golpe de Agosto de 1991, com o objectivo de dominar as principais estruturas do Estado e do País.

O consenso e as alianças entre essas forças mantiveram-se eficazes no decorrer do acelerado e intenso avanço do processo contra-revolucionário desenvolvido de Agosto a Dezembro de 91, sob a égide de Boris Ieltsin e dos elementos mais radicalmente pró-capitalistas e anticomunistas. O Parlamento russo e figuras que hoje são opositores davam então um apoio quase incondicional a Ieltsin, que agia na base de um ostensivo presidencialismo, reforçado com os «plenos poderes» que lhe foram concedidos pelo Parlamento.

O Consenso político começa a romper-se quando entra a crise o consenso social que permitira o rápido avanço das medidas pró-capitalistas. E o factor dinamizador dessas rupturas foram as consequências das «reformas» da terapêutica de choque impostas por Ieltsin à sombra dos plenos poderes, seguindo as receitas do FMI.

Em finais de 1992 estão formados nos círculos dominantes do novo Poder dois blocos principais (que se afrontam violentamente na reunião do Congresso de Dezembro).

Um grupo, encabeçado por Ieltsin e Gaidar, aposta na rápida transição para a privatização, quer aplicar medidas económicas mais severas, na linha do FMI, procura maior apoio do capital estrangeiro, facilitando a sua penetração no País, e apoia-se socialmente mais nos capitalistas especulativos.

Um segundo grupo, igualmente pró-capitalista, encabeçado pelo porta-voz da «União Cívica», Volski, pelo vice-presidente, Rutskoi, e pelo Presidente do Parlamento, Khasbulatov, representando os grandes gestores das empresas estatais, dos kolkozoes e sovkozoes, quer conter a destruição do aparelho produtivo e a entrega das riquezas do País ao estrangeiro, defendendo por isso a intervenção do Estado e manifestando maior preocupação social para impedir a explosão social.

Ambos estes blocos aspiram ao poder. As suas discordâncias não são quanto ao prosseguimento das reformas na via para o capitalismo, mas sim quanto aos ritmos e formas de concretização das reformas e, também, na maior ou menor dependência da Rússia em relação ao estrangeiro. Ambos são heterogêneos e propensos a compromissos entre si (que vêm de trás e continuam).»

(Extracto do artigo «Dois anos após a destruição da URSS» publicado na revista «O Militante» de Setembro/Outubro.)



Prisão dos deputados: o número de presos pelas autoridades é desconhecido

Frases na Imprensa

«Nos termos da Constituição, o Presidente não tem o direito de dissolver o parlamento, nem de convocar eleições. E muito menos de alterar a lei fundamental.»

José Milhazes em Moscovo, Público, 22 de Setembro

«(...) Tudo se mede em termos de economia de mercado, de milhares de milhões de dólares, de geoestratégias mais ou menos confessadas: as dos princípios!»

«(...) Mikhail Gorbachev esfrangalhou a URSS, Boris Ieltsin está a caminho de reduzir a Rússia a um monte de escombros. Em ambos os casos, o Ocidente, impaciente, enervado, guloso, aplaudiu com ambas as mãos.»

António Rego Chaves, Diário de Notícias, 25 de Setembro

«"Ieltsine não é um Jefferson. É mais um Pinochet" - proclamava, no último sábado, ao longo de quase todo o alto da página mais nobre do *New York Times* (ao lado da página dos editoriais), um artigo assinado pelo professor de História Russa na Universidade de Vermont, Robert V. Daniels, autor do livro "The end of the communist revolution". (...)»

«O professor da Universidade de Vermont contesta a afirmação de que o Parlamento resiste às reformas devido à suas origens comunistas, lembrando ter sido eleito em 1990 sem reserva de cadeiras para o PCUS. "A princípio, deu a Ieltsine tudo o que quis. Khasbulatov foi o braço direito dele no desafio

Frases na Imprensa internacional

«O presidente russo coloca-se fora-da-lei ao dissolver o Parlamento e convocar eleições.»

«Golpe de Estado de Ieltsin» Título do *El País*, 22 de Setembro.

«Quem tenha tido oportunidade de conversar largamente com Boris Ieltsin, sabe que o novo czar da Rússia acabaria por realizar um acto semelhante ao que ontem realizou. O que chama a atenção é a reacção dos dirigentes democráticos ocidentais, que ao apoiar um acto de autoritarismo claro, não sabemos bem se estão motivados pelo sentido de responsabilidade ou pelo medo da liberdade.»

Alfonso Guerra, «número dois» do PSOE citado pelo *El País*, 23 de Setembro

«(Ieltsin) obteve - ou a isso se arroga - o direito de governar por decreto, de suspender as eleições locais, de nomear os dirigentes das regiões, de reconstituir o aparelho repressivo do antigo regime, de controlar administrativamente os *media*. Eis que ele acaba de dar mais um passo, e largo, pretendendo suprimir, de uma penada, o Parlamento. Para falar correctamente, a isso chama-se um golpe de Estado. Será preciso dizer que a presidência está povoada de tecnocratas musculados que sonham vir a impor com uma parte das forças armadas uma solução à «sul-coreana» ou à «chilena».

Gérard Streiff (autor de «A ex-URSS», Ed. Caminho), *Révolution*, 30 de Setembro

«Dois anos de reformas Gaidar fizeram recuar o nível dos salários em quarenta anos... O homem que faz este terrível balanço chama-se Arkadi Soloviev, responsável pelos proble-

mas económicos da Federação de Sindicatos Independentes da Rússia. A organização nasceu após a dissolução do ex-Conselho Central de Sindicatos Soviéticos, reagrupando 150 sindicatos e cerca de 60 milhões de aderentes, o que representa 90 por cento dos salários.

Humanité, 30 de Setembro

«O "golpe de força" do Presidente Boris Ieltsin, a 21 de Setembro último, visa quebrar não apenas o Parlamento - de que se esquece amiúde dizer que foi "ieltsiano" em 1991 - mas também as múltiplas oposições às rudes reformas económicas inspiradas pelo Fundo Monetário Internacional. Para além de um afrontamento político largamente caricaturizado ("reformadores" contra "conservadores"), trata-se para o Presidente russo de preparar o seu país para o "segundo choque" económico: liberalização total dos preços da energia, fim das subvenções às empresas, redução drástica de despesas, falências em cascata, despedimentos massivos...»

«Estas medidas necessitam da instauração de um poder autoritário e da liquidação das resistências, tanto mais fortes quanto o balanço do "primeiro choque" forjado por Egor Gaidar em 1992 se revela desastroso: a produção caiu quase 40% em dois anos; os preços aumentaram 2000% em 1992 e a inflação mantinha-se, este Verão, a 30% ao mês; o câmbio do rublo afundou-se; sem falar da ruína da escola, do sistema de saúde e da investigação científica, do alastrar das epidemias (especialmente difteria), da cancerização do Estado pela corrupção, etc.»

Jean-Marie Chauvier, *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 1993



Mortos amontoados frente ao Parlamento: o número total de vítimas dos incidentes não será, provavelmente, alguma vez conhecido

Imprensa portuguesa

ao golpe de Agosto de 1991. E os oponentes de Ieltsine não são mais nem menos comunistas do que ele próprio, ex-apparatchik do mais alto escalão».

Argemiro Ferreira em Nova Iorque, Jornal de Notícias, 4 de Outubro

«Boris Ieltsin contou sempre com um apoio firme e inequívoco de Washington e da Comunidade Europeia. Um apoio gritado com particular ênfase exactamente nos momentos em que a actuação do Presidente russo espezinhou todos os princípios ético-políticos em que o Ocidente alicerça o seu discurso ideológico.»

Carlos Santos Pereira, Diário de Notícias, 5 de Outubro

«É o elo profundo que une 1917 com 1993 que deveria obrigar a uma maior prudência dos comentadores sobre o retrato estereotipado destes acontecimentos como uma luta entre «comunistas» e «reformadores», entre partidários da ditadura e da democracia (...).

«Que se apoie Ieltsin - que os governos o façam - é inteiramente compreensível por razões de *realpolitik*.

«(...) Mas um apoio de mal menor, sem deixar de ser um apoio, não deve ter um conteúdo substantivo para além das razões que o justificam. Parece-me por isso prematuro passar a Ieltsin um atestado de democrata ou sequer de «reformista» com

grande ligeireza, transformando um apoio reservado num apoio substantivo, que cauciona os homens e as políticas (...) O que existe hoje na Rússia é uma ditadura presidencial.»

Pacheco Pereira, Diário de Notícias, 7 de Outubro

«A Rússia precisa de um poder forte, de uma legitimidade carismática e de uma ordem central. Compreender isto é um acto de racionalidade. Mas não deve confundir-se com o fanatismo tolo por um Ieltsin democrata que não existe nem nos melhores sonhos. Só mesmo uma cristã-nova como Zita Seabra pode exhibir um voluntarismo capaz de ver no Presidente russo um apóstolo das liberdades.»

Paulo Portas, Independente, 8 de Outubro

«"Oposição conservadora" nas masmorras, formações centristas "congeladas", Constituição suspensa, Imprensa censurada... Libertos, enfim, do espantinho bolchevique, os partidos reformistas, devidamente expurgados de vozes «dissidentes», têm agora campo livre para a democracia. E a novel classe mafioso-empresarial segrega já novas formações partidárias. A festa da democracia tem já data marcada: 12 de Dezembro (...) Com observadores internacionais e tudo! E que interessa, afinal, se Ieltsin arrasou quanto se lhe podia opor?»

Carlos Santos Pereira, Diário de Notícias, 9 de Outubro

Internacional

O argumento - principalmente para consumo do Ocidente - de que Ieltsine está de facto a falar com a voz do povo contra o parlamento composto pela linha dura comunista, não tem base de sustentação.

«Todos os deputados do parlamento russo foram eleitos pela concorrência de múltiplos candidatos em círculos definidos demograficamente em 1990, as primeiras eleições livres e justas em mil anos de história da Rússia.

Tanto o parlamento como o presidente Ieltsine foram eleitos no período soviético, sob a existente constituição da Federação Russa. Tanto o presidente como a maioria dos parlamentares são ex-comunistas.»

Fred Weir em Moscovo, Morning Star, 1 de Outubro

Ieltsin lança os tanques para aplacar uma sublevação popular em Moscovo

Título do El País, 4 de Outubro

«O primeiro-ministro Victor Tchernomyrdine, que representa o coração do aparelho de Estado, foi nomeado vice-presidente por Boris Ieltsine, enquanto este último o incumbia que prevenisse a ONU de que a Rússia deveria «renunciar temporariamente da garantia dos direitos civis» no país e que estava anunciada a chegada das tropas. Daí a pensar-se que houve dois golpes de Estado, domingo, em Moscovo - um da direcção Routsokoi-Khasboulatov e um outro de Boris Ieltsin - não faltará um passo. A utilização da força em Moscovo, ainda sábado dificilmente assumida pela presidência, é desde ontem possível para «limpar os focos de motim» como ontem afirmou um próximo de Victor Tchernomyrdine. Nos últimos tempos, uma das teses em moda nos meios económicos russos pretendia que uma

ditadura não seria forçosamente prejudicial, longe disso, para o movimento dos negócios. E era de bom tom citar como exemplo o Chile do general Pinochet.»

Bernard Cohen em Moscovo, Libération, 4 de Outubro

Eu vi a tremenda revolta russa. Eu vi que não se pode esticar até ao infinito a corda da paciência dos russos. E vi, ultrapassado o limite, a vaga de empurrão que não se furtava à morte, absolutamente possante, pavorosa, irrefreável.

Giulietto Chiesa, La Stampa, 4 de Outubro

«O balanço da batalha permanece desconhecido: os raros números até agora comunicados dizem sobretudo respeito aos confrontos da noite de domingo para segunda-feira frente à sede da televisão (uma vintena de mortos), ou ainda as perdas nas fileiras das forças da ordem, que parecem bastante baixas (quatro mortos). Há também centenas de feridos nos hospitais de Moscovo. Uma fonte do Ministério do Interior considerará verosímil um mínimo de três centenas de mortos (um porta-voz dos defensores falou em 500 mortos a meio dos acontecimentos).

O mais provável é que o balanço real jamais será conhecido: o incêndio provocado pelos tiros de obus que pôs em chamas a parte superior do edifício, veio, por outro lado e obviamente, facilitar em muito a tarefa das unidades encarregadas da última "limpeza".»

Jean Kranze, em Moscovo, Le Monde, 6 de Outubro

O punho de Ieltsin sobre a Rússia
Depurações e prisões, em Moscovo resta o medo
Título do La Stampa, 6 de Outubro

O facciosismo do "Público"

O facciosismo do jornal "Público" distinguiu-se, mais uma vez, no tratamento do golpe de Ieltsin de 21 de Setembro e do seu desenlace sangrento, em 3 e 4 de Outubro.

Não é que tenham surgido apenas no jornal da SONAE os aplausos ao candidato a ditador russo e o infamante apoucamento dos seus opositores.

Lamentavelmente, grande parte da comunicação social do nosso país, como a generalidade da internacional, procedeu de forma semelhante, como que obedecendo à batuta do Presidente dos Estados Unidos e de outros políticos ocidentais. Honraram-se, na excepção, alguns respeitados órgãos da imprensa europeia que adoptaram uma atitude de reserva e distanciamento analítico e crítico.

O facciosismo do "Público", cultivado especialmente pelo seu director na questão russa, tem-se revelado, no entanto, uma execrável salada onde se misturam o golpismo, o farisaísmo e o anticomunismo.

Logo no editorial, a 23 de Setembro, a propósito das reprovações e objecções que se levantavam nos meios democráticos contra a dissolução do Parlamento russo, o "Público" sentenciava todo o expediente: "ou se apoiam os reformistas ... ou os conservadores", "goste-se ou não se goste do estilo rude do Presidente russo", "não é possível hesitar".

O editorialista, José Manuel Fernandes, não hesitava, por sua parte, em apelar sarcasticamente de "pudicas vozes" as que manifestavam preocupação com a violação da Constituição, o abuso do poder, a subversão das regras da democracia e caracterizavam como um golpe de Estado, a escalada de Ieltsin para concentrar todo o poder na sua pessoa.

O "Público" reduzia tudo isto a ninharias, a ridículos formalismos e proclamava a legitimidade de Ieltsin.

Foi com esta legitimação do esmagamento da resistência que o jornal da SONAE transformou em epopeia do candidato a ditador russo o massacre do Parlamento a tiro de canhão e a supressão de todas as liberdades, titulando, em dias sucessivos, "Ieltsin recupera Moscovo", "Revolta esmagada", "Nenhum poder aos sovietes", peças de uma despejada crueldade para com os vencidos.

No dia 6, o próprio Vicente Jorge Silva voltou ao editorial, mas furtando-se a examinar as exortações golpistas do seu jornal e fugindo a encarar os mortos e os escombros fumegantes da Casa Branca moscovita. Transferia manhosamente a abordagem para Lisboa, numa tentativa, tão reles como a do PSD, de explorar os acontecimentos para invectivar o PCP (falsificando as suas posições) e incitar o PS ao anticomunismo.

Só que o cinismo, que este falso acusador pretende atribuir ao PCP por defender a democracia na Rússia, é verdadeiramente o seu, para quem a democracia só é boa quando favorece os interesses do capital de que é público e notório servidor.

É por isso que Vicente Jorge Silva não se mostra nada preocupado com as levas de presos para os estádios de futebol, à maneira de Pinochet, nem com a proibição de partidos e jornais, o estabelecimento da censura e da autocensura, a supressão do Tribunal Constitucional, a eliminação dos órgãos de poder local, nem com a mascarada eleitoral, que está a ser preparada para Dezembro, à maneira de Salazar e Caetano. O facciosismo, porque o é, dá o flanco da sua aberração.

Sobre os graves desenvolvimentos da situação na Rússia

1. O desenvolvimento da situação na Rússia é inquietante. Na sequência de um novo golpe de força (21 de Setembro) e do brutal esmagamento da resistência no Parlamento Russo (3 de Outubro), Ieltsin concentra finalmente os poderes discricionários que ambicionava e utiliza-os sem escrúpulos para desarticular e silenciar toda e qualquer resistência e oposição, seja ela institucional, política ou simplesmente fruto do profundo descontentamento popular. As eleições que prepara são uma farsa. São reais os perigos de instauração de uma ditadura.

2. O apoio dado do estrangeiro a Ieltsin e às suas medidas golpistas foi imediato e inequívoco. "Apoio total", disse Clinton, logo seguido pela generalidade dos governos ocidentais, incluindo o de Cavaco Silva, numa expressiva manifestação de solidariedade classista. A NATO, a Comissão Europeia, o FMI, o G-7, não perderam tempo a anunciar novas promessas de "ajuda". Mesmo a social-democracia, incluindo o Partido Socialista português, não faltou com a sua palavra solidária e o seu estímulo a tão indefectível "democrata". E mais do que isso, confirmaram na generalidade esse apoio quando o desenrolar dos acontecimentos, com milhares de manifestantes nas ruas de Moscovo, se inclinava numa direcção inesperadamente desfavorável a Ieltsin, não hesitando em apadrinhar o próprio banho de sangue no edifício do Parlamento Russo.

Na hora em que se contam os mortos de Moscovo, se abate a repressão sobre as forças que se opõem ao projecto ditatorial de Ieltsin, se violam ostensivamente direitos e liberdades cívicas fundamentais, é necessário não esquecer quem apoiou e incentivou o principal protagonista e responsável por tão dramáticos acontecimentos.

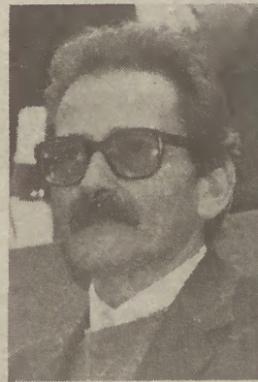
E pouco adianta agora dizer que afinal Ieltsin "foi longe de mais", que corre o risco de "cair na tentação autoritária", que continua a exigir-se-lhe o "respeito dos direitos humanos" ou

empenharam designadamente o Tribunal Constitucional, a maioria das regiões da Rússia, a própria Igreja Ortodoxa. Compromisso tanto mais viável quanto não foram nem os ideais nem a natureza de classe do sistema socioeconómico que se pretende impor ao povo russo que separaram e opuseram os íntimos aliados de ontem (Ieltsin de um lado e Ruskoi/Rhasbulatov do outro).

4. Por que fracassaram então desta vez as tentativas de compromisso? Por que se enveredou pelo caminho, não apenas da ilegalidade mas da violenta repressão?

Porque o desenvolvimento do processo contra-revolucionário de restauração do capitalismo na Rússia - com o desastre económico, a tragédia social, a brutal pauperização do povo, o desenvolvimento de conflitos étnicos e nacionais, o espectacular surto de criminalidade e degradação moral mas também com crescentes demonstrações de descontentamento e resistência popular e a difícil mas real reorganização das forças democráticas e progressistas - tropeçava (e tropeça) com dificuldades e resistências que se tornava imperioso ultrapassar com a construção de um forte poder autoritário chamado a impor a "ordem", a "irreversibilidade da transição democrática", a "aceleração de reformas económicas radicais" e a definitiva instauração de uma "economia de mercado".

Por estes objectivos se vinham batendo Ieltsin, Gaidar, Burbulis e toda uma fauna de burocratas-tecnocratas-mafiosos sob a batuta do FMI. Foi neles que apostou o imperialismo e a reacção internacional. A política de "pequenos golpes de Estado" de Ieltsin estava praticamente esgotada. Depois de sucessivas derrotas no plano institucional e perante o seu crescente isolamento social e político preparou cuidadosamente aquela que ele próprio designou como a sua "ofensiva do Outono". Em 21 de Setembro abre o confronto. Em 6 de Outubro, proclama a "vitória" sobre aqueles que queriam



ALBANO NUNES
Membro do Secretariado
do CC

Resultam infrutíferas as tentativas para reduzir os acontecimentos de Moscovo a uma simples disputa nas cúpulas do poder. Esta disputa existiu e vai continuar. Mas num contexto económico e social concreto em que o descontentamento, a resistência e a luta do povo russo tem vindo a pesar de modo crescente.

imposta aos jornais afectos a Ieltsin sem condenar a proibição dos jornais ou dos partidos da oposição ou levantando cínicas dúvidas sobre se as eleições anunciadas serão "inteiramente" democráticas, ou sobre se os "democratas radicais" não quererão ir "longe de mais") confirmam o seu apoio a Ieltsin e incitam-no a aproveitar a oportunidade para passar rapidamente a uma nova fase da ofensiva de restauração capitalista. Se isso exigir a instauração de uma ditadura há que não hesitar. É preciso que não perca a oportunidade, que não cometa o "erro" do Verão de 1991 quando não dissolveu o Parlamento Russo (fingindo esquecer que então vigorava a santa aliança Ieltsin/Ruskoi/Rhasbulatov e que o Parlamento era então a "Casa Branca - bastião da democracia"), que "não hesite" no uso da força após 21 de Setembro teria hesitado.

A marca de classe de tais posições é evidente. Tudo o que servir os objectivos de destruição até aos alicerces do que de positivo ainda subsiste do regime anterior e se opõe ao curso ditatorial em marcha é "legítimo". Tudo o mais é ilegítimo. A Constituição, a lei, a separação e equilíbrio de poderes, o respeito por liberdades democráticas e direitos humanos fundamentais é tudo para rasgar. A oportunidade não pode perder-se. Como nos explica um articulista do "Expresso" (9/10), os fins justificam os meios". Em nome dos superiores interesses do capital tudo é bem-vindo. O susto de 3 de Outubro, em que não poucas testemunhas dos acontecimentos viram uma "sublevação" popular (como o «El País» de 4/10) não deve repetir-se. E há perigos, reconhecem, de grandes explosões de descontentamento. É preciso preveni-lós e evitá-los. Ieltsin e os seus acólitos devem fazer já o seu trabalho, depois se verá quem e como o aproveitará. Candidatos não faltam.

É como se apontassem a Ieltsin a orientação para os decretos repressivos que está a adoptar. Ou seja: os comunistas estão a reorganizar-se e o Partido Comunista da Federação Russa anuncia já mais de 600 000 membros? Proibam-se! O jornal "Pravda", assim como o Sovietskaja Rossia e outros são firmes opositores de Ieltsin e das "reformas" em curso e persistem corajosamente em manter vivos os ideais do socialismo? Silenciem-se! Há forças democráticas e patrióticas que crescem e se atrevem a contestar o ruinoso rumo pró-capitalista em curso? Suspendam-se e lance-se sobre elas o libelo de "conservadores", "saudosistas" e mesmo de "nacional-comunistas"!

O essencial, para já, é desarticular a oposição organizada, como em Agosto de 1991 foi desmantelar o PCUS. É não permitir que a amargura, a desorientação e o desespero em que o processo de desmantelamento da URSS mergulhou o povo da Rússia e o profundo descontentamento social existente se transformem em resistência e luta organizada e surja uma real alternativa política.

É preciso impedi-lo a todo o custo, silenciando quanto possível toda e qualquer oposição, venha da rua ou das instituições. Esmagado o Parlamento Russo e silenciado também o Tribunal Constitucional, é preciso acabar com o que resta dos soviéticos e da sua resistência nas diferentes Repúblicas e regiões, encontrar um novo quadro constitucional que dê suporte legal ao regime autoritário preconizado por Ieltsin, realizar algum tipo de "eleições" que confira um arremedo de "legitimidade democrática" ao poder instalado no Kremlin. Não se afirma já que o "Ocidente" estaria disposto a fechar os olhos à instauração em Moscovo de uma "ditadura liberal"?!

A contra-revolução precisa de se assenhorar do poder por inteiro para levar até ao fim a sua missão destruidora. É esta uma questão central nos acontecimentos dramáticos que percorrem a Rússia. É ela que fundamenta a única legitimidade possível (contra-revolucionária) do bombardeamento da Casa Branca e das medidas de repressão desencadeadas por Ieltsin contra os comunistas e outras forças progressistas. É esta questão - a do poder e da sua natureza de classe - que leva empenhados apoiantes de Ieltsin a admitir que o que convém à "democracia" que preconizam para a Rússia é afinal uma ditadura. "Talvez se venha a concluir que é impossível governar em democracia em território tão vasto, tão diversificado, com tantos problemas como a actual Rússia". Esta pérola de tão acrisolado amor aos povos e à democracia de J.A.S. (Expresso de 9/10) merece ficar registada. A ditadura está de antemão justificada.

6. Para onde vai a Rússia? Em que medida conseguirão as forças alinhadas em torno de Ieltsin atingir os objectivos que estabeleceram a curto prazo? Como vai evoluir a situação nas Forças Armadas? E ao nível das 89 repúblicas e regiões, onde são visíveis as disputas com o poder central ieltsiano mas



a realização de "eleições livres e justas". "Ieltsin consultou com os EE.UU a decisão de assaltar o Parlamento", titula o "El País" de 5/10. Não terão os EE.UU. jogado no cavalo errado? Fizeram-no por não haver melhor alternativa? Estas são interrogações que colocam vários comentaristas. Certo, certo é que jogaram em Ieltsin e que Ieltsin é a sua criatura; as suas medidas repressivas e ditatoriais não podem deixar de responsabilizar os EE.UU e quantos lhe deram o seu apoio. É aliás junto dele que trabalham activamente os "Chicago boys" e toda uma multidão de conselheiros através dos quais o imperialismo está bem "por dentro" (se é que não comanda) das grandes linhas da política ieltsiana.

3. É necessário registá-lo para que se não esqueça: desta vez não ouvimos da parte dos governos ocidentais nem dos seus plúmbeos de serviço lancinantes gritos em defesa da vida humana. Nem fomos bombardeados pelos "media" por tocantes imagens de moscovitas chorando a perda de entes queridos. E quantas as vítimas dos dramáticos acontecimentos de Moscovo? Quantas mortes? Tudo indica que continuarão por contar.

Para os apoiantes de Ieltsin pouco contam na verdade as vidas humanas perdidas. Quando muito poderão lamentá-las. O que é verdadeiramente importante é justificar e legitimar as medidas ilegais e anticonstitucionais de Ieltsin, de 21 de Setembro, e o brutal emprego da força para impor as suas soluções autoritárias e ditatoriais.

E isto quando, tudo o indica, era possível um novo compromisso nas cúpulas do poder que evitasse o brutal derramamento de sangue que se verificou. Compromisso em que se

estabelecer uma "ditadura fascista-comunista" (uma nova categoria da ciência política subitamente descoberta) e põe em marcha um vasto conjunto de medidas discricionárias, elas sim de carácter fascista. É certo que poucos auguram grande futuro político a Ieltsin. Fala-se de "vitória de Pirro". Mas para a reacção russa e o imperialismo (hoje com Ieltsin como ontem com Gorbatchov, e mesmo com Ruskoi e Khasbulatov quando eram apelidados de "campeões da democracia" e não de "bandidos") não é o homem mas a sua função instrumental que importa. E o que dele esperam (como V.J.S. no "Público" de 5/10) é que aproveite bem o pouco tempo que lhe resta para fazer todo o trabalho sujo que houver a fazer, ou seja, reprimir e silenciar a qualquer preço a oposição. É essa a tarefa da hora presente: "eliminar o que resta do velho sistema" e assegurar que o caminho para a "economia de mercado" (o capitalismo) se torne irreversível. De "democracia" e "direitos humanos" fala-se depois.

5. Naturalmente, muitos prefeririam que um tal caminho fosse pacífico e controlado, que a exploração do capital se exercesse de modo formalmente democrático. Os resultados da pilhagem seriam idênticos. Mas como isso se revela praticamente impossível, e apostados como estão em "acelerar o processo de reformas" e afastar definitivamente o "fantasma do comunismo" que já enterraram mil vezes mas que continuam a exorcizar, não hesitam em justificar com os argumentos mais hipócritas e mais ridículamente inconsistentes as soluções de força ditatoriais impostas por Ieltsin.

E ao mesmo tempo que procuram pudicamente salvar uma aparência democrática (por exemplo, criticando a censura

onde estamos longe de conhecer os processos de arrumação das forças sociais e políticas que aí se desenvolvem? Mesmo no plano institucional, logrará ao menos Ieltsin impor um quadro de "ordem" e "estabilidade" que lhe permita o novo salto em frente nas reformas destruidoras que anunciou em 9 de Outubro despachando novos decretos sobre a propriedade da terra (para acabar de vez com as formas de propriedade social existentes), as privatizações e o investimento estrangeiro? Que expressões assumirá a luta entre os diferentes clãs da nova classe capitalista russa pela pilhagem de riquezas e a super-exploração dos trabalhadores? Desfeito o consenso que os uniu no Outono de 1991 irão alinhar-se de novo em torno de Ieltsin (como preconiza o "patrão da indústria," Volski, ex-aliado de Rutskoï na "União Cívica") ou vão disputar-lhe o poder (como Yavlinsky e a sua Associação de Empresários da Nova Rússia) e prosseguir no plano político a luta que travam no plano económico pela partilha do grande bolo russo? E o imperialismo? Muitos se queixam - a começar por Ieltsin - que é do seu próprio interesse estratégico "ajudar" a Rússia e enviar as chuvas de dólares que prometeu. Considera agora, finalmente, reunidas as condições para "investir na Rússia" e está em condições de o fazer?

Não faltam interrogações e incertezas, mas à última questão creio poder responder-se pela negativa. A crise profunda em que se debate o capitalismo e a sua própria natureza exploradora e agressiva apontam para a continuação impiedosa da pilhagem da Rússia pelas multinacionais, para a procura do lucro fácil e especulativo, para meras "ajudas humanitárias" de intenção fundamentalmente política. Se a anexação "pacífica" (que não democrática) da RDA exigiu a mobilização de recursos tão colossais que abalaram a economia alemã e da própria CEE, o que não seria necessário para o enquadramento "pacífico" da restauração do capitalismo na imensa Rússia. Por outro lado, tudo indica que o objectivo estratégico do imperialismo em relação à Rússia não é o seu florescimento económico mas a destruição do seu potencial económico (rival) e a sua transformação num país de tipo terceiro-mundista fornecedor de matérias-primas, de mão-de-obra barata e de um vasto mercado de consumidores.

Este elemento é de grande importância na reflexão acerca do desenvolvimento futuro da situação na Rússia, tanto mais que - como se viu uma vez mais durante os trágicos acontecimentos de Moscovo - o apoio do "Ocidente" ao grupo de Ieltsin é indispensável para a imposição do seu poder ditatorial e da sua política de ruína económica, desastre social e submissão nacional.

7 Mas o factor decisivo da evolução da situação será sempre o povo russo. A longo prazo acabará sem dúvida por romper as cadeias em que estão hoje a amarrá-lo. Mas mesmo a curto prazo não pode afastar-se a possibilidade de que consiga frustrar os propósitos mais reacçãoários. É isso que Ieltsin, com o concurso da ingerência estrangeira, pretende a todo o custo evitar, impondo o estado de emergência, proibindo as forças progressistas, dissolvendo os soviets (que constituem ainda um espaço de intervenção e um factor de resistência).

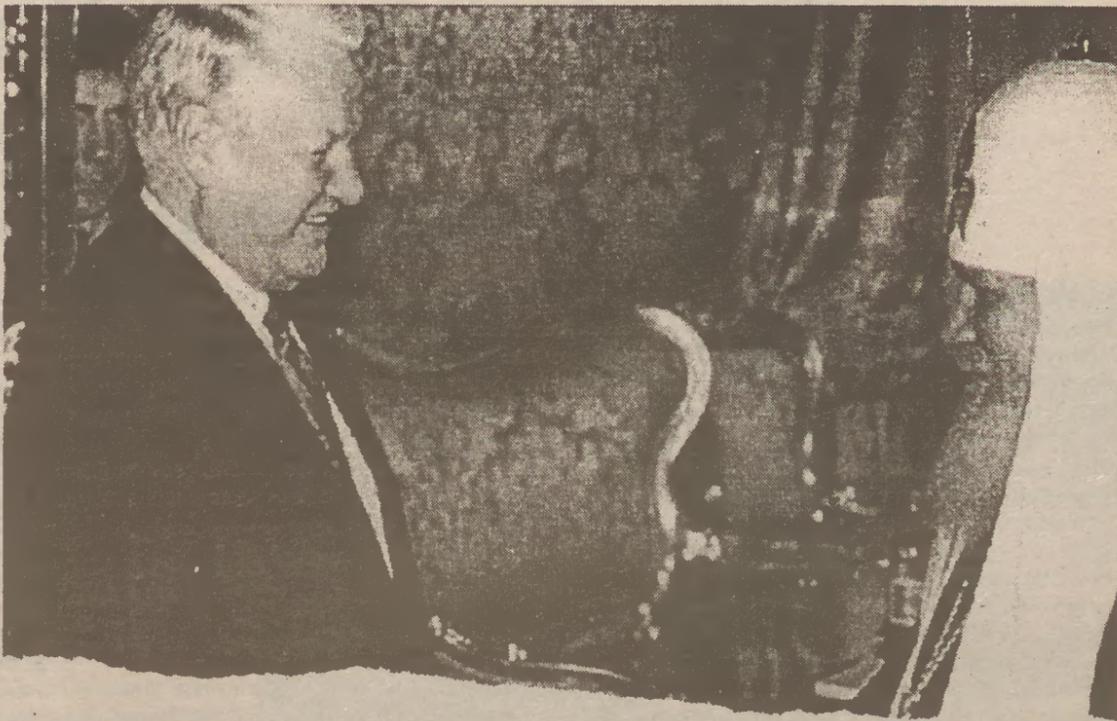
De resto, resultam infrutíferas as tentativas para reduzir os acontecimentos de Moscovo a uma simples disputa nas cúpulas do poder. Esta disputa existiu e vai continuar. Mas num contexto económico e social concreto em que o descontentamento, a resistência e a luta do povo russo tem vindo a pesar de modo crescente.

Sem levar em conta esse contexto de desastre económico e de verdadeira tragédia social, sulcado por algumas importantes movimentações populares (como as manifestações, brutalmente reprimidas, de milhares de moscovitas pelo 1º de Maio; a recente greve dos mineiros ou uma "greve geral" anunciada antes de 21 de Setembro pela Federação dos Sindicatos Independentes) não é possível compreender conflitos e rearranjos de forças a nível das próprias cúpulas do poder. Não é possível compreender o rompimento da santa aliança anticomunista formada no Outono de 1991 em torno de Ieltsin, as posições do Tribunal Constitucional, a passagem da maioria dos deputados do Parlamento Russo para a oposição a Ieltsin (com o enfraquecimento e divisão do bloco ieltsiano da "Rússia Democrática" e o alargamento da influência dos próprios comunistas), os esforços de conciliação do patriarca Alexis II, ou a tomada de posição da maioria das regiões contra o golpe de Ieltsin e a exigência de reposição da legalidade constitucional.

Também não é possível compreender convergências verificadas entre forças progressistas e forças nacionalistas (incluindo monárquicas e fascistas) na oposição ao curso destruidor e ditatorial protagonizado por Ieltsin, o que está a ser intencionalmente empolado e explorado (a amalgama do "nacional-comunismo", tal como em França na vergonhosa campanha sobre uma suposta aliança "vermelho/castanha") para justificar a repressão dos comunistas e outros progressistas, deixando o campo livre às forças mais reacçãoárias, polidamente apelidadas, quando muito, de "democratas radicais".

O grande protagonista é o povo russo e é para ele que vai a nossa inteira solidariedade. O perigo de que o desespero e a falta de alternativa credível possa ludibriá-lo com "soluções salvadoras" de "pulso forte" não está afastado. Mas se o poder ieltsiano tudo está a fazer nesse sentido há também quem trabalhe para que isso não aconteça. Seja, porém, qual for o desenlace a curto prazo do complexo e dramático processo que se desenvolve na Rússia o povo desse imenso país, apoiando-se na extraordinária experiência acumulada, acabará inevitavelmente por retomar o rumo da sua libertação.

A nossa solidariedade vai também para as forças democráticas e progressistas, e em particular para os comunistas que, esforçando-se por reorganizar-se num partido necessariamente renovado, prosseguindo a luta em condições particularmente adversas, combatem as tentativas de imposição de uma ditadura, defendem os interesses dos trabalhadores e mantêm vivos os valores e os ideais libertadores da grande revolução de Outubro.



Ieltsin e Clinton & Cia

■ Carlos Aboim Inglês

Eleições - farsa como alibi

Primeiro foi o verbo: dia 21 de Setembro Ieltsin foi à TV e anunciou: dissolução do Parlamento, emendas à Constituição, marcação de eleições legislativas para 11 e 12 de Dezembro - tudo matérias que não eram das suas competências como Presidente. Dizem agora que a Constituição da Federação Russa não tem valor - "esquecidos" de que foi precisamente no quadro dessa Constituição que Ieltsin foi eleito deputado, depois eleito Presidente do Soviete Supremo, depois eleito Presidente da Federação Russa... Essa mesma Constituição que jurou defender e cumprir. E logo depois do verbo, a escritura: Ieltsin assinou o decreto em que se atribuiu a si próprio o poder absoluto de tudo governar por decretos pessoais. Doravante, para Ieltsin a "Constituição sou eu!"

Saltado o Rubicão, Ieltsin colocou-se, como aliás reconheceu na sua alocução, à margem da Lei. E assim estava dado o passo decisivo para, recusando qualquer compromisso para já, recorrer ao uso brutal de forças armadas, primeiro cercando com tropas de choque e arame farpado o Parlamento, que resiste legitimamente, e depois mandando esmagar a resistência com o fogo dos canhões dos tanques que lhe obedeceram, tornando assim negra a sua há bem pouco querida "Casa Branca".

Em catadupa, vão saindo os seus decretos repressivos. Decreto estabelecendo o estado de emergência (o qual - recordam-se de Agosto de 91? - requer aprovação do Congresso). Destituição do Procurador Geral da República (para pôr no seu lugar um fidelíssimo). Fim do Tribunal Constitucional (o qual, é de recordar, fora instituído e eleito pelo Congresso após Agosto de 91). "Suspensão" de jornais e estabelecimento da censura. "Suspensão" de variados partidos e movimentos (usurpando o que é prerrogativa dos tribunais). Purga (é esse o termo usado) do aparelho de Estado e reorganização das forças repressivas. Etc. etc. etc. E no lógico seguimento dos *et coetera*, surge agora mais um gravíssimo atentado à democracia: a abolição pura e simples de todo o poder local democraticamente eleito em toda a Federação Russa. Com tal medida, Ieltsin passa por cima não só do voto dos cidadãos como das próprias prerrogativas regionais e locais, constitucionalmente estabelecidas, de relativa autonomia em relação ao poder central. Este passo mostra que as ambições de Ieltsin são também imperiais, querendo submeter a si directamente toda a imensa Federação Russa. Mais uma vez, não só inconstitucionalmente mas ilegítimamente, pois quando Ieltsin foi eleito Presidente não foi com tais poderes e tal programa. Doravante dissolvidos os conselhos locais eleitos, Ieltsin decreta que todo o poder local será exercido por representantes presidenciais por si nomeados.

É neste quadro real (ainda mais extensamente ditatorial, aliás) que assume significado a promessa de Ieltsin de realizar "eleições livres e democráticas", promessa que Clinton e *tutti quanti* logo exaltam como demonstração dos propósitos democráticos de Ieltsin.

Eleições legislativas em 11 e 12 de Dezembro. Será bom vermos o *antes* e prevermos o *depois* da promessa.

Antes: Há muito que o Parlamento vinha a propor e defender a realização de eleições antecipadas para o Parlamento e data provável da sua realização: Primavera de 94. Mas Ieltsin não queria aceitar a data e não queria submeter-se ele próprio então também à votação popular. Compreender-se-á porquê. O Parlamento trabalhava activamente, assim como o Tribunal Constitucional e os "sujeitos da Federação", para elaborar nova Constituição, uma lei eleitoral, definir os círculos eleitorais, estabelecer normas legais para o funcionamento isento e pluralista da comunicação social e em especial a TV (completamente dominadas por Ieltsin através do seu ministro da propaganda Poltorarine, o "czar da informação"). Todo este trabalho, imprescindível para que as eleições pudessem ser feitas nas novas condições com seriedade e equilíbrio, exigiria pelo menos alguns meses. Tal demora não convinha a Ieltsin e sua equipa. Não podia arriscar-se a perder o seu férreo controlo sobre a informação. E na Primavera de 94, com a iminência da "segunda vaga" da terapia de choque ultraneoliberal que o FMI estava a impor para já, a situação social ser-lhe-ia tão adversa e explosiva que nunca podia esperar ser de novo eleito. Não queria também outra nova Constituição que não fosse a sua, de um exacerbado e faraónico presidencialismo. E também não queria, naturalmente, o poder legislativo e fiscalizador de um Parlamento onde pudesse haver real oposição e muito menos uma oposição maioritária. Só lhe serve uma "Duma" ao estilo czarista, mera caixa de ressonância da voz do seu dono, senhor absoluto de todas as Rússias. Razões mais que suficientes para liquidar rapidamente o Parlamento e fabricar umas "eleições" quanto antes, antes que seja tarde.

Depois: Quem pode pensar, com o mínimo de honestidade, que neste actual *quadro totalitário* (todos os poderes concentrados num só polo, o Presidente e seus homens de mão) se poderão realizar "eleições livres e democráticas"?! Todo o trabalho legislativo e técnico que falta fazer, realizado a toque de caixa? Com uma lei eleitoral por redigir (e agora a decidir só por Ieltsin)? Com circunscrições por definir (e agora decididas só por Ieltsin)? Com uma nova Constituição (agora decidida só por Ieltsin) a ser aprovada quando e por quem? Sem oposição livre, só com os partidos afectos a Ieltsin ou por si consentidos? Com a censura (formal ou não, mas real)? Com o domínio total e incontrolado dos decisivos meios de informação? Com a organização e controlo das eleições a ser feitas pelos representantes exclusivos de Ieltsin? Com um clima de intimidação de massas e uma elite mafiosa e corrupta a campear sem freio? Não! Sob a férrea mão totalitária de Ieltsin e dos círculos internos e externos que representa e a quem obedece, a promessa de "eleições livres e democráticas" é um mero alibi para a actual e futura actuação ditatorial de expoliação dos trabalhadores e saque dos recursos do povo russo. Será uma farsa. E não pode haver aval credível de coniventes "observadores estrangeiros" que as legitime. Contudo, será sempre a vontade soberana do povo russo que, mais tarde ou mais cedo, acabará por decidir do seu próprio destino. Porque, ao fim e ao cabo, é sempre o povo quem mais ordena.

25 anos depois da posse de Marcello Caetano Últimas notas sobre uma efeméride

3. A força irrecusável da concreta experiência vivida entre Setembro de 1968 e 25 de Abril de 1974 e a incontornável cronologia de factos e acontecimentos comprovativos da continuidade dos traços essenciais da ditadura têm, apesar de tudo, impedido que do conjunto de intervenções sobre este tema e designadamente do debate no «De Caras» resulte um nítido branqueamento do «marcelismo» enquanto fase final do regime fascista.

Mas já o mesmo não se pode dizer quanto a Marcello Caetano ele próprio, uma vez que as múltiplas vozes que continuam a insistir na tese do «marcelismo» como um real projecto de democratização atribuem correspondentemente a M. Caetano uma firme vontade e sólidos propósitos de transição para a democracia que só não teria concretizado ou por causa da questão da guerra colonial, ou porque não reuniu os apoios necessários ou porque os «ultras» não o permitiram.

E, como não podem invocar em abono desta sua opinião a política efectivamente realizada por M. Caetano, alguns refugiam-se em argumentos baseados no «pensamento político» do último Presidente do Conselho da ditadura. Fraco refúgio, assinala-se. É que até Freitas do Amaral, mesmo usando o benévolo critério de analisar o pensamento político de M. Caetano unicamente com base no seu «Manual de Ciência Política e Direito Constitucional» publicado no início dos anos 60 (e deixando portanto de lado toda a obra doutrinária, designadamente dos anos 30 e 40, do teorizador do corporativismo, do Ministro da Presidência e das Colónias e do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa), não pôde deixar de concluir que o pensamento político de M. Caetano era com-

terísticas, orientações e objectivos que nem os mais excelsos e devotados apoiantes e propagandistas de M. Caetano alguma vez se atreveram a atribuir.

No quadro de uma extensa lista de superficiais efabulações embrulhadas em celofane de profundíssimos rasgos teóricos e de um vasto rol de verdadeiras enormidades e tolices escritas sempre com o ar mais sério e apaixonado deste mundo, esses grupos esquerdistas e as suas publicações vendiam então a tese do salazarismo como regime político do capitalismo «retardatário» e como sistema de «blocagem» do desenvolvimento capitalista enquanto o «marcelismo» já seria o regime do «capital progressista», proclamavam que o «marcelismo» e os monopólios estavam a destruir o salazarismo «etapa a etapa, rapidamente», que a PIDE já não era tanto uma «policia política, no sentido tradicional» mas sim «forças de ordem cuja principal função é preventiva, isto é delimitar na cabeça das pessoas aquilo que é permitido e aquilo que não é», que a abertura marcelista, «ultrapassa em certos casos visivelmente o que a Oposição poderia pensar como reivindicável» e significava uma «tentativa de instaurar o sistema parlamentar» (*).

Em alguns casos pelas mesmas canetas e cabeças, são estas concepções que ressuscitam quando, por exemplo, entre outros, Manuel Villverde Cabral vem escrever («DN» de 4.10.93) que «não fora a sua incapacidade para acabar com a guerra, não havia razões de fundo para Caetano não prosseguir, se não mesmo concluir, o processo de liberalização».

Sem se contestar que a guerra colonial constituía um dos mais importantes atoleiros em que o regime se enroscava, é entretanto evidente que a tese de que a guerra era o exclusivo factor de bloqueamento de uma evolução voluntária do regime para a democracia é mais uma filha dilecta da incompreensão da real natureza de classe da ditadura.

Primeiro, porque aborda os impasses do regime em relação à guerra como se estes se situassem apenas ao nível da dificuldade em romper com décadas de doutrina em torno da integridade territorial definida do Minho a Timor, esquecendo os laços da dominação colonial com o domínio dos monopólios.

Segundo, porque apresenta a principal base de apoio da ditadura - o grande capital e os monopólios - como desejando a democracia e como podendo dispensar para a defesa

dos seus interesses, no início dos anos 70 e ainda sem a integração de Portugal na CEE, o Estado fascista e o seu aparelho repressivo.

Havendo vontade, pode-se sempre discutir interminavelmente se os monopólios podiam ou não manter o nível de exploração dos trabalhadores a que se tinham habituado e manter-se como classe dominante aceitando a democracia, as liberdades, o direito à greve e outros importantes direitos dos trabalhadores.

Uma coisa é certa: achando e bem que para definirem e cuidarem dos seus interesses não precisavam das teorias e conselhos dos grupos esquerdistas, o grande capital e os monopólios entendiam que não podiam dispensar a ditadura fascista.

E a prova histórica disso mesmo encontra-se, por um lado, no facto significativo de termos chegado ao 25 de Abril sem que algum segmento do grande capital tomasse posição contra a ditadura e, por outro lado, na oposição, conspiração e sabotagem que moveram ao processo de democratização da vida nacional em todo o ano que precedeu as nacionalizações de Março de 1975.

5. A circunstância - que merece ser registada com apreço - de, no programa «De Caras», conhecidos membros do PS - Manuel Alegre, Lopes Cardoso e Sottomaior Cardia - terem assumido uma posição correcta quanto à caracterização e objectivos essenciais da manobra marcelista pode induzir em erro quanto à forma como, na época, a principal corrente socialista se posicionou face à



VÍTOR DIAS
Membro da Comissão
Política

ascensão de Marcello Caetano e à sua orientação e política.

Com efeito, mesmo poupando deliberadamente substantivos, adjectivos, citações e detalhes, não se pode deixar de assinalar que, repetindo erros de análise, ilusões quanto à capacidade auto-regeneradora do regime fascista ou teimosas esperanças na sua voluntária desagregação que marcam persistentemente a crónica e o percurso de diversos sectores oposicionistas, a corrente socialista agrupada na ASP (Acção Socialista Portuguesa, antecessora do PS fundado em 1973) - e de que não eram membros M. Alegre, L. Cardoso e S. Cardia - depositou grandes esperanças e benévolas expectativas na ascensão de Marcello Caetano, renovou rapidamente a sua aposta numa legalização preferencial, envolveu-se em iniciativas de contacto e diálogo com a «entourage» de Caetano, empenhou-se em dar mais relevo às suas posições anticomunistas, distanciou-se profundamente da cooperação com os comunistas e com outros sectores democráticos.

Entre outras, como significativas expressões de toda esta orientação, são de recordar os contactos entre membros da ASP e os novos dirigentes da União Nacional, designadamente Melo e Castro, que ficaram então criticamente baptizados nos meios democráticos como «a política do pé na soleira» (não será necessário explicar a quem pertencia o pé e a que porta pertencia a soleira) e a atitude divisionista traduzida na criação das C.E.U.D em contraposição às estruturas e projecto unitários das CDE.

A atenção e o interesse que, no quadro da manobra da demagogia «liberalizante», o regime concedia ao objectivo da divisão das forças democráticas, da atracção ou neutralização de sectores moderados da oposição e do isolamento político do PCP teria mesmo chegado ao ponto de Melo Castro ter feito, sem êxito, «sondagens» com vista à participação de elementos ligados à ASP nas listas da União Nacional (conforme entrevista de Mário Soares ao «DN» de 19.4.1993).

Como remate necessário a este ponto, é justo salientar que, entre os muitos méritos e positivas consequências de uma linha de firme, ágil e decidido combate à manobra da demagogia «liberalizante» e de intensificação da luta popular e democrática por objectivos próprios integrados na perspectiva do derrubamento da ditadura, se conta também o facto de em 1973, sem prejuízo de numerosas divergências e diferenças de opinião, já se terem registado progressos na cooperação entre comunistas e socialistas, como se expressou através do encontro e comunicado conjunto PCP-PS de Setembro e na sua intervenção em unidade na duríssima batalha política da farsa eleitoral de Outubro de há 20 precisos anos.

6. Em todo este debate, a ideia (só aparentemente) mais consensual é a que se exprime pelas numerosas referências ao «fracasso do marcelismo».

Só que se por «fracasso do marcelismo» se entende o fracasso de um real projecto de democratização dirigido e desejado por M. Caetano isso empurra, na procura das causas de tal fracasso, para a sobrevalorização do campo interno do regime e das suas contradições, para a tese da sua progressiva e natural desagregação e enfraquecimento até à iniciativa do MFA em 25 de Abril e apresentando esta quase como sem raízes anteriores.

Mas se, pelo contrário, por «fracasso do marcelismo» se entende o fracasso da manobra da demagogia «liberalizante» isso já conduz, na procura das causas de tal fracasso, a colocar justamente o acento tónico no papel determinante do PCP, no papel e lutas do movimento operário e popular, no papel e acção do movimento democrático unitário, enfim no processo geral de luta do qual o próprio levantamento militar dirigido pelo MFA e sua histórica contribuição para a conquista da liberdade não podem ser separados.

(*) As principais concepções defendidas pelos grupos esquerdistas em torno da operação marcelista, e sobretudo a devastadora crítica e desmontagem a que foram sujeitas pelo PCP, podem ser proveitosamente revisitadas em «O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista», de Álvaro Cunhal.

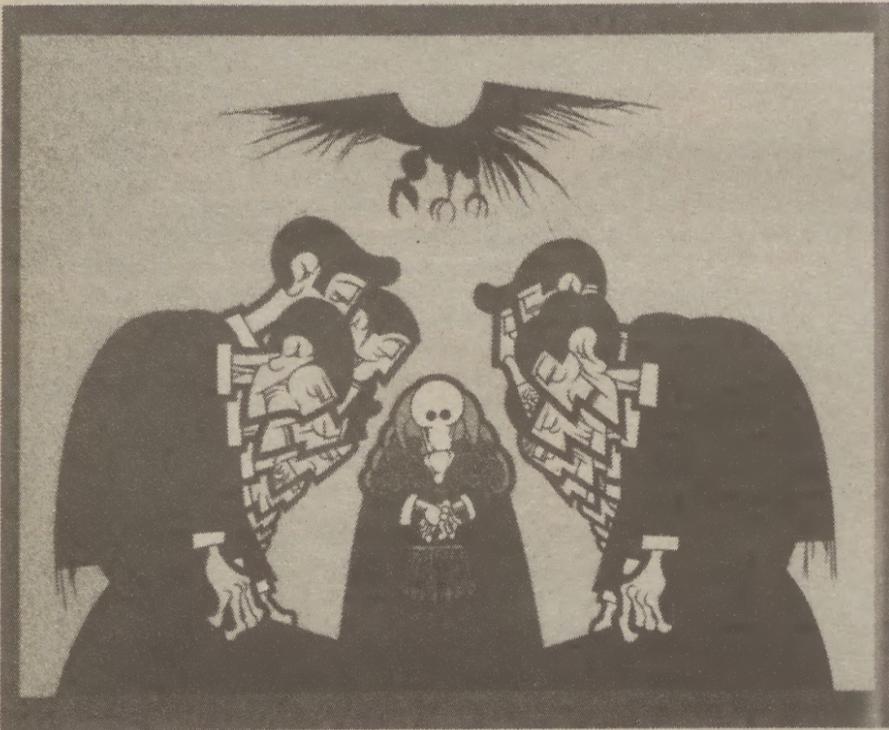


Ilustração de João Abel Manta

pletamente avesso à aceitação da noção de Estado de Direito e das suas consequências, do sufrágio popular como fonte de legitimidade do Poder e do pluripartidarismo. E, como é sabido, no «De Caras», também Miguel Galvão Teles prestou um qualificado testemunho em sentido similar.

Depois de arrumada a questão da política realizada e depois de esgotada a mobilização dos argumentos baseados no pensamento político de M. Caetano, só resta mesmo a alguns dos esforçados reabilitadores da sua figura de dirigente político (é isso que se discute) refugiarem-se nos indecifráveis mistérios e nebulosidades de alegadas confidências discretas e desabafos privados do próprio que, como lhes convém, empurram a análise histórica e política para intermináveis e inconclusivos labirintos.

Em nossa opinião, a única explicação plausível para que, em 1993, alguns continuem a atribuir tão generosas intenções democráticas a M. Caetano, só pode ser encontrada no facto de não quererem rectificar as erróneas apreciações ou as ilusões que subscreveram ou partilharam por volta de 1968-1969-1970.

4. É que, há 25 anos, em confronto e polémica directa com a análise e as posições do PCP (sumariamente descritas no artigo anterior), uma constelação de grupos esquerdistas (no interior e sobretudo na emigração) fazia em termos de um desastinado verbalismo o que hoje alguns analistas e comentadores continuam a fazer em termos mais sóbrios, isto é, atribuir ao «marcelismo» caracte-

Associativismo popular e democrático

— debate em Alverca com Álvaro Cunhal

Integrado num conjunto de debates, sob o lema genérico de «Um programa à nossa maneira» levados a cabo pela candidatura da CDU-Coligação Democrática Unitária - no concelho de Vila Franca de Xira, para aprofundamento de diversas matérias que levem a encontrar contributos de diversa proveniência para o programa eleitoral da coligação, decorreu na passada terça-feira no Salão dos Bombeiros Voluntários de Alverca um debate sobre associativismo, onde participou o Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, que fez uma intervenção da qual inserimos alguns extractos.

(...)

Apenas sete breves notas.

A primeira é relativa à **importância e valor do associativismo popular.**

O associativismo popular é:

- uma criação e realização viva e independente do povo português;
- uma expressão da acção social do povo nos domínios cultural, desportivo, recreativo, educativo, do património, etc.;
- uma expressão da consciência cívica, da criatividade e do talento das massas populares.

Com profundas raízes na vida e na história da nação portuguesa, o **associativismo popular é um elemento valioso da qualidade de vida dos portugueses.**

A segunda nota respeita ao **associativismo popular e à democracia.**

Pela sua própria natureza o associativismo popular é expressão e exercício de liberdade e exemplo de vida democrática. É uma escola de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência e de humanismo. Concilia valor colectivo e valor individual.

Defender, reforçar, apoiar e promover o desenvolvimento do movimento associativo é defender e reforçar a democracia.

A terceira nota respeita ao **movimento associativo e ao 25 de Abril.**

Apesar das limitações, pressões, discriminações, tentativas de instrumentalização e mesmo perseguições no tempo da ditadura fascista, já nesses anos negros o associativismo era, pela sua própria natureza e pelas suas profundas raízes populares, um factor da consciência cívica, da cultura e da vida democrática dos cidadãos.

Com o 25 de Abril o movimento associativo recebeu poderoso impulso. Criaram-se milhares de novas associações. Diversificaram-se e multiplicaram-se as suas actividades. O movimento associativo popular tornou-se um elemento integrante e constitutivo da sociedade portuguesa libertada do fascismo.

A situação actual é preocupante. O Governo despreza o movimento associativo. Fazendo demagogia e uma política de fachada não o apoia, atribui-lhe verbas irrísórias, teme no fim de contas a criatividade e a contribuição independente do associativismo popular.

A sociedade portuguesa necessita do movimento associativo e do seu desenvolvimento criativo e independente.

A quarta nota respeita ao **associativismo popular e à juventude.**

Em muitas das suas expressões e pela participação massiva da juventude, o movi-



mento associativo é um vector de grande relevo no movimento da juventude, na sua vida e na sua intervenção.

É promotor e elemento da qualidade de vida da juventude

Impulsionar e reforçar o movimento associativo popular nas suas mais variadas expressões é impulsionar e reforçar a intervenção na vida da sociedade da grande força social que é a juventude.

A quinta nota respeita às **nossas propostas:**

Entre outras e em termos gerais, propomos apoio do Governo, das autarquias e comunidades locais às associações populares e suas actividades específicas sem discriminações e respeitando a sua autonomia e independência.

Propomos apoio financeiro e formas directas de apoio técnico (equipamento, materiais, instalações, transporte) ao movimento associativo.

Propomos benefícios fiscais e reembolso do IVA em aquisições com finalidades não lucrativas.

Propomos medidas concretas para a formação de dirigentes associativos.

O apoio efectivo ao associativismo popular é não apenas um dever mas uma exigência objectiva da sociedade portuguesa.

A sexta nota respeita ao **associativismo popular e às autarquias.**



Com o 25 de Abril, a Constituição definiu obrigações do Estado para com o movimento associativo. O Governo de direita não cumpre essas obrigações. Mas têm-nas cumprido no fundamental as autarquias onde a gestão é exercida por comunistas e outros democratas da CDU.

O apoio dos eleitos da CDU ao associativismo popular é expressão de uma orientação fundamental: a ligação dos órgãos autárquicos com as populações, a participação das populações na solução dos problemas.

Foi essa orientação que determinou que o PCP tenha apresentado na Assembleia da República um projecto de «Lei quadro de apoio ao associativismo» que não foi aprovado pelos votos contra do PSD e a abstenção do PS.

Tal como noutras esferas das suas competências, os órgãos autárquicos onde há maioria CDU têm-se destacado pela obra realizada de apoio ao associativismo popular, como bem ficou exemplificado na intervenção do camarada Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

A evolução de 1974 para a actualidade do número de associações no concelho é um testemunho do que tem significado a democracia conquistada com Abril e a gestão de comunistas e outros democratas nas autarquias. Corresponde a uma realidade, a um propósito e a uma elevada consciência social, afirmar-se, como se afirma que o movimento associativo tem um papel determinante no pulsar do concelho. **Que o diálogo, a participação e a descentralização continuarão a caracterizar a gestão da CDU. E que a CDU continuará a apoiar no plano financeiro as iniciativas que visem a melhoria da qualidade dos equipamentos culturais e desportivos ao serviço das populações.**

Uma última nota decorrente do que acaba de dizer-se respeita ao **associativismo popular e às próximas eleições autárquicas.**

O associativismo popular está objectivamente interessado em consolidar e reforçar as posições da CDU nos órgãos autárquicos, em eleger para as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e de Freguesia e Juntas de Freguesia, homens, mulheres e jovens da CDU, comunistas e outros democratas, empenhados, pela sua concepção dos valores sociais, do bem-estar do povo e da democracia, em apoiar activamente o movimento associativo.

(...)

CDU

PCP-PEV



Em tempo de crise social e política 250 mil manifestam-se em Roma

Um enorme manifestação de 250 000 pessoas percorreu, durante várias horas, as ruas da capital italiana no passado dia 25 de Setembro. Tratou-se de uma memorável jornada de luta contra a gravíssima situação social que se vive em Itália, onde o desemprego e as falências alastram a ritmos asfixiantes atingindo níveis de autêntico colapso do tecido social na mais pobre região Sul do país. Como era inevitável, a manifestação assumiu um cunho de forte oposição à política antipopular do actual governo, chefiado pelo antigo Governador do Banco de Itália, Carlo Azeglio Ciampi (a quem Gianni Agnelli, patrão da Fiat e de meia Itália, caracterizou numa entrevista ao Financial Times de 4.10.93 como um «comissário de gestão»).

A manifestação de Roma foi convocada por um vasto leque de forças sociais e políticas que, infelizmente, não incluíam as direcções das três principais centrais sindicais do país. Entre os organizadores contava-se o movimento dos «Conselhos de Fábrica» — estruturas representativas dos trabalhadores no locais de trabalho; a «Essere Sindicato», componente da Central Sindical CGIL que procura preservar a natureza de classe do movimento sindical; o Partido da Refundação Comunista, que surgiu na sequência da liquidação do velho PCI; o novo partido «La Rete» (a Rede) expressão do combate à Mafia; os Verdes e um sem-número de outras organizações.

Tendo decorrido sob um céu carregado, prenunciador das violentas tempestades que se abateram nesse fim-de-semana sobre o Norte do país, a manifestação representou um marco assinalável na actual situação italiana. A Itália vive hoje uma «gravíssima» crise institucional, social, política e económica», como afirma o Partido da Refundação Comunista. Esta crise não é um mero reflexo da crise que afecta a generalidade dos países capitalistas desenvolvidos. Vive-se também o estertor de um sistema político e económico baseado na corrupção e no compadrio clientelar. Esse sistema, criado sob a tutela norte-americana após a Segunda Guerra Mundial e tendo como

eixo a Democracia Cristã, garantiu aos seus beneficiários, ao longo das últimas décadas, não apenas enormes lucros, mas também um objectivo político comum: manter afastados do poder os comunistas italianos e o fortíssimo movimento operário e popular que emergiu da resistência ao fascismo. Mas os custos financeiros e políticos deste sistema já desde há muito que se vinham revelando incontroláveis.

Com a autoliquidação do antigo PCI (que culminou em 1989 com a transformação em Partido Democrático da Esquerda, PDS, provocando uma forte quebra organizativa e eleitoral) e com a derrocada do sistema socialista no Leste europeu, alguns viram chegado o momento de procurar canalizar a crescente revolta dos italianos perante o sistema corrupto e ineficiente que os governava, no sentido de introduzir profundas alterações de cariz antidemocrático no sistema político, limitando o peso e a influência que o movimento operário e popular alcançava graças a décadas de intensas — e muitas vezes dolorosas — lutas sociais e políticas. Não obstante todas as contradições e resistências, uma ideia reúne o consenso das forças do grande capital e dos sectores políticos — velhos e «novos» — que defendem os seus interesses: fazer pagar à classe operária e às camadas populares o preço do saneamento financeiro das enormes dívidas acumuladas pelo sistema, permitindo que os grandes beneficiários do regafofe saiam incólumes do necessário ajuste de contas económico.

A manifestação de Roma representa, neste contexto, a afirmação duma forte determinação de lutar contra esta ofensiva em larga escala, de não assistir de braços cruzados à retirada de direitos e regalias sociais de há muito consagradas. O facto de as direcções das centrais sindicais CGIL, CISK e UIL (assim como a direcção do PDS) se terem alheado desta grande iniciativa de massas vem realçar ainda mais o significado do seu êxito.

Com uma vida interna cada vez mais burocrática e menos democrática, as estruturas sindicais estão lançadas

na vida da colaboração com a política económica das classes dominantes (vejam-se os acordos de 31 de Julho de 1992 e de 3 de Julho de 1993). A troca da garantia, e até mesmo da imposição por via legal e administrativa do seu papel institucional, CGIL, CISK e UIL são cada vez mais meras correias de transmissão de políticos anti-populares. Tal atitude, porém, não impediu que fossem muitos milhares os sindicalizados e até dirigentes sindicais que aderiram à jornada de 25 de Setembro.

A colaboração entre as forças promotoras desta manifestação já não representa uma novidade. Desenhasse uma crescente conjugação de esforços entre o Partido da Refundação Comunista, a Rede, os Verdes, sectores do PDS, ex-militantes do PDS actualmente sem filiação partidária, forças sindicais de classe e outras organizações sociais para a intervenção na batalha social e política de grande intensidade que actualmente se vive naquele país.

O Partido da Refundação Comunista tem desempenhado um papel de primeiro plano na dinamização desta conjugação de esforços e do forte movimento social que desceu à rua em 25 de Setembro. Apesar de ser um partido recente, o PRC tem já uma insubstituível presença na vida social e política, com um forte enraizamento entre os trabalhadores italianos. Essa força ficou bem patente nas eleições locais parciais de 6 de Junho deste ano, em que nas duas maiores cidades onde se votou para a renovação dos órgãos autárquicos, o Partido de Refundação Comunista (com 14,4% dos votos em Turim e 11,8% em Milão) se tornou na segunda maior força eleitoral, ultrapassando quer o PDS quer a Democracia Cristã. O PRC — que realizará o seu Congresso no início do próximo ano — pugna hoje por «um esforço convergente das forças de esquerda, cada qual com a sua autonomia e a sua identidade», no sentido de «defender a democracia, garantir os direitos e as condições de vida das massas populares e abrir a via de uma efectiva renovação no País». Também em Itália, a luta continua!

25 settembre a piazza San Giovanni

Questa sì che è una "cosa"!



O Acordo de Gaza e Jericó

Um passo no caminho do Estado palestino

■ Domingos Lopes

Na ponderação deste Acordo é necessário, em nosso entendimento, ir ao fundo do conflito para que possamos ter luz acerca do que à superfície brilha. Quando Y. Arafat, Presidente do Comité Executivo da OLP, estende a mão a Isac Rabin, Presidente da Israel, o que se "meditiza" é o momento, é a visão estática da História, que pretende neste fim de século apagar todas as referências às lutas de libertação nacional e social dos povos e dos trabalhadores.

O que as cadeias televisivas e os grandes jornais "apanham" é o momento, isolando-o do processo que conduziu à Cimeira, isto é, cortando com a História, com as situações políticas que levaram à ocupação militar de territórios da Palestina por Israel e da luta do povo palestino e da OLP contra essa ocupação e pela afirmação dos seus direitos nacionais, reconhecidos por resoluções das Nações Unidas.

Num mundo sob tutela dos EUA, única superpotência militar, após derrotas históricas dos comunistas, os grandes "media" apregoam a eternidade da ideologia do capitalismo, isto é, o fim da História.

O caudal do humano rio já não galgaria, nesta versão, os diques do capitalismo.

Toda a História terminaria. Restaria o status quo; o acomodatismo, o situacionismo.

É assim evidente que a libertação de Mandela é redimensionada a acontecimento "mediático" na vã tentativa de impedir que os cidadãos e os povos aprendam o fundo da História. É um homem e um movimento (ANC) com a História que obrigam o apartheid a rom-

per as grades da cadeia para liderar o processo de libertação que ele do interior da cadeia participou activamente. O futuro nasce daquele passado.

Israel sempre negou a identidade nacional palestina. Quer o Likud, quer o Partido Trabalhista, coligados ou no governo sozinhos, levaram a cabo guerras de ocupação militar contra os palestinos, os sírios, os libaneses e os egípcios.

É bom lembrar a António Guterres e outros parecidos que são dirigentes socialistas os que ocuparam militarmente os territórios de outros países no Médio Oriente, cometendo crimes atrás de crimes. Os dirigentes do Partido Trabalhista de Israel sempre foram acolhidos como irmãos pela Internacional Socialista, mesmo quando no governo e as suas ordens se disparavam sobre um povo que apenas defendia os seus direitos nacionais, como disse Yasser Arafat na Pavilhão dos Desportos, um lugar na sua terra para enterrar os seus mortos.

Feito este preâmbulo neste fim de século a sofrer de amnésia, diga-se que o Acordo é desde logo, em nossa opinião, o resultado dessa luta gigantesca do povo palestino com a OLP à cabeça, a qual custou milhares e milhares de vidas palestinas, às mãos dos soldados de ocupação israelitas. Sem essa luta Israel negaria sempre os direitos nacionais do povo palestino.

Foi essa luta que se impôs e se agigantou, obrigando Israel a reconhecer o que negou durante mais de quatro décadas.

É também um Acordo marcado pela "nova ordem" mundial, sem a URSS aliada incondicional dos países árabes e da OLP.

Na Síria bem podemos ver o prestígio incontestável que gozava a URSS entre as massas populares.

Depois da guerra do Golfo, os EUA passaram a deter os cordéis com que pretendem cozer o Médio Oriente. Ao dizermos isto não pretendemos de modo nenhum afirmar que só os EUA é que determinam, negando o insubstituível e decisivo papel aos artífices da História, os povos.

O que afirmamos é que os EUA têm um papel acrescido e nesse sentido o Acordo tem essa marca. Não é, pois, o Acordo que a OLP queria. É o acordo que a OLP (se bem que a FDLP e FPLP e destacados dirigentes da própria Fatah o contestam) conseguiu arrancar de Israel.

E sobre o modo de chegar ao Acordo, organizações da OLP contestam o facto de ele se ter gerado à margem das próprias instituições palestinas. Na verdade só o Conselho Cen-

tral da OLP foi convocado para ratificar ou não o Acordo de Oslo.

Por via do Acordo, é tardiamente a OLP obtém a retirada dos israelitas de Gaza e Jericó, mas sobre os colonatos e os colonos a jurisdição é israelita, o que desde logo suscita as maiores inquietações.

Gaza é uma faixa de território com uma das maiores concentrações demográficas do mundo, com infra-estruturas miseráveis, em que as massas de palestinos vivem abaixo de limiar da pobreza. Como vai ser o futuro? Que pode a OLP dar? Diversos analistas fazem salientar o insustentável estado de degradação da economia uma faixa de Gaza para criar um cenário de grande confrontação entre os palestinos. Assim as organizações que se opuserem ao Acordo, em particular o Hamas, aproveitariam as reais dificuldades da OLP de Yasser Arafat face ao desemprego, à falta de habitação, às más condições de abastecimento de água para tentar ganhar as massas palestinas que maioritariamente apoiaram o Acordo. Diz-se a esta luz que Israel jogaria na luta entre palestinos.

É igualmente evidente que por via deste Acordo, Israel tenta penetrar economicamente e mais tarde politicamente em toda a região. Mais tarde ou mais cedo Acordos serão feitos com a Jordânia, o Líbano e eventualmente com a Síria. Os regimes árabes ficarão de mãos livres para negociar com Israel. Os EUA sempre o desejaram. Novos problemas se vão colocar aos países árabes. Um novo eixo político económico se pode estar a formar entre Telaviv e Istambul. A Síria neste quadro sente um maior isolamento e crescem as pressões para um crescente alinhamento com o Ocidente, o FMI e o Banco Mundial.

Ainda de novo quanto ao Acordo Henry Kissinger afirma que ninguém poderá impedir a criação do Estado palestino independente.... "Um estado palestino é inevitável, mais cedo ou mais tarde".... Isac Rabin continua a negar o reconhecimento desse Estado..."Oponho-me à criação de um Estado palestino... Isac Rabin ao Time de 26.9.93. Yasser Arafat nessa mesma revista entende o Acordo como.... "um passo em direcção ao Estado palestino....".

O Acordo é omissivo quanto a problemas cruciais do conflito, como sejam os **refugiados, os colonatos, Jerusalém.**

Ora é por esse facto que organizações da OLP (FDLP e FPLP) se opõem firmemente ao Acordo.

Na verdade os negociadores tiveram de deixar cair pontos que aquelas organizações consideraram inegociáveis.

Sem dúvida que o problema dos refugiados palestinos é crucial, **vão ou não vão poder regressar? Quando se decidirá? Quem decidirá?**

Jerusalém Oriental foi ocupada por Israel em 1967 e essa ocupação nunca foi reconhecida pela ONU. Israel fez de Jerusalém capital do País, ignorando que a parte Oriental palestina é muçulmana. **Qual vai ser o futuro estatuto de Jerusalém?**

E os colonatos? Podem ser desmantelados? Quando? Durante o período transitório quem vai ter jurisdição sobre os colonatos são os israelitas, o que pode conduzir a momentos de grande instabilidade e confronto, sobretudo em Gaza e Jericó. E cabe ainda perguntar, **vão continuar os israelitas com a política de colonatos nos outros territórios da Palestina?**

Nas negociações que se abrem agora entre a OLP e Israel o chefe da delegação da OLP é Farouk Kadoumi, o dirigente palestino tido como número dois e que se recusou ir a Washington assinar o Acordo. Pode ser um sinal do toque-a-reunir para que o pôr em prática do Acordo seja o mais benéfico possível para os palestinos.

Sem dúvida que o **êxito também dependerá do grau da unidade da OLP e do conjunto das forças palestinas.**

O Acordo vale como um passo, mas um passo positivo é um passo que leve o processo para a criação do objectivo supremo dos palestinos, o Estado palestino independente.

A contestação ao acordo por parte do Hamas, da FDLP, da FPLP e de sectores da Fatah está em curso. Fala-se na criação de outra estrutura. Mas o destino dos palestinos passa ainda pela capacidade da OLP enfrentar este novo desafio e **fazê-lo reverter irreversivelmente a favor dos interesses nacionais palestinos; inclusive fazendo regressar ao seu seio toda a família palestina como melhor garantia para a realização desse objectivo.**



Olha o passarinho!

«Olha o Soares!», «Olha a Aurora Cunha!», «Olha o Carvalhas!», «Olha o Roseta!», «Olha o Marques Mendes!», «Olha o Saramago!», «Olha o Manuel Lopes!», «Olha o João Amaral!», «Olha o Freitas!», «Olha o Sousa Cintra!», «Olha a Maria Barroso!», «Olha o Toni!», «Olha o Eurico de Melo!», «Olha o Guterres!», «Olha o Santana Lopes!», «Olha o Zandinha!»...

Deve ter sido assim - com o orgulho extremo e a incontida satisfação de se reverem naqueles rostos - que muitos portugueses se sentiram irmanados, como membros de parte inteira, no coro de elogios que a SIC foi transmitindo em espaçadas doses durante a recente emissão comemorativa do seu primeiro aniversário.

É provável que nem todas aquelas personalidades tenham de facto aparecido nos spots de congratulações que intermitentemente desfilarão, nos intervalos dos programas, ao longo daquela emissão. É mesmo certo (aqui entre nós) que, algumas delas, não passaram mesmo por lá, porventura por terem tido algo mais importante a fazer do que, artificialmente, vir ali apenas repetir uma mão-cheia de lugares-comuns - certamente justos e adequados na sua óbvia superficialidade, mas expressos em breves mensagens de saudação que, pelas características do evento, necessariamente não permitiriam a profundidade de um juízo crítico que não cabe, por definição, no aplauso generalizado e unívoco próprio dos dias festivos.

Diga-se, desde já, entretanto, que os hábeis estrategos do Canal 3 não pretendiam, rigorosamente, mais do que isto.

Ao fazer desfilar personalidades conhecidas, vindas de campos tão diversificados do espectro político-partidário ou da esfera das instituições; ou rostos conhecidos no domínio da cultura e do saber; ou figuras em destaque no desporto e na vida mundana - a SIC, de uma penada, tratou de encenar o que para si era, na circunstância, fundamental: por um lado, polvilhar a emissão com várias séries de depoimentos, transmitindo a ideia (real) de que um vasto e pluralista leque de opiniões ali estavam representadas; por outro lado, sustentar a (ilusória) credibilidade do projecto de televisão generalista que a estação agora pretende a todo o custo afirmar, reflectida que estaria na multiplicidade disciplinar a que personalidades tão diversas ali implicitamente davam cobertura; e, por fim, através dos mecanismos de identificação estabelecidos entre emissor e receptor - processo clássico, entre os clássicos, na comunicação de massas - suscitar no espectador a convicção de que, se tais notáveis pensavam tais coisas, então ele, pobre espectador, teria forçosamente de estar de acordo com elas.

Trata-se, afinal, do efeito de reconhecimento, dispositivo idêntico ao que a publicidade utiliza com inegável eficácia para promover os mais variados produtos - como é inevitável acontecer, por exemplo, quando as donas de casa se identificam com as suas «iguais» dos spots publicitários, não podendo deixar de reconhecer, em tal ou tal margarina, pelo menos, uma de várias coisas: «sim, faz umas torradas maravilhosas!», «... não há dúvida: tem um sabor leve!», «... espalha-se bem no pão!», «... é cremosa!», «... adoro!».

A golpada do «mau ganhador»...

Não compete, entretanto, à crítica televisiva estar forçosamente em sintonia com a brandura do discurso de circunstância que a chamada sociedade civil entende produzir por estas alturas festivas. E, se é um facto indelmentável que o advento da televisão privada revolucionou em grandíssima medida o monolítico panorama da comunicação social em Portugal (sobretudo no que à informação televisiva se refere), não é menos verdade que - tal como o «Avante!» foi dos primeiros órgãos de informação a alertar - esse panorama está longe de ter sido enriquecido com opções e escolhas verdadeiramente alternativas.

Naturalmente que os operadores privados de televisão não encontrarão, aqui, o tipo de reacção desonesta como aquela pela qual, fingindo hipocritamente professar as melhores intenções (lógicas, aliás, em companheiros do mesmo ofício), a RTP, no final do Telejornal de 6 de Outubro e à revelia do que o 24 horas fizera na véspera, envenenadamente entendeu dar «parabéns» e desejar «felicidades» ao concorrente que acabava de cumprir um ano de vida - aproveitando, do mesmo passo, a oportunidade para, de forma ignóbil, sublinhar o primeiro lugar do Canal 1 na estafada «guerra de audiências!» Mas não se espere também de nós que pactuemos com cüm-



plices promoções mediáticas tendentes a embranquecer ou alienar a responsabilidade que, em maior ou menor grau, todas as estações de televisão neste momento têm quanto à crescente e generalizada degradação da programação televisiva no nosso país. Abandonemos, então (com um aceno de justificado respeito pela capacidade do trabalho profissional) os conjunturais festejos da SIC e analisemos, de preferência, a realidade dos vários projectos de televisão em presença - uma análise a que iremos regressar, em próximas oportunidades, no nosso jornal.

Vícios públicos...

Cabem, com particular gravidade, à RTP as responsabilidades maiores quanto à referida degradação de qualidade da televisão portuguesa.

Em primeiro lugar - já aqui o dissemos - porque foi ela a primeira a marcar o terreno em que o jogo da concorrência deveria vir a processar-se, numa jogada



damente através da invasão de mais telenovelas ou do verdadeiro engarrafamento da antena com emissões desportivas - que, aos sábados e domingos, chegam a ocupar oito e mais horas consecutivas diárias (!) - e relegando para horários clandestinos e impossíveis produtos notáveis e acontecimentos televisivos de verdadeira excepção, no campo da cultura ou do divertimento inteligente, que sistematicamente despreza em favor de uma inadmissível duplicação da «filosofia de programação» do Canal 1.

... virtudes privadas...

O aparato com que surgiu há um ano o projecto da SIC teve a sua expressão mais interessante e determinante na autêntica revolução que soube imprimir à, até aí, provinciana e rotineira concepção de televisão - numa linha que, de certo modo, é a tradução do que, ao nível da rádio, alguns dos seus responsáveis e quadros principais haviam ensaiado, com nem sempre justificado sucesso, na TSF.

Sobrevalorizando - para o melhor e para o pior - o lado espectacular da televisão, a estação de Carnaxide soube, com trabalho, profissionalismo e imaginação, cativar e atrair o espectador através de uma linguagem televisiva sem dúvida diferente daquela a que estávamos habituados. Mais importante, ainda, ao excelente grafismo visual e ao penetrante revestimento sonoro com que desde o início soube envolver os produtos que apresentou e as emissões que articulou, a SIC foi uma inteligente rampa de lançamento para a valorização e revelação de profissionais que - sobretudo no âmbito da escrita da reportagem televisiva, da valorização das potencialidades do estúdio e dos exteriores, do domínio da câmara, do som e da montagem, e do ritmo de encadeamento e ligação dos

de antecipação que colocou o «serviço público de televisão» ao nível das estações europeias mais comerciais. Neste contexto, a profusão de concursos idiotas e não-criativos, a proliferação de talk-shows bacocamente mundanos, a acumulação de telenovelas cada vez mais rotineiras e iguais entre si, o desonesto chamariz da distribuição a granel de prémios pecuniários e automóveis, os escandalosos atropelos ao «código de publicidade», a crescente presença da violência e do sensacionalismo na ficção e na informação, o próprio critério de quase exclusivo «espectáculo» que passou em grande medida a presidir à programação de filmes e o total desrespeito pelo espectador quanto ao cumprimento dos horários - são, entre outras, tendências já anteriormente detectadas e que com rapidez fizeram escola, conduzindo progressivamente ao nivelamento por baixo da oferta televisiva.

Em segundo lugar - e numa linha de orientação em que os piores exemplos vão buscar-se à própria actuação do Governo, na esfera social, económica e cultural - a RTP não

vários eventos televisivos - os seus responsáveis souberam encontrar no mercado e moldar aos objectivos da criação de um produto que se destinava, em primeira análise, a ser competentemente *embrulhado* para suscitar a adesão dos destinatários.

É assim que, sem margem para dúvidas, o essencial da programação da SIC se destina, pelo *charme, sedução e irreverência* com que, à superfície, o produto é *embalado*, à classe *média-alta e alta* da sociedade - ou seja, aos estratos da *burguesia* dominante que até são capazes de encarar, com distraída descontração, a irrupção nos *écrans* dos protestos populares ou das convulsões sociais, ou sorrir sobranceiramente perante as *ferroadas* com que, aqui e ali, a estação se permite contemplar a classe *política* que alternadamente os tem representado no po-



lhos: «pobres sempre os houve e sempre há-de havê-los»...

Pode assim dizer-se que a recusa do sensacionalismo, da agressão jornalística e da violência, que a *Quatro* procura instituir como «imagem de marca», radica, por um lado, em louváveis e sensatas preocupações deontológicas que suscitam consenso e aplauso, mas não escondem, por outro

lado, o profundo e indisfarçável conservadorismo de um projecto marcado pelas insanáveis contradições do seu «pecado original».

Pecados - este e outros - que continuam a cometer os nossos canais de televisão, no confronto público entre a televisão de Belém ou do Largo do Rato e a televisão de S. Bento ou da R. Buenos Aires, sob a benção redentora da televisão da Av. de Berna e do Campo Santana...

Do mal o menos...

O arranque das novas «grelhas de programação» suscita sempre, da parte da crítica, especial atenção em relação às apostas (geralmente altas) com que essas estações jogam no mercado. Escolhidos ao acaso, de entre os programas que tiveram o seu arranque neste início de Outono, eis algumas curtas observações sobre propostas muito diferenciadas que, por uma ou outra razão, ultrapassaram ou ficaram aquém das esperanças criadas.



As experiências anteriores do realizador açoriano José Medeiros («*Xailes Negros*», «*Balada do Atlântico*» e «*O Barco e o Sonho*»), que se contam entre as melhores produções que a RTP nos deu nos últimos anos em matéria de ficção portuguesa para a televisão, justificaram amplamente a expectativa com que se aguardava - depois de um ano de inadmissível espera - a estreia na TV2, da sua adaptação da obra-prima de Vitorino Nemésio «*Mau Tempo no Canal*».

O visionamento dos primeiros episódios desta minissérie, que constitui um exemplo e um esforço de produção fora do vulgar para as habituais condições portuguesas, veio confirmar as qualidades, mas também as contradições, que, regra geral, o realizador evidencia nos trabalhos que realiza.

Produzida para o suporte do «vídeo», mas rodada segundo princípios aparentados aos da «realização cinematográfica» (com a utilização na maior parte das tomadas de vista de uma única câmara, a que uma segunda câmara vem conjuntamente dar apoio, em particular nas cenas de diálogo campo-contra-campo) esta série não pode ser confundida, assim, com o tradicional «teatro televisado» em estúdio, com três ou quatro câmaras e com gravação de seqüências em contínuo comandadas a partir de uma *régie*; e também tem rigorosamente pouco a ver com as estandardizadas condições de produção «cinematográfica» - sobretudo as que normalmente vigoram para a modalidade do chamado *telefilme*. Daqui resultam, necessariamente (embora em maior grau do que se verificava em obras anteriores do realizador) algumas incongruências estéticas e de estilo, nem sempre bem resolvidas.

Independentemente do «tempo insular», que transmite ao desenvolvimento da história uma lentidão de escrita televisiva que dificilmente se compadece com os maus há-

bitos do espectador continental, em «*Mau Tempo no Canal*» continua a verificar-se o extremo cuidado com que José de Medeiros procura dirigir os actores - embora o sucesso não seja completo no que aos amadores se refere. Também ao nível da construção e composição dos planos (isoladamente considerados), das componentes da iluminação e da «fotografia» e, mesmo, da *mise-en-scène* e *montagem* que os liga num todo que se desejaria sempre escorreito, é notória a invulgar qualidade estética a que o realizador nos habituou. O mesmo se poderia dizer de alguns aspectos relacionados com a reconstituição de época, quer pela adequação dos cenários, quer pelo rigoroso pormenor dos móveis e restantes adereços.

Mas, para que todas estas qualidades resultassem num todo coerente, seria de esperar que José de Medeiros não se contentasse, sobretudo, em insistir ou se rever, longa e narcisisticamente, no «bonitinho» e no «óbvio» e tivesse a coragem que é própria dos grandes autores de televisão ou de cinema - a de saber cortar o *supérfluo* para atingir o essencial, despidido de artificialismos e pleonasmos sempre prejudiciais.

Com todas as limitações aqui brevemente enunciadas, «*Mau Tempo no Canal*» é, entretanto, inegavelmente, um dos poucos momentos televisivos em que a cultura portuguesa está hoje presente nas nossas televisões - o que não é um pormenor de pequena importância e deve aqui ser realçado.



Já toda a gente percebeu que uma das grandes apostas iniciais do projecto da SIC - o desporto - acabou por redundar num rotundo fracasso, que as sucessivas reformulações da «grelha» não conseguiram sequer disfarçar. Pretendendo, com suicida arrogância, atacar no mesmo terreno o «colosso» RTP, aquela estação não compreendeu a futilidade do ridículo esforço (e o desperdício

dos consideráveis meios) que - e esvaiu-se rapidamente como alternativa credível na matéria.

A *Quatro*, pelo contrário, enveredando paulatinamente por uma estratégia mais inteligente, aproveitou da melhor maneira um número mínimo de quadros profissionais, escolheu (designadamente no campo das transmissões futebolísticas do estrangeiro) acontecimentos desportivos de considerável impacto e, mesmo ao nível da produção própria, soube criar alguns espaços de discussão, análise e debate que, em certos aspectos, são incomparavelmente melhor resolvidos do que a oferta semelhante por parte da todopoderosa TV2.

Podem os seus jornalistas desportivos não ter a *telegenia* que se esperaria (como acontece com esse excelente jornalista desportivo que dá pelo nome de Octávio Ribeiro), pode a timidez da sua actuação frente às câmaras parecer arriscar-se a deitar tudo por terra - mas a inteligência, imaginação e oportunidade com que, servindo-se das poucas imagens e seqüências que a *Quatro* vai humildemente buscar à fomedora da 5 de Outubro, eles conseguem construir muito melhores momentos televisivos neste domínio do que os cinzentos e palavrosos comentadores da televisão estatal, fazem supor que, a não dar-se uma «chicotada psicológica» na SIC, a *Quatro* ganhou, decisivamente, esta batalha.

E esta, heim?



As breves notas que se seguem constituem um risco assumido pelo crítico, precisamente num terreno polémico, perigoso e movediço que o Canal 1 e a SIC há tempos começaram a explorar com notória irresponsabilidade - os produtos televisivos englobados no domínio do *reality show* já aqui analisados a propósito da série norte-americana «*Crimes*» que a SIC transmitiu durante alguns meses.

Exemplo acabado da exploração do sensacionalismo e da violência - pedra de toque das televisões europeias e americanas, que está a justificar um oportuno debate nestes dias levado a cabo em Lisboa pela

Alta Autoridade para a Comunicação Social - surgem agora nas novas «grelhas» das televisões portuguesas imitações macaqueadas e ainda mais grosseiras dos modelos sinistramente «exemplares» que nos vêm lá de fora. E é ver a RTP a ir buscar a Nova Iorque o seu inefável ex-correspondente Luís Pires, numa transposição da vivência de Bronx para a marginalidade lusitana do Casal Ventoso.

É, assim, de recear o pior. Mas a SIC, não tão surpreendentemente como seria de supor, entregou à responsabilidade do jornalista Carlos Narciso a orientação do seu inefável espaço dedicado a «crimes» e «desaparecidos». Se o formato utilizado para o primeiro programa da nova série vier a ser confirmado, apetece dizer que a aposta deste jornalista - de longe, um dos nossos melhores repórteres televisivos - é susceptível de configurar uma emissão com assinalável interesse, desde já porque pareceu presidir à sua elaboração o necessário cuidado para esbater ou enquadrar, perante a potencial reacção violenta do espectador ou o justificado desespero dos depoimentos populares - que são o *cliché* habitual do género - os protestos epidémicos do género «fazer justiça pelas próprias mãos» ou as manifestações de crítica indiferenciada e alienada às instituições de segurança ou da justiça, susceptíveis de contribuir para o seu total descrédito.

Para que este enquadramento positivo venha a manter-se como um fio condutor essencial do programa, é fora de dúvida importante que a crueza das reportagens ou o escândalo das injustiças, alegadas ou reais, seja contrabalçado pelo debate sério e responsável que pareceu ser a preocupação primeira dos convidados (episódicos? regulares?) que o jornalista convidou para o estúdio - única hipótese de salvar este tipo de emissões que, de qualquer maneira, pelos sérios perigos que levantam, nunca seriam absolutamente indispensáveis em estações de televisão que deveriam primar por outro tipo de preocupações.

Carregados de dúvidas e receios, a única esperança que a crítica e o espectador podem alimentar é a de que o projecto agora ensaiado não venha a sofrer qualquer inversão no pior sentido. O que resta confirmar.

der, enquanto gestores do sistema. Isto no pressuposto evidente de que esta estratégia, beliscando embora conjuntamente a incapacidade e incompetência de políticos e governantes «da situação», em quebra de credibilidade junto da opinião pública, e chamando para o primeiro plano personalidades, instituições e órgãos de soberania, que o Canal 1 claramente reduz ao silêncio, não toque nem ao de leve nas bases de sustentação desse mesmo sistema - os grandes grupos económicos, terreno em que os responsáveis primeiros da SIC sempre se sentiram à vontade, encarando-se até, com desportivismo militante, a alternância bipolarizadora da «oposição» bem comportada...

O que acabámos de aqui constatar é obviamente contemplado - e aplica-se com especial relevância - à tão decantada estratégia de informação da SIC, a que voltaremos, em mais detalhe, em próximas oportunidades. E só não está em flagrante contradição com o que poderia dizer-se da sua restante programação - por vezes ainda mais primária, indigente e boçal do que a da concorrência da 5 de Outubro - porque esse é precisamente o risco que a estação tem necessariamente de correr face ao seu público preferencial, para angariar junto da restante «maioria silenciosa», cada vez mais condicionada e manipulada pela oferta, o apoio na guerra de audiências.

Numa palavra, a verdadeira imagem do projecto em que acreditam os responsáveis da SIC e as bases de suporte que, em última análise, lhe dão alento ou nele acriticamente se reconhecem, estavam bem presentes na ostentação e auto-suficiência da Festa de Gala que a estação promoveu e que a ausência de um razoável e sensato pudor não impediu de encenar perante as suas câmaras e, ainda por cima, transmitir!

... e outros «splendores»

Com uma «filosofia de programação» totalmente diferente, e uma confrangedora ausência de rasgo que a consciência das limitações técnicas e humanas iniciais terá justificado, a *Quatro* começou timidamente a sua caminhada na tentativa de gerir, com os menores danos possíveis, este presente que lhe caiu do Céu - mais um canal de televisão! Nitidamente inferiorizada pelo *timing* do seu lançamento, pela pobreza da sua criatividade audiovisual e pela inevitável e insanável contradição de alguns pressupostos do projecto - a chamada *Televisão Independente*, tendo liminarmente recusado ser mais um veículo da *televisão-espectáculo*, não compreendeu de início que, bem vistas as coisas, a televisão não pode deixar de ser também *espectáculo* - o que nitidamente diminuiu o seu impacto junto dos espectadores.

Entretanto, com o caminhar dos tempos, foi a própria e desenfreada concorrência entre os dois restantes parceiros de mercado que se encarregou de ajudar a *Quatro* a encontrar um terreno de actuação que começa a configurar-se, em certos aspectos da sua programação, como uma possível alternativa para alguns sectores da população. Na *informação* - reflectida também aqui alguma da «abertura» com que a televisão privada contrariou o monolitismo pró-governamental da RTP - o espectador descobre que o desemprego, os salários em atraso, a desigual distribuição de riqueza regressam em força e constituem o desmentido mais cabal à «democracia de sucesso» de que os governantes-laranja até aqui se vangloriavam - e distrai-se, assim, da «excomunhão» que, a exemplo do Canal 1 e da SIC, também aqui é praticada em relação às forças políticas que, ainda por cima, são mais consequentes no seu combate. Mas esta «abordagem do país profundo», que a *Quatro* com maior ou menor rigor e honestidade vai ensaiando, esbate-se rapidamente quando «explicada» à luz do «quadro ideológico» que é a marca da estação - como aconteceu, por exemplo, no último programa «*País Real*», em que, a uma notável reportagem sobre as chagas sociais que afligem a margem sul, se sucedeu em estúdio um debate com a presença... da Governadora Civil de Setúbal e do Presidente das Instituições de Solidariedade Social, do qual se extraiu esta ideia verdadeiramente essencial, citada por este último dos Evange-

Um
livro
por
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

Cavaco a Cavaco a democracia vai para o sacco

1. Nisto de governos e governantes, a experiência muito comum dos povos — como é natural, ou seja, como é social — não é muito escorreita. Pior: é tragicamente infeliz.

Ao longo dos dois últimos séculos, de predominância capitalista e imperialista, são muitos, são inúmeros os chefes e dirigentes políticos — nomeadamente quando alheios aos interesses e à vontade popular, ou melhor dizendo, quando a eles frontalmente opostos — que acabam por unir o seu poder pessoal ao domínio dos povos; à exploração, à acção musculada e até à repressão armada, quando não à própria guerra dos grupos sociais dominantes contra os sectores mais desprotegidos.

Essa é também, com todos os limites portugueses, uma tradição perigosa da nossa história recente: neste período, a generalidade dos homens públicos portugueses, trans-

to a consciência popular e a liberdade não triunfaram.

Depois, como estamos habituados a habituar-nos, os senhores ocupantes do poder tudo fazem para que associemos o requeitado vício da cautelosa obediência às instituições oficiais à prostração directa perante a autoridade em figura de gente.

E o poder pessoal pessoaliza-se mais e mais, e exhibe-se e vira figurino; reconhece-se num certo modelo de automóvel, corte de fato, cor e dimensão e sobretudo; nos ombros que passam a ser exagerados ou sumidos; na cara comprida e bolachuda; num jeito de falar ou de mal pronunciar as palavras, que renasce e se multiplica obsessivamente idêntico, na boca de sicários e tecnocratas, entregues à cópia do erro da feia fala de quem comanda.

facto, muitas vezes são preenchidos por uma única pessoa... Aliás, já depois do 25 de Abril, houve quem acompanhasse com curiosidade, na Assembleia da República, a atenção — diria a tensão nervosa — com que alguns ministros de formação universitária silabavam a leitura, pelo Primeiro-Ministro da ocasião, de textos por eles discretamente elaborados... Era uma glória de adolescentes ministeriais. Só lhes faltava (?) ter o original na mão, para melhor saborear o transe por que passavam...

De qualquer forma, admita-se, os utilizadores de escritores políticos fantasmas encomendaram-nos com recomendações expressas, folhearam antecipadamente os textos e acrescentaram-lhes, depois, eventualmente, alguns gatafunhos. E mesmo quando o não fizessem, assumiram, lendo-o

durante a vigência do XII Governo Constitucional», (3.X.91/9.XII.92), 318 páginas, II.1993.

Como é evidente, a leitura — ou releitura, para este fim — de cada um destes livros, arrisca-se a ser trabalhosa e demorada. Poderá por isto acontecer que a série destes quatro números não consiga ser rigorosamente quinzenal. Mas vale a pena contribuir, sob esta forma, para a discussão de quem é, e para que se é Governo.

À falta de diálogo por parte dos órgãos de poder, mal servidos pela vontade de o concretizar, esta é ainda uma forma de monólogo que serve a generalização do debate; avançar na análise de um rei ou de um presidente da República, de um presidente do conselho de ministros ou de um primeiro-

ministro é, afinal, acima de tudo, determinar, no passado como no presente, o que os diferentes e opostos grupos sociais e políticos, portugueses e estrangeiros, ganharam ou perderam com as intervenções soberanas de cada um deles.

O espelho vivo da política é, desde que ela existe, assinalado pela oposição entre governantes, simples reflexo das contradições e lutas entre grupos sociais dominantes e classes e camadas explo-

radas e oprimidas.

Entre estes últimos sectores sociais, os que melhor encarnam, dentro das fronteiras portuguesas, nos seus limites, grandezas e carências, a contradição fundamental da nossa época, que os opõe ao capitalismo e ao imperialismo; os que, desse modo, mais carecidos e prometedores se revelam da transformação revolucionária por um Portugal livre, são, afinal, também, os que na vida presente já anunciam, na produção, nos embates da sociedade contraditória presente, as relações sociais de entreaajuda e cooperação do futuro socialismo e comunismo; a classe operária e com ela grande parte do campesinato, agricultores e rendeiros, dos pescadores e da intelectualidade, mas também diversas e até conjuntamente contraditórias camadas trabalhadoras, e muitos pequenos e até médios proprietários e empresários.

Apreciar a repercussão na cena internacional, mas sobretudo na vida portuguesa — monopolista e capitalista, popular e trabalhadora, piscatória, agricultura e operária — da intervenção estadual e governamental é, neste regime de poder pessoal, aprender a conhecer o essencial do pensamento e acção do Primeiro-Ministro.

É o seu mais claro retrato. Vale a pena contribuir para ele.



portados pela ambição do poder e pela cobiça de grupos ou sectores sociais dominantes, instalam-se e eternizam-se no Terreiro do Paço, na Calçada da Estrela, em Belém ou na Gomes Teixeira; organizam-se e quartelam-se; municiam as forças que os apoiam; fazem, acrescentam e desfazem orçamentos, sofrem e utilizam escândalos, agitam *dossiers* e arregimentam proventos, finanças e sacos azuis; compram e intimidam aliados e vassallos; viajam e corrompem a esmo; preservam, enquanto podem, ministros e chefias cujos delitos conhecem — é a velha arte salazarista de os ter na mão — sujeitando-os a uma submissão acrescida; resmungam autocracias e trauteiam liberalices várias; marram contra o Estado-providência, mas cultivam-se como homens providenciais; apropriam-se dos meios de comunicação e condenam, tanto quanto podem, os adversários políticos ao isolamento social; manuseiam e agravam as históricas carências da opinião pública portuguesa... E vão ficando... E lá estarão, envolvidos em autojustificativos slogans e bandeiras anticomunistas, enquan-

2. O primeiro dever e a primeira necessidade dos governados é conhecer os governantes e o sentido da sua acção social e política, agindo para que sejam bem escolhidos e lutando por fazê-los substituir, quando tal se revelar necessário e possível.

Há muitas maneiras de conhecer um governante, as suas características, capacidades, defeitos, comportamentos que possam influir, positiva ou negativamente, na direcção do Estado e na vida social.

Entre todas elas, a obra escrita, sobretudo quando histórica, política, ideológica, merece sempre um destaque especial.

É verdade que noutros Estados, como entre nós, muitas das intervenções, cartas, artigos dos governantes que compõem, em geral, a quase totalidade das suas obras conhecidas, recentes, não são, como é notório, da autoria exclusiva ou predominante dos próprios, apesar de eles as assinarem... De há muito que, aliás, se aceita, bem ou mal, em muito lado que, dado o volume das responsabilidades que pesam sobre alguns homens públicos, a redacção de inúmeros textos por eles subscritos compita a grupos de trabalho. Grupos que, de

em público ou assinando-o, claramente a sua responsabilidade: se não é filho próprio, é adoptado. A prosa está perfilhada e essa é a sua glória.

Mater semper certa est.

3. Tudo isto serve de introdução aos próximos números de «Um livro por quinzena», em que me proponho citar e comentar, sucessivamente, obras de Aníbal A. Cavaco Silva, presidente do PSD, que hoje ocupa o cargo de Primeiro-Ministro no Estado português.

São eles — todos editados pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda:

— «Cumprir a Esperança», «Discursos proferidos durante a vigência do X Governo Constitucional» (resultante das eleições legislativas de 19.VII.1987), 470 páginas, XII. 1989.

— «Construir a Modernidade», «Discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional» (6.XI.85/3.IV.87), 396 páginas, XII.1987.

— «Ganhar o Futuro», «Discursos proferidos durante a vigência do XI Governo Constitucional» (9.X.89/4.III.91), 342 páginas, VI.1991.

— «Afirmar Portugal no Mundo», «Discursos proferidos

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

As propinas

Diz o Loureiro que a Educação é prioritária.

(A eterna canção de adormecer...)

Ele queria dizer que a Educação que tem na mão é educação proprietária.

Ora bem, ora bem. Ao fim e ao cabo um engano, que diabo, qualquer tem...

20 F-16

Governo vai comprar mais vinte aviões. Vai mandar ao ar quatrocentos milhões...

Quatrocentos? Puxa! O povo estrebucha? Tudo a rebentar? Calma. Há soluções: pois olhem para o ar comam os aviões...

Ajudas... de custo

Vem a tal sondagem (das habituais nesta panelinha...) lá vai de viagem vai até Cascais dar uma ajudinha...

Vem a tal sondagem (a que sempre cai nesta panelinha...) lá vai de viagem até Sintra, vai dar uma mãozinha...

Ai quanto se estuda na arte da sondagem p'ra dar uma ajuda p'ra levar a estrela dentro da carruagem...

O ideal de Macedo

É a grande teoria do Macedo arrancada do velho bestiário a tática, afinal, de algum corsário utilizada agora em novo enredo.

Tá a coisa má e há que travá-la cedo? Pois o melhor remédio monetário é cortar na magreza do salário e, rangendo a dentuça, meter medo.

Era bom que o salário não crescesse. Era melhor até que ele descesse muito, muito para aquém da meia taça.

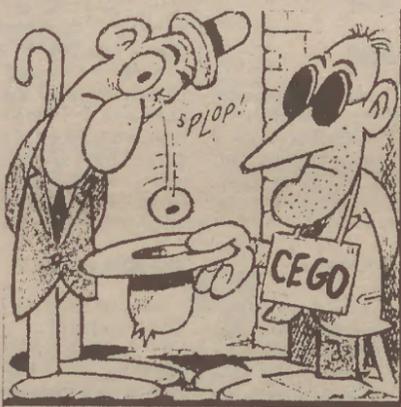
Na lógica infernal deste sujeito era o ideal, ai era, era perfeito que todos trabalhassem — mas de graça...

■ IGNOTUS SUM



O erro crasso de Balsemão

Dizem as más-línguas da comunicação social que a empertigada festa do primeiro aniversário da SIC foi organizada para lançar o patrão, Francisco Balsemão, na candidatura a Belém. Se assim foi, o antigo primeiro-ministro cometeu um erro crasso que foi o de ter discursado. Enquanto se movimentou mais ou menos silencioso nos cumprimentos e sorrisos aos convidados, recebendo Soares, dando o braço a Amália, beijando a mão das senhoras lá se foi safando com o seu traquejo de homem de sociedade. O pior foi quando se aprontou para usar da palavra. De repente, trouxe à memória o canastrão dos últimos governos da AD,



rebuscado, sem convicção, sem autenticidade e com aquela inexplicável falta de ar.

Falou pouco mas parece que nunca mais se calava. Dizia-se com toda a razão: pela boca morre o Balsemão! Decididamente, Francisco Balsemão só tem uma solução para a carreira política: tornar-se mudo como o Pacheco do Eça.

A crise e os barões

Mansinho como um cordeiro foi a impressão que Dias Loureiro se esforçou por dar na entrevista com a Maria Elisa. Amigo do seu primeiro-ministro, nenhum outro como ele. Fez críticas ao Conselho Nacional? Não é bem assim, o que fez foi mobilização para novas reformas, para que o Governo seja ainda melhor, o PSD ainda melhor e ainda melhor o apoio do PSD ao Governo. Simpatia por Soares? Absurdo, ele até combate as "bolsas de socialismo" que subsistem nos sub sistemas da saúde e do ensino.

Só foi menos "bonzinho" quando falou das suas discordâncias com Fernando Nogueira. Mas lá foi dizendo também que as "novas reformas" são difíceis e que "é preciso alma". Não é que falte alma a Cavaco Silva, corrigiu, mas no partido... Com estas e outras, a verdade é

que os barões do PSD que até há pouco não abriam bico começaram a levantar cabelo.

A crise que Cavaco Silva teima em não querer ver produz destes fenómenos. Pois que conserve a miopia!

Mauroy e a rá

Pierre Mauroy, ex-primeiro-ministro da França e ex-

secretário-geral dos socialistas franceses, é aquele senhor que ninguém reconheceu à chegada a Lisboa e não eram poucos os jornalistas e outras pessoas que se aglomeravam no aeroporto à espera de Mandela.

Dias passados, o mesmo senhor Mauroy, falando como Presidente da Internacional Socialista, encheu o peito e proclamou: "Nós somos a esquerda toda!"

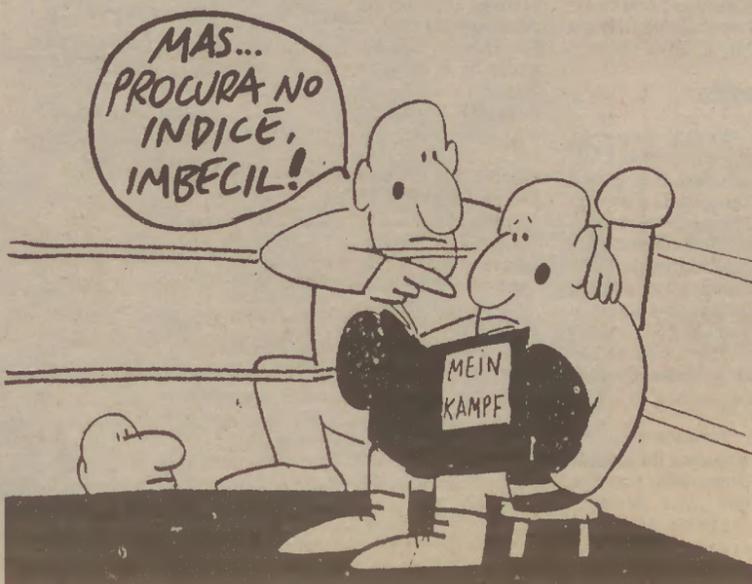
Um jornalista presente observou baixinho: parece a rá que queria ser grande como um boi.

Outro acrescentou: depois estoirou, como os socialistas franceses nas últimas legislativas!



Um homem agradecido

Poucas vezes se terá visto a imagem de um homem tão agradecido como aquela que foi dada pelo novo director do Teatro Nacional de D. Maria II, Carlos Avilez, na sua "conversa curta" com Carneiro Jacinto. A "conversa" confirmou que o lugar estava há muito na mira do encenador de Cascais, confirmou que os abaixo-assinados de apoio a Santana Lopes que aquele promoveu "empurraram" a nomeação, confirmou que o novel director está rendido à "bondade" do Secretário de Estado: "Gostamos de quem nos trata bem." Muito comovedor foi aquele momento em que Carlos Avilez lançado numa tirada apologética se autodominou a custo, dizendo: "Não venho para aqui fazer publicidade do Secretário de Estado, que não precisa." Não pondo em causa o homem de teatro, assusta ouvi-lo afirmar: "Acredito na política cultural de Santana Lopes." Que mais estará reservado à Casa de Garrett?



frases da Semana

"Nem tudo vai bem no PSD."

(Oliveira Martins ao «DN», em 7 de Outubro)

"Estou no Governo a corpo inteiro, a fazer o melhor que posso e assim estarei enquanto lá estiver."

(Dias Loureiro à TSF, in «DN», 9 de Outubro)

"Não deve existir uma única semana que eu não fale, ou pessoalmente ou por telefone, com os meus ministros."

(Cavaco Silva in «DN», 9 de Outubro)

"Em caso de insucesso (nas autárquicas), a responsabilidade será sempre colectiva, e começa pelo presidente do partido."

(António Capucho ao «DN», em 9 de Outubro)

"A bola está na grande área e agora é só marcar golos."

(António Guterres ao «DN», em 10 de Outubro)

"O Governo é um gangster."

(idem)

"Vice-rei do Norte discorda da responsabilização do Governo quanto aos resultados das autárquicas."

(Título do «DN», em 11 de Outubro)

"Eurico de Melo contesta Capucho."

(idem)

"PSD teme perder um milhão de votos."

(idem)

"Cavaco elogia Arlindo Cunha."

(Título do «DN», em 12 de Outubro)

"Macário já pensa em reeleição."

(idem)

"PSD: caiu a tenda."

(Título do «Expresso», de 9 de Outubro)

ALMADA

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia de Almada: amanhã, sexta-feira, às 21.00, no Teatro da Academia Almadense.

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia de Charneca da Caparica: sábado, às 16.00, no Clube Recreativo Charnequense.

ARRUDA DOS VINHOS

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho: sábado, às 16.00, no Bar Arruda.

CASCAIS

Encontros com a população de Galiza, Bairro da Liberdade e Monte Leite, freguesia do Estoril, com a participação dos candidatos Carlos Sota, Dias da Silva e José Manuel. Sábado a partir das 16.00.

Contactos de Carlos Sota e outros candidatos com a população de S. Domingos de Rana, no Mercado de S. Domingos: domingo a partir das 10.00.

COIMBRA

Visita do camarada Carlos Carvalhas ao distrito (concelhos de Coimbra, Montemor e Figueira da Foz), no sábado (ver destaque nesta página).

FARO

Debate público sobre "A Qualidade da Água em Faro", promovido pela CDU, com a participação do geólogo Fernando Peixinho: sexta-feira, às 21.30, no salão da Coobital.

LISBOA

Reunião do sector Vários da Organização do Comércio da ORL: quinta-feira às 20.00 no CT da Av. Duque de Loulé.

Reunião da célula do Banco Pnto e Sotto Mayor: quinta-feira, às 17.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião de candidatos da freguesia de Olivais na Coligação "Com Lisboa": quinta-feira às 21.30, no Centro de Trabalho dos Olivais.

Plenário de militantes do PCP residentes na freguesia dos Olivais: sábado,

Carlos Carvalhas

no distrito de
Coimbra

Sábado, dia 16
Coimbra

Arruada na Baixa de Coimbra, às 10 h.
Encontro com a população de Eiras, na Associação S. Paulo de Frades, às 18.30 h.
Jantar CDU, na Esc. Sec. Quinta das Flores, às 19.45 h.

Pereira do Campo

Encontro com a população, no Largo do Terreirinho (junto à ponte), às 12 h.

Santo Varão

Encontro com a população
no Largo da Igreja, às 12.45 h.

Formoselha

Almoço CDU
no Centro de Recreio Popular, às 13 h.

Montemor-o-Velho

Encontro com a população no Casal Novo do Rio (junto ao Marinheiro), às 15.30 h.
Inauguração da Sede da Campanha da CDU, na Praça da República, às 17 h.

às 16.00, no Centro de Trabalho dos Olivais.

Reunião de membros do PCP sócios da Casa do Alentejo: sexta-feira, às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Jantar-convívio na Casa do Alentejo de candidatos do PCP na Coligação "Com Lisboa", com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas: sexta-feira às 20.00.

Grande Noite "Fado pela CDU", promovida pelo "Fado de Abril": sexta-feira, a partir das 21.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do sector da Saúde da ORL sobre a situação política e as eleições autárquicas, com a participação do camarada José Casanova: segunda-feira, dia 18, às 21.00, no Centro de Trabalho Vitória.

"As Eleições Autárquicas e a Alternativa Democrática" - debate dirigido aos trabalhadores do distrito de Lisboa,

com a participação do camarada Álvaro Cunhal. Na Sala Petrópolis do Hotel Altis, terça-feira, dia 19, às 18.30

LOURES

Apresentação pública dos candidatos da CDU à Freguesia de Sto. Antão do Tojal: na Sociedade Recreativa de A-das-Lebres, domingo às 15.00. No mesmo local, a partir das 13.00, almoço-convívio.

OBRAS

Reunião de Reformados de Caracavelos sobre as eleições autárquicas e o papel dos reformados: no Centro de Trabalho de Sassoeiros, hoje, quinta-feira, às 15.30.

OLHÃO

Debate público sobre "A Qualidade da Água em Olhão", promovido pela CDU, com a participação do geólogo Fernando Peixinho e de candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho: sábado às 17.00 no salão nobre da Câmara Municipal de Olhão.

PORTO

Festa popular promovida pela CDU no Ginásio da Escola Secundária Carolina Michaelis, para apresentação pública dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos da cidade do Porto, com a participação do camarada Álvaro Cunhal. Sexta-feira, às 21.30.

Debate sobre a Reforma do Ensino, promovido pela Organização dos Professores do Porto, com a participação dos camaradas Edgar Correia e José Calçada: sábado, a partir

das 15.00, no auditório da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso.

SANTARÉM

Sábado, visita do camarada Álvaro Cunhal, que participará nas seguintes iniciativas:

- Fazendas de Almeirim: almoço-convívio e de apresentação dos candidatos, às 13.00, na Casa Cantarrilha (Rua dos Paços).
- Carregueira (Chamusca): encontro com a população, na Largo da Igreja, às 15.30.

- Alpiarça: recepção na nova sede dos Bombeiros Municipais e da Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Maio. Às 17.00.

- Rio Maior: inauguração do Centro de Trabalho do PCP (Rua D. Fernando I, nº 12). Às 18.30.
- Às 20.00: jantar-convívio com candidatos e apoiantes da CDU no Restaurante Avis.

SINTRA

Carlos Carvalhas, acompanhado pelo candidato da CDU à Presidência da CM, visita hoje, quinta-feira, a empresa ANODIL, no Cacém, às 10.00, e o complexo turístico da Quinta da Penha Longa, às 11.00. Às 15.00 terá um encontro com empresários e agentes de Turismo e Hotelaria no Palácio Valenças, em Sintra.

Forum "Sintra Melhor": sábado, a partir das 16.00, no auditório principal do Centro Paroquial de Rio de Mouro. Apresentação pública dos candidatos à CM, AM e Assembleias de Freguesia do concelho de Sintra e do Programa Eleitoral da CDU. Participam

Agenda

LISBOA

Sexta-feira, às 20 h.
na Casa do Alentejo

Jantar-convívio de candidatos do PCP nas listas da Coligação "Com Lisboa"

Participação de
Carlos Carvalhas

Secretário-geral do PCP

(inscrições nos Centros de Trabalho da cidade de Lisboa)

Lino Paulo e outros candidatos e ainda o camarada José Casanova.

Jantar de apresentação dos candidatos da CDU às três freguesias da Vila de Sintra, com a participação de Lino Paulo, candidato à presidência da CM, e de Luís Sá: sexta-feira às 20.30 no Restaurante Apeadeiro (Av. Miguel Bombarda, 3-A, r/c-Sintra).

Visita ao Mercado Rio de Mouro de Lino Paulo e de outros candidatos à CM de Sintra e de Maria Alice, candidata à presidência da JF de Rio de Mouro: sábado a partir das 10.00.

SEIXAL

Inauguração da sede da CDU em Fernão Ferro (Rua Luís de Camões, 436, r/c, Dº - junto à Esc. Prim. nº 2): domingo às 11.00.

SETÚBAL

Visita dos deputados do Parlamento Europeu ao distrito na sexta-feira, dia 15: em Sesimbra, de manhã, encontro com dirigentes das pescas, visita às lotas e obras do porto; no Barreiro, às 16.00,

reunião com as ORT's da Quimiparque, e às 21.30, na Biblioteca Municipal, sessão pública sobre "Emprego, Desemprego, Crise Social"; às 18.30, na Moita, encontro (na Junta de Freguesia da Baixa da Banheira) com candidatos e eleitos da CDU e debate sobre "Fundo comunitário, Quadro II, PDR".

VILA FRANCA DE XIRA

Debate sobre Habitação, promovido pela CDU Vila Franca de Xira no âmbito do ciclo de debates "Um Programa à nossa maneira": hoje, quinta-feira, às 21.30, no Espaço CDU (Rua Serpa Pinto, 79).

Sobralinho: plenário geral de militantes do Partido residentes na freguesia: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho do Sobralinho.

VILA NOVA DE GAIA

Jantar-convívio dos candidatos e apoiantes da CDU das freguesias ribeirinhas de Gaia com o camarada Álvaro Cunhal: amanhã, sexta-feira, às 19.45, no restaurante "Sereia da Costa Verde".

SEIXAL

Inauguração da sede da CDU em Fernão Ferro (Rua Luís de Camões, 436, r/c, dto. - junto à Escola Primária nº 2): domingo às 11.00.

GRANDE NOITE FADO PELA CDU

16 OUTUBRO
A PARTIR DAS 21,30 HORAS
C.T. Vitória

Entrada Livre

Fadistas

ARMÉNIO SILVA
AMÁLIA VIEIRA
ANTÓNIO MAIA
ABÍLIO DUARTE
LUIA VIEIRA
LINA COSTA
OLÍMPIO LOPES
CHICO MACHADO

MARINHO
MARIA DA PAZ
ZÉ RODRIGUES
QUITARRA
ARMANDO PEREIRA
VIOLA
VITAL ASSUNÇÃO

Serviço de BAR

COM

Bacalhau assado
Chouriço assado
Caldo Verde

Álvaro Cunhal

no distrito de
Santarém

Sábado, dia 16

Fazendas de Almeirim

Almoço-convívio de apoiantes da CDU na Casa Cantarrilha, às 13 h.
Carregueira (Chamusca)

Encontro com a população no Largo da Igreja, às 15.30 h.

Alpiarça

Recepção na nova sede dos Bombeiros Municipais/Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Maio, às 17 h.

Rio Maior

Inauguração do CT do PCP (R. D. Fernando I), às 18.30 h.

Jantar-convívio da CDU

no Restaurante Avis, às 20 h.

FESTA POPULAR

GINÁSIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA
CAROLINA MICHAELIS

à Ramada Alta - entrada pela Rua Paula Vicente

6ª feira / 15 Outubro / 21.30 horas

APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS DA CDU

À CIDADE DO PORTO

com a participação de

ÁLVARO CUNHAL

ESPECTÁCULO com o conjunto
ANTÓNIO MAFRA

Almoço-convívio da CDU das zonas ribeirinhas de Gaia

com a participação de

Álvaro Cunhal

Sexta-feira, às 19.45,
no restaurante "Sereia da Costa Verde"

Debate
com
Álvaro Cunhal:

"As Eleições Autárquicas e a Alternativa Democrática"

3ª feira, dia 19, às 18.30 h.
no Hotel Altis (Sala Petrópolis)

SINTRA

Carlos Carvalhas, acompanhado pelo candidato da CDU à Presidência da CM, visita hoje, quinta-feira, a empresa ANODIL, no Cacém, às 10.00, e o complexo turístico da Quinta da Penha Longa, às 11.00. Às 15.00 terá um encontro com empresários e agentes de Turismo e Hotelaria no Palácio Valenças, em Sintra.

Forum "Sintra Melhor": sábado, a partir das 16.00, no auditório principal do Centro Paroquial de Rio de Mouro. Apresentação pública dos candidatos à CM, AM e Assembleias de Freguesia do concelho de Sintra e do Programa Eleitoral da CDU. Participam Lino Paulo e outros candidatos e ainda o camarada José Casanova.

FORUM CDU SINTRA

AUDITÓRIO PRINCIPAL DO CENTRO PAROQUIAL DE RIO DE MOURO (IGREJA PAROQUIAL DE RIO DE MOURO)

16 DE OUTUBRO DE 1993
15 HORAS

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DOS CANDIDATOS:
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA
PROGRAMA ELEITORAL DA CDU

CDU - SINTRA
A MUDANÇA
SEGURA



... É COM A CDU!

SINTRA MELHOR

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 14

- 08.00 Bom dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 O Treinador
- 10.00 Pela Manhã
- 12.00 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Supermercado Americano
- 14.25 O Viajante no Tempo
- 15.15 Aconteceu Amanhã (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Agora Escolha!
- 18.20 Caderno Diário
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 O Dono do Mundo
- 21.35 Isto... Só Vídeo!
- 22.00 Você é Excepcional
- 23.05 Vietnam
- 24.00 24 Horas

- 11.00 Infantil
- 12.00 Uma Família no Jardim

Sexta, 15

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.30 Crônicas de Narnia
- 10.00 Pela Manhã
- 12.00 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Desportos Fantásticos
- 14.25 Viajante no Tempo
- 15.15 Queridos Pais (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Agora Escolha!
- 18.20 Caderno Diário
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 O Dono do Mundo



Sábado, 16

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 11.30 Luta Livre Americana
- 12.30 Magia
- 13.10 Parlamento
- 13.55 Clube Disney
- 15.15 Ambição de Glória (ver «Filmes na TV»)
- 17.20 Beverly Hill's 90210
- 18.20 Clube Paraíso
- 18.55 Palavra Puxa Palavra
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.30 Maria Elisa Entrevista...
- 21.00 Despedida de Solteiro
- 22.05 Parabéns
- 23.40 Uma Mulher Chamada Jackie
- 00.30 Jogando com o Fogo (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.25 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 O Diabólico Dr. Mabuse (ver «Filmes na TV»)
- 13.40 Tauromaquia
- 14.10 A Família Chisholms
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 15.00 Errie Indiana
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.15 Desenhos Animados
- 22.25 Mau Tempo no Canal

Domingo, 17

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.00 Sem Limites
- 12.30 A Família Twist
- 13.00 Notícias
- 13.15 Top +
- 14.05 Marés Vivas
- 15.10 O Príncipe da Pensylvania (ver «Filmes na TV»)
- 18.45 Dinossauros
- 19.15 Câmara do Cândido
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Casa Chefa
- 21.10 Despedida de Solteiro
- 22.10 Os Bonecos da Bola
- 22.40 O Polvo
- 00.20 Clips e Spots

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Crime, Disse Ela
- 09.20 Regiões
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.55 Forum Musical
- 12.45 Realce
- 13.10 Gente Remota
- 14.05 Musical: Rod Stewart
- 15.00 TV2 Desporto
- 22.45 Desenhos Animados
- 22.55 Ideias com História (Padre)

Segunda, 18

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.35 O Treinador
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 No Fundo do Mar
- 14.25 O Viajante no Tempo
- 15.25 Um Lugar no Céu (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Agora Escolha!
- 18.20 Roda da Sorte
- 19.00 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.40 O Dono do Mundo
- 21.40 Os Inocentes
- 22.10 Concurso "Entre Famílias"
- 23.30 Querido John
- 24.00 24 Horas

- 11.00 Infantil
- 12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
- 12.45 Sobreviver
- 13.35 As Aventuras de Robin Hood
- 14.00 Departamento S
- 15.00 Ponto por Ponto
- 16.00 Colombo e a Idade das Descobertas
- 16.55 Liceu Degrassi
- 17.25 Temas e Teimas
- 18.05 Vamp
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.00 Magazine: "Cinema"
- 20.30 Coisas de Homens
- 21.20 Desenhos Animados
- 21.35 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.20 Remate
- 23.30 Ouvir e Falar
- 00.30 Piazza Navona

Terça, 19

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 O Treinador
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Q.E.D.
- 14.25 O Viajante no Tempo
- 14.45 A Década Prodigiosa (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Agora Escolha!
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.00 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 O Dono do Mundo
- 21.40 Cuidado com as Imitações

Quarta, 20

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 O Treinador
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Terras do Noroeste
- 14.25 O Viajante no Tempo
- 15.15 Zazie no Metro (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Agora Escolha!
- 18.20 Roda da Sorte
- 19.00 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 O Dono do Mundo
- 21.35 Sozinhos em Casa



Em complemento ao ciclo Ingmar Bergman, actualmente em curso na TV2, «Artes e Letras» apresenta na próxima sexta-feira um documentário sobre as ideias e a obra do realizador

À beira do fim, Canal 1, a VI série de «O Polvo», histórias de corrupção nos meios Italianos do poder

- 23.50 Opera: «Madame Butterfly»
- 02.15 Cartas em Cadeia (ver «Filmes na TV»)

- António Vieira, Maquiavel e Nero
- 24.00 Estranha Viagem (ver «Filmes na TV»)

- Zoológico
- 12.50 Sobreviver
- 13.40 As Aventuras de Robin Hood
- 14.10 Departamento S
- 15.05 Ponto por Ponto
- 16.00 Força Bruta
- 16.55 Liceu Degrassi
- 17.25 Jogo de Damas
- 18.15 Vamp
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.00 Magazine "Viver com Saúde"
- 20.30 A Dança
- 21.35 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP - Financial Times
- 23.15 Remate
- 23.25 Casa Comum
- 00.25 O Vigilante da Estrada

- 21.40 Nico d'Obra
- 22.05 Dias de Tempestade (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 24 Horas
- 00.35 O Grande Ajuste de Contas (ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Infantil
- 12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
- 12.50 Sobreviver
- 13.30 As Aventuras de Robin Hood
- 14.00 Departamento S
- 14.55 Ponto por Ponto
- 15.35 O Mundo Animal
- 16.30 Liceu Degrassi
- 17.00 Jogo de Damas
- 17.50 Vamp
- 18.45 Um, Dó, Li, Tá
- 19.15 Outras Margens
- 19.45 A Bruma da Memória
- 20.20 Artes e Letras: «O Mundo de Ingmar Bergman»
- 21.30 Desenhos Animados
- 21.40 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP - Financial Times
- 23.15 Remate
- 23.25 Sexualidades
- 23.55 Irmãs
- 00.45 Uma Luz nas Trevas (ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
- 13.30 Dra. Quinn
- 14.30 Notícias
- 14.30 A Guerra de Tróia (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Raven
- 17.30 Grandes Planos
- 18.00 Portugal Radical
- 18.30 Melrose
- 19.20 Benny Hill
- 19.50 Retrato de Mulher
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.10 Repórter da Mela-Noite
- 23.00 Água na Boca
- 23.50 Diários Eróticos
- 00.20 Último Jornal
- 00.45 Cara Chapada
- 01.15 Boxe
- 02.15 MTV

- 12.00 Prova de Superbikes no Estoril
- 13.20 Programa Infantil/Juvenil
- 14.20 Notícias
- 14.40 O Amor Tem Destas Coisas (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Tarzan
- 17.00 O Santo
- 18.00 Labirinto
- 18.30 Os Imortais
- 19.20 Cosby Show
- 19.50 Retrato de Mulher
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Fronteira Sangrenta (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Conversas Curtas
- 00.30 Último Jornal
- 00.55 Espiões
- 01.25 MTV

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.40 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Minas e Armadilhas
- 22.00 Casos de Polícia
- 23.00 Corações em Chamas
- 23.30 Último Jornal
- 23.55 Os Donos da Bola
- 00.10 Atitudes Britânicas
- 01.10 MTV

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.40 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Chuva de Estrelas
- 22.30 Na Cama Com...
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Os Donos da Bola
- 00.10 Playboy
- 01.00 Trágico Encontro (ver «Filmes na TV»)

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Os Bastidores do Espectáculo
- 11.30 Momentos de Glória
- 13.00 Desporto - Contra-Ataque
- 14.30 Lágrimas (compacto)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Desculpe, Onde Fica o Far-West? (ver «Filmes na TV»)
- 22.05 Rosa Baiana
- 23.35 Ponto Final
- 23.55 O Regresso das Baleias (ver «Filmes na TV»)

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Quatro Ventos
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.20 Rica Saúde
- 13.45 O Tio Carlos
- 15.00 País Real
- 16.00 Queridos Inimigos
- 17.20 Forum
- 18.30 O Novo Caminho das Estrelas
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Ronanem em Nova Iorque (ver «Filmes na TV»)
- 22.05 Rosa Baiana

Regina Duarte regressa aos problemas da mulher na sociedade brasileira actual com «Retratos de Mulher», uma mini-série a transmitir ao sábado e ao domingo na SIC

- 12.00 Animação
- 12.25 A Casa do Tio Carlos
- 12.55 A Amiga Olga
- 13.30 Topázio
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 17.00 Animação
- 17.20 A Casa do Tio Carlos
- 18.00 Quem Sai aos Seus
- 18.25 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.25 Animação
- 21.40 Irmãos de Sangue
- 22.30 Pesadelo (ver «Filmes na TV»)
- Debate sobre o Filme
- 00.30 Ponto Final
- 00.50 Hunter

- 12.00 Animação
- 12.25 A Casa do Tio Carlos
- 12.55 A Amiga Olga
- 13.25 Topázio
- 14.15 Meteorologia
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 17.00 Animação
- 17.30 A Casa do Tio Carlos
- 18.00 Quem Sai aos Seus
- 18.30 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.20 Animação
- 21.40 Céus de África
- 22.10 Artur Albarran (convidado: António Guterres)
- 23.40 Ponto Final
- 00.15 Três Mulheres (ver «Filmes na TV»)



- 22.05 As Noivas de Copacabana
- 23.00 Repórteres
- 24.00 24 Horas

- 22.15 Vamos Jogar no Totobola
- 22.25 Thelma & Louise (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 24 Horas

- 11.00 Infantil
- 12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
- 12.50 Sobreviver
- 13.40 As Aventuras de Robin Hood
- 14.10 Departamento S
- 15.05 Ponto por Ponto
- 15.50 Para Além do Ano 2000
- 16.45 Liceu Degrassi
- 17.50 Temas e Teimas
- 18.20 Vamp
- 19.05 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Magazine: "Ecologia/Ciência"
- 20.30 Os Trintões
- 21.20 Desenhos Animados
- 21.35 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP/Financial Times
- 23.30 Tramas de Seda
- 00.35 Rotações

- 11.00 Infantil
- 12.00 Clínica Veterinária
- 12.50 Sobreviver
- 13.40 As Aventuras de Robin Hood
- 14.05 Departamento S
- 15.05 Ponto por Ponto
- 16.00 O Segundo Imperativo
- 16.50 Liceu Degrassi
- 17.30 Temas e Teimas
- 18.10 Vamp
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.00 Magazine: "Ver Artes"
- 20.30 Gente de Hollywood
- 21.35 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.20 Remate
- 23.25 Crimes
- 00.50 A Ponte de Brooklyn

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.40 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.30 Prémios Europa de Televisão
- 23.30 A Bolsa e a Vida
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Os Donos da Bola
- 00.10 Atitudes Britânicas
- 01.00 MTV

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.40 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.30 Prémios Europa de Televisão
- 23.30 A Bolsa e a Vida
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Os Donos da Bola
- 00.10 Atitudes Britânicas
- 01.00 MTV

- 12.00 Animação
- 12.25 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Topázio
- 14.25 Meteorologia
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.20 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.20 A Casa do Tio Carlos
- 17.55 Quem Sai aos Seus
- 18.20 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.20 Animação
- 21.40 Acção Executiva (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Ponto Final
- 23.35 Prova dos Nove
- 00.05 Telemotor
- 00.35 Hunter

- 12.00 Animação
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Topázio
- 14.25 Meteorologia
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.20 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.20 A Casa do Tio Carlos
- 17.55 Quem Sai aos Seus
- 18.20 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.20 Animação
- 21.40 Queridos Inimigos
- 23.05 Sirenes
- 23.50 Ponto Final
- 00.10 Quarta a Fundo
- 00.40 Hunter

Filmes na TV

QUINTA, 14

Aconteceu Amanhã

«It Happened Tomorrow» (EUA/1943). Real.: René Clair. Int.: Dick Powell, Linda Darnell, Jack Oakie, Edgar Kennedy, John Phillip. P/B, 80 min. Ver *Destaque*. (15.15, Canal 1)

Pesadelo

«Darkness Before Dawn» (EUA). Real.: John Patterson. Int.: Meredith Baxter, Stephen Lang, Gwyneth Walsh, Scott Caldwell. Cor. *Drama*. (22.30, Quatro)

SEXTA, 15

Queridos Pais

«Les Parents Terribles» (Fr./1948). Real.: Jean Cocteau. Int.: Yvonne De Bray, Jean Marais, Gabrielle Dorziat, Josette Day. P/B, 96 min. Ver *Destaque*. (15.10, Canal 1)

Dias de Tempestade

«Days of Thunder» (EUA/1990). Real.: Tony Scott. Int.: Tom Cruise, Robert Duvall, Nicole Kidman, Randy Quaid, Cary Elwes. Cor, 107 min. Ver *Destaque*. (22.05, Canal 1)

Três Mulheres

«Three Women» (EUA/1977). Real.: Robert Altman. Int.: Sissy Spacek, Shelley Duvall, Janice Rule, Robert Fortier. Cor, 100 min. Ver *Destaque*. (00.05, Quatro)

O Grande

Ajuste de Contas

«Ho!» (Fr./It./1968). Real.: Robert Enrico. Int.: Jean-Paul Belmondo, Joanna Shimkus, Paul Crauchet, Stéphane Fey, Tony Taffin. Cor, 103 min. *Policial*. (00.35, Canal 1)

Trágico Encontro

«Stranger Within» (EUA/1990). Real.: Tom Holland. Int.: Rick Schroder, Chris Srandon, Kate Jackson. Cor, 100 min. *Melodrama*. (01.00, SIC)

Uma Luz nas Trevas

«Musik i Morker» (Suécia/1947). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Mai Zetterling, Birger Malmsten, Bengt Eklund, Olof Winnerstrand. P/B, 83 min. Ver *Destaque*. (01.05, TV 2)

SÁBADO, 16

O Diabólico Dr. Mabuse

«Die Tausend Augen des Dr. Mabuse» (RFA./Fr./It./1960). Real.: Fritz Lang. Int.: Dawn Adams, Peter Van Eyck, Gert Frobe. P/B, 99 min. Ver *Destaque*. (12.00, TV 2)

A Guerra de Tróia

«La Guerra di Troia» (It./Fr./1961). Real.: Giorgio Ferroni. Int.: Steve Reeves, Sylvia Koscina, Juliette Mayniel, John Barrymore. Cor, 105 min. *Histórico*. (14.40, SIC)

Ambição de Glória

«The Blue Max» (Gr.Br./1966). Real.: John Guillermin. Int.: George Peppard, James Mason, Ursula Andress, Jeremy Kemp. Cor, 147 min. *Guerra*. (15.15, Canal 1)

Desculpe, Onde Fica o Far-West?

«The Frisco Kid» (EUA/1979). Real.: Robert Aldrich. Int.: Gene Wilder, Harrison Ford, Ramon Bieri, Val Bisoglio. Cor, 122 min. Ver *Destaque*. (20.05, Quatro)

O Regresso das Baleias

«When the Wales Came» (Gr.Br./1989). Real.: Clive Rees. Int.: Helen Mirren, Paul Scofield, David Suchet, Jeremy Kemp. Cor, 100 min. *Drama*. (00.00, Quatro)

Jogando com o Fogo

«Into the Fire» (Can./1987). Real.: Graeme Campbell. Int.: Susan Anspach, Olivia D' Abo, Art Hindle, Lee Montgomery. Cor, 93 min. «Thriller». (00.30, Canal 1)

Cartas em Cadeia

«Chain Letters» (EUA/1985). Real.: Mark Rappaport. Int.: Mark Arnott, Reed Bimey, David Brisbin, Randy Danson, Daniel Davis. Cor, 105 min. *Comédia*. (02.15, TV 2)

DOMINGO, 17

O Amor

Tem Destas Coisas

«She'll Take Romance» (EUA/1990). Real.: Piers Haggard. Int.: Linda Evans, Tom Skerritt, Larry Poindexter. Cor, 94 min. *Comédia Romântica*. (13.30, SIC)

O Príncipe da Pensilvânia

«The Prince of Pennsylvania» (EUA/1988). Real.: Ron Nyswaner. Int.: Fred Ward, Keanu Reeves, Bonnie Bedelia, Amy Madigan. Cor, 90 min. *Drama*. (15.10, Canal 1)

Romance em Nova Iorque

«They All Laughed» (EUA/1981). Real.: Peter Bogdanovich. Int.: Audrey Hepburn, Ben Gazzara, John Ritter, Sean Ferrer. Cor, 115 min. Ver *Destaque*. (20.05, Quatro)

Fronteira Sangrenta

«Borderline» (EUA/1980). Real.: Jerrold Freeman. Int.: Charles Bronson, Bruno Kirby, Bert Remsen, Michael Lerner, Kenneth McMillan. Cor, 105 min. *Drama*. (21.30, SIC)

Estranha Viagem

«Une Étrange Voyage» (Fr./1980). Real.: Alain Cavalier. Int.: Jean Rochefort, Camille de Casabianca, Arlette Bonnard. Cor, 96 min. *Drama*. (24.00, TV 2)

SEGUNDA, 18

Um Lugar no Céu

«Cabin in the Sky» (EUA/1943). Real.: Vincent Minnelli. Int.: Eddie «Rochester» Anderson, Lena Horne, Ethel Waters, Louis Armstrong, Rex Ingram, Orquestra de Duke Ellington, Coro de Hall Johnson. P/B, 100 min. Ver *Destaque*. (15.15, Canal 1)

Rocky IV

«Rocky IV» (EUA/1985). Real.: Sylvester Stallone. Int.: Sylvester Stallone, Dolph Lundgren, Carl Weathers, Talia Shire, Burt Young. Cor, 91 min. *Drama*. (21.30, SIC)

TERÇA, 19

A Década Prodigiosa

«La Décade Prodigieuse» (Fr./1971). Real.: Claude Chabrol. Int.: Orson Welles, Anthony Perkins, Michel Piccoli, Marlène Jobert. Cor, 110 min. Ver *Destaque*. (15.15, Canal 1)

Acção Executiva

«Executive Action» (EUA/1973). Real.: David Miller. Int.: Burt Lancaster, Robert Ryan, Will Geer, Gilbert Green, John Anderson. Cor, 91 min. Ver *Destaque*. (21.40, Quatro)

QUARTA, 20

Zazie no Metro

«Zazie dans le Métro» (Fr./1959). Real.: François Truffaut. Int.: Catherine Demongeot, Philippe Noiret, Vittorio Caprioli. Cor, 92 min. Ver *Destaque*. (15.15, Canal 1)

Thelma & Louise

«Thelma & Louise» (EUA/1991). Real.: Ridley Scott. Int.: Susan Sarandon, Geena Davis, Harvey Keitel. Cor, 125 min. Ver *Destaque*. (22.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Aconteceu Amanhã

(Quinta, 15.15, Canal 1)

Demonstrando a sua perfeita adaptação a Hollywood, o cineasta francês René Clair ensaiou aqui uma comédia fantástica, fortemente hilariante, que nos conta a história de um jornalista que consegue (através da ajuda de um amigo do Além) tomar conhecimento prévio das notícias que serão publicadas no dia seguinte - o que se revela bastante útil na sua profissão. Simplesmente, o que acontece, é que acaba um belo dia por ler a notícia da sua própria morte e nem as suas «faculdades» o ajudam a escapar-lhe já que (como frequentemente acontece) a notícia é inexacta quanto ao local da morte, pelo que o desfecho é irremediável...



«Thelma & Louise», um filme de Ridley Scott, com Susan Sarandon e Geena Davis

Queridos Pais (Sexta, 15.10, Canal 1)

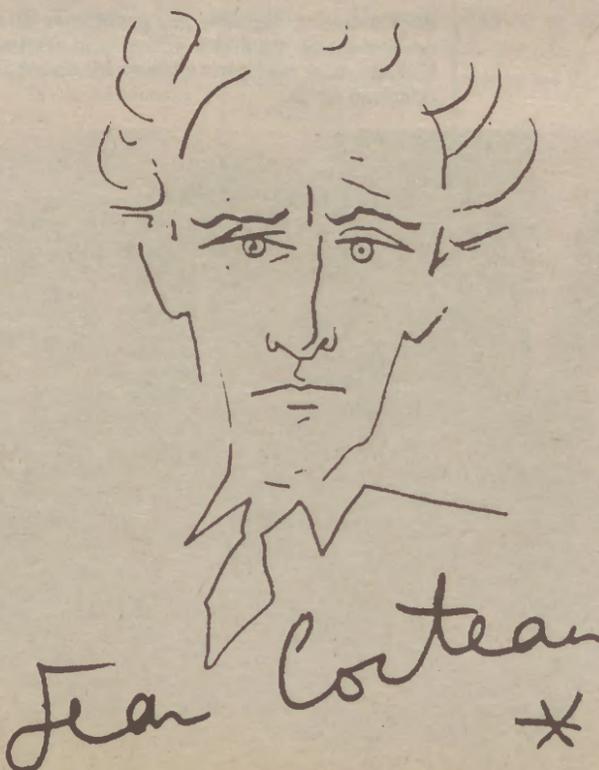
Encenando para o cinema a peça que escrevera para o teatro, Jean Cocteau não escamoteia a origem teatral do texto ao fazer soar as pancadas de Molière logo após o genérico do filme. Passado entre as paredes de um apartamento, o filme faz transparecer o ambiente de autêntica claustrofobia em que se passa o dia-a-dia de uma família da classe média (mãe, pai, filho, sob a presença observadora de uma tia) e é um poderoso estudo das relações incestuosas que morbidamente unem duas das personagens. Um filme declaradamente literário e teatral que, segundo o próprio Cocteau, foi preciso realizar para que «o projecto teatral se exprimisse enfim livremente».

Dias de Tempestade (Sexta, 22.05, Canal 1)

Um mês após a exibição de *Top Gun - Asas Indomáveis*, o mesmo Canal 1 repete aqui outra dose de «cinema-espectáculo» que a parilha Tony Scott (realizador) e Tom Cruise (actor principal) nesse filme ensaiara com assinalável êxito de bilheteira. Os aviões de combate cedem agora o lugar aos carros de corrida - o que é remédio certo para algumas sequências para encher o olho - a «miúda» passa a ser Nicole Kidman (e ajuda a compor bastas vezes a imagem) mas é penoso ver Robert Duvall metido nesta aventura, aliás desastrosa, de um filme menor que nem sequer caiu no goto do público.

Três Mulheres (Sexta, 00.05, Quatro)

Continuando o ciclo dedicado ao realizador Robert Altman, a Quatro apresenta hoje um filme que não é dos mais sugestivos e agradáveis da sua filmografia. Sendo impossível não comparar o resultado deste filme com essas outras obras cinematográficas sobre mulheres que engrandeceram o cinema de um Cukor, de um Bergman ou de um Antonioni, *Três Mulheres*, como o título indica é uma história em que se cruzam os caminhos, as paixões e os dramas de três personagens femininas complexas, excelentemente interpretadas por Sissy Spacek, Shelley Duvall e Janice Rule. Mas o filme, pela sua estrutura fora do comum, foi sobretudo exaltado pelos fãs de Altman, contribuindo ao mesmo tempo para o agravamento de um momento de crise na carreira do realizador.



Jean Cocteau, por ele próprio, e Jean Marais, intérprete principal de «Queridos Pais»

Uma Luz nas Trevas (Sexta, 01.05, TV 2)

Ainda não é desta que vamos encontrar o grande Bergman que se avizinha no ciclo que lhe é dedicado pela TV 2. Mas a visão desta obra dos princípios da sua carreira - um melodrama ultraconvencional girando à volta das agruras de um homem inválido que ficou cego por ter tentado salvar um cão durante um exercício de tiro - é oportuna para se conhecer melhor a progressiva evolução de um dos maiores cineastas europeus.

O Diabólico Dr. Mabuse (Sábado, 12.00, TV 2)

Pelo contrário, este filme da maturidade de um outro grande realizador europeu - Fritz Lang - segue-se, na sua filmografia, a duas outras obras que realizou após o seu definitivo regresso à Europa, vindo do exílio americano (*O Tigre de Eschnapur* e *O Túmulo Índio*, ambos transmitidos há tempos pela mesma TV 2), e é uma obra fundamental cuja visão é obrigatória. Lang regressa também, cerca de quarenta anos depois, à mesma personagem tenebrosa e demoníaca que havia exemplarmente tratado nas suas obras-primas *Dr. Mabuse e O Testamento do Dr. Mabuse*, desta vez com a acção situada nos anos 50.

Desculpe, Onde Fica o Far-West?

(Sábado, 20.05, Quatro)

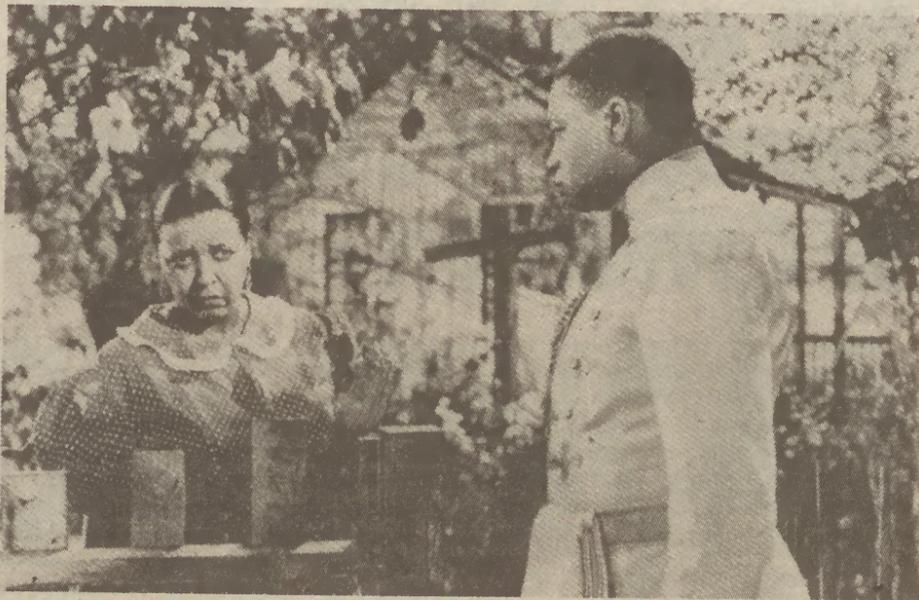
Penúltimo filme realizado por Robert Aldrich antes da sua morte, ele é já manifestamente um produto pertencente a uma época em que esmorecia em definitivo a estrela deste excelente realizador norte-americano. Desta vez, Aldrich aventura-se pelos terrenos da comédia, servindo-se do apoio de Gene Wilder (cujos *tiques* de representação são, para alguns, entre os quais nos contamos, por vezes insuportáveis) no papel de um rabino polaco e de Harrison Ford na pele de um jovem bandido, numa história idiota em que ambos se conhecem e tornam amigos ao longo de uma travessia pelos EUA. Um fim de carreira para esquecer.

Romance em Nova Iorque

(Domingo, 20.05, Quatro)

Construída a partir de uma série de casos cruzados de rompimento e traição conjugal que algumas clientes do sexo feminino

procuram resolver com o auxílio de uma agência de detectives privados, Peter Bogdanovitch constrói esta comédia de forma bastante irregular, aliás um pouco na mesma linha de altos e baixos (mais estes do que aqueles) que ficaram a marcar a sua carreira. Independentemente do bom gosto e desenvoltura de algumas cenas e do sorriso que fica a sublinhar algumas sequências, o filme não chega a afirmar-se como uma obra bem sucedida. Pecha que, aliás, marcou a relativamente curta filmografia de uma personalidade de talento que sobretudo brilhou a grande altura na crítica cinematográfica norte-americana.



Ethel Waters e Kenneth Spencer em «Um Lugar no Céu», de Vincent Minnelli

Um Lugar no Céu
(Segunda, 15.15, Canal 1)

Perante o panorama pouco entusiasmante que (à excepção de algumas sessões da tarde) ficou a marcar a segunda metade da semana televisiva, no que à programação cinematográfica se refere, o filme escolhido pelo Canal 1 para a primeira *matinée* de uma nova semana suscita renovados entusiasmos, pelo menos aos cinéfilos inveterados. Não que se trate de uma obra indispensável na filmografia de Vincent Minnelli - o seu re-idealizador - mas porque se trata de uma curiosidade que haverá interesse em rever: nada mais nada menos do que o filme com que o grande mestre do cinema musical se estreou na sétima arte, naturalmente adaptando um *musical* da Broadway. Aqui, numa comédia exclusivamente interpretada por actores, actrizes, cantores e músicos negros, que é uma espécie de fábula - com algumas tonalidades racistas, diga-se de passagem -, conta-se a fantasia de um homem que sonha com o destino da sua alma. Um filme em que, como é natural, brilha o Jazz de Ellington e Armstrong, a dança de John Bubbles e as canções de Ethel Waters.

A Década Prodígiosa (Terça, 15.15, Canal 1)

E a decepção atinge, de novo, as melhores esperanças dos amantes do cinema, tanto mais que agora ela é provocada por um filme realizado por um grande cineasta francês - Claude Chabrol - tendo à sua disposição, como actores principais, nada menos do que Orson Welles ou Anthony Perkins. História fortemente metafísica sobre amores terríveis, perturbações mentais, dramáticos suicídios e terríveis maquinações, passadas no seio de um triângulo constituído por um casal e o seu filho adoptivo, não só a realização é completamente falhada como, ainda por cima, Welles faz passar o seu por vezes insuportável cabotismo por todo o filme, contribuindo em larga escala para o seu descalabro. Uma desgraça nunca vem só.

Acção Executiva (Terça, 21.40, Quatro)

Bom... e as coisas vão de mal a pior! Agora é a Quatro que também não é capaz de acertar. O elenco - com Burt Lancaster e Robert Ryan à cabeça (o segundo, no seu último filme) - poderia fazer supor que estávamos perante alguma coisa de interessante. O mesmo se poderia dizer do próprio argumento - um *thriller* que se destinava a «esclarecer» o assassinato de J. F. Kennedy. Mas a história é de tal modo afastada da luz que já se fez sobre o assunto, que o filme se transforma num produto absurdo a que nem a tarimba do veterano especialista, que é o realizador David Miller, consegue minimamente dar corpo. Mais um filme para esquecer.

Zazie no Metro (Quarta, 15.10, Canal 1)

Realizador escandalosamente ignorado pelos programadores das nossas televisões, François Truffaut é um dos maiores vultos da cinematografia francesa e chega agora a altura de vermos, pela primeira vez na televisão, um dos seus primeiros e mais interessantes filmes. É a história de uma miúda, Zazie, que chega a Paris para visitar um tio que ganha a vida como «bailarina espanhola» num clube nocturno... Mas uma das coisas que Zazie queria fazer a todo o custo era viajar no Metro da capital francesa. Em vez disso, o tio mostra-lhe a cidade e fá-la conhecer personagens e amigos, todos eles meios loucos e pitorescos, até que acaba por adormecer extenuada, à noite, para acabar por partir no dia seguinte, sem ter conseguido ver o Metro... Adaptado por Louis Malle e Jean-Paul Rappeneau de uma obra de Raymond Queneau (projecto, aliás, de difícil concretização), o filme resulta numa comédia extremamente divertida e absurda, um pouco à maneira do cinema mudo americano, encaixada com talento por Truffaut.

Thelma & Louise (Quarta, 22.25, Canal 1)

Posto em cena com inegável brilhantismo por um realizador inteligente - Ridley Scott - que, além do mais, tem marcado as suas obras por um inegável sentido do cinema aliado a uma perfeitíssima mestria técnica (como pode comprovar-se em filmes tão diversos como *Alien*, *Blade Runner* ou *Cristóvão Colombo*) o filme que o Canal 1 transmite em *Lotação Esgotada* é um «filme de estrada» que tem a particularidade de ser protagonizado por duas mulheres - Thelma e Louise - que, fartas da monotonia e frustração da sua vida quotidiana, decidem gozar em grande um fim-de-semana, tudo acabando por se transformar num inquietante filme de *suspense*. Como principais protagonistas, Susan Sarandon e Geena Davis desempenham aqui dois dos melhores papéis das suas carreiras.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Aqui na Terra	★★★	-	★★
B O Puto	★★	-	★★
C O Último Grande Herói	★★★	-	★★★
D Parque Jurássico	-	★★★★	-
E Sonho da Luz	-	★★★★	-

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. João Botelho - Nimas (14.00, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.
- B - Real. Stephen Frears - King Triplex/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 22.15); Monumental/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 23.45) - Lisboa.
- C - Real. John McTiernan - Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Steven Spielberg - Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (12.00, 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Fonte Nova/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Monumental/Cine Teatro (11.30, 14.15, 16.45, 19.15, 22.00, 00.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/1 (13.45, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.
- E - Real. Victor Erice - King Triplex/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua de S. Francisco Borja, 24 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A DAMA PÉ-DE-CABRA**, adaptação de uma narrativa de Alexandre Herculano, encenação de José Ramalho, pelo grupo Marionetas de Lisboa.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PERDIÇÃO**, de Hélia Correia, encenação de João Mota.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ENTRECAMPOS

Lisboa, De 4ª a sáb., às 21.24. **GENTE SINGULAR**, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de João Brites (reservas pelo tel. 3953290 - Teatro O Bando)

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497017. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00.

SABINA FREIRE, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS BIOMBOS**, de Genet, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **OTHELO**, de Shakespeare, encenação de Joaquim Benite, pelo Teatro Municipal de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso (Sala Estúdio). Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. **À ESPERA DE GODOT**, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TIL

Lisboa, R. Leão de Oliveira, nº 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e fer. às 16.00. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, de H. C. Anderson, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Actínio (s.q.); cosera; nome de letra. 2 - Oceano; passa para fora; discursa; tinta de pintar. 3 - A parte inferior do pão; ermida fora do povoado; criatura. 4 - Flores da roseira; cem metros quadrados; branqueias. 5 - Larvas que se criam nas feridas dos animais; aprende; ramada. 6 - Nascera. 7 - Alumínio (s.q.); patrão; grande quantidade; letra grega. 8 - Ilumina. 9 - Cantiga; carta de jogar; Césio (s.q.); planta do pé. 10 - Móvel onde se come (pl.); argola; omite. 11 - Maior; recinto circular onde se correm os toiros; o tio americano. 12 - Cintura; dama de companhia; aqui está; nocivas. 13 - Arsénio (s.q.); juramentos solenes; igreja episcopal.

VERTICAIS: 1 - Amerício (s.q.); dirigiram-se; cabelo branco. 2 - Temperatura elevada; vara comprida de madeira para impelir, na água, pequenas embarcações (pl.); 3 - Cheias; alegrias. 4 - Pano de arrás; rio da Suíça. 5 - Ósmio (s.q.); ave corredora; atmosfera. 6 - Santo; sacrifica; escudeiro. 7 - Extraíra; trajaram. 8 - Aspecto; acusada. 9 - Pequeno disco; imagem esculpida ou pintada de um santo (pl.). 10 - Altar cristão; peças; lamentos. 11 - Batráquio; áqueles; apelido. 12 - Ribeira portuguesa; saudáveis. 13 - Substância que constitui os favos das abelhas (pl.); rebolam. 14 - Residem; lodos. 15 - Érbio (s.q.); alforjes; Selénio (s.q.).

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

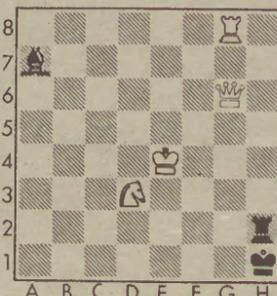
HORIZONTAIS: 1 - Marotos; calaram. 2 - Orada; árida. 3 - Sabe; mais. 4 - Ar; usariam; lá. 5 - Dama; mar; asar. 6 - Asarina; amorosa. 7 - Romã; iram. 8 - Cremosa; amarada. 9 - Rosa; tal; asir. 10 - Ir; avaliam; AM. 11 - Asso; vela. 12 - Ruíam; catas. 13 - Anulara; alisara.

VERTICAIS: 1 - Manada; criada. 2 - Rás; ror. 3 - Ros; marés; aru. 4 - Ora; aroma; sul. 5 - Tabu; imo; Ásia. 6 - Odes; nas; voar. 7 - Sá; ama; ata; má. 8 - RA; al. 9 - CA; ira; ali; cá. 10 - Arma; mim; aval. 11 - Liam; ora; meti. 12 - Adi; arara; lãs. 13 - Rás; somas; asa. 14 - Lãs; dia; 15 - Maçara; armada.

XADREZ

CDXXXII - 14 Outubro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X081
Por: PIERRE BISCAÏ
Le Temps, 6-VIII-1936

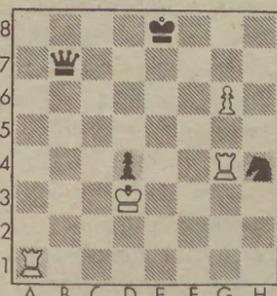
Pr.: [3]: Ba7-Th2-Rh1
Br.: [4]: Cd3-Tg8-Dg6-R64



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X082
POR: K. A. L. KUBBEL
2.º Prémio Schweizerische Schachzeitung, 1935

Pr.: [4]: Pd4-Ch4-Db7-R68
Br.: [4]: Pg6-Ts.a1, g4-Rd3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXII

N.º 1993X081 [P.B.]: 1. Rd5! [Amearca: 2. D64+, Tg2; 3. D:g2+]; T62; 2. Cf2+, B:f2, 3. Dg2+ Se: 2. T:f2; 3. Dg1++

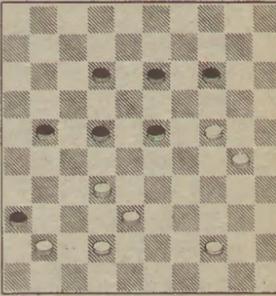
N.º 1993X082 [K.A.L.K.]: 1. T61+, Rf8; 2. g7+, D:g7!; 3. Tf4+!! Cf5!; 4. Tf5+, Rg8; 5. T68+, Rh7; 6. Th5+, Rg6; 7. Teh8!! Rf6; 8. Th8h6+ e ganham.

A. de M. M.

DAMAS

CDXXXII - 14 Outubro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D081
Por: K. BORDON

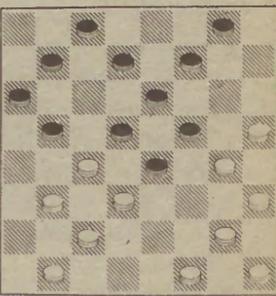
Pr.: [7]: 12-13-14-21-22-23-36
Br.: [7]: 24-30-32-38-41-42-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D082
Golpe N.º 40/93
Por: JOSÉ DA SILVA ALEMÃO
- 2.V.1957

1. 12-15, 23-19; 2. 8-12, 27-23; 3. 11-14, 21-18; 4. 14-21, 25-18; 5. 10-13, 19-14; 6. 6-11, 23-19; 7. 13-17, 30-27; 8. 3-6, 28-23; 9. 6-10, 32-28; 10. 10-13, 23-20 diagrama:



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXII

N.º 1993D081 [K.B.]: 1. 42-37, (36x47=D); 2. 24-19, (47x49); 3. 19x10, (49x27); 4. 10-4=D+

N.º 1993D082 [J. da S.A.]: 11. 17-21, 26-10; 12. 9-13, 18-9; 13. 11-18, 22-13; 14. 5-30=D+

A. de M. M.

Tempo

Céu geralmente muito nublado. Vento fraco ou moderado, com boas abertas nas regiões do Sul.



a talhe de FOICE

Oásis III

A fama do oásis à portuguesa já entrou nos anais da história nacional e quiçá internacional, com a propriedade com que os grandes feitos se preservam da patine do tempo para eternamente viverem na memória das gentes.

É certo que algumas vicissitudes toldaram o brilho do luso invento, mas exige a verdade que se diga e rediga que a culpa - como de resto o comum das culpas - veio de fora.

Invejosos, os nossos vizinhos, europeus em particular e do resto do mundo em geral, não se pouparam a esforços para nos atolar o oásis no deserto. Crises económicas, recessões, desemprego, taxas de juro, terramotos no SME, vacas loucas, peixe espanhol, maçãs sul-africanas, laranjas israelitas, vinho a martelo, pestes suínas, febres de malta, têxteis asiáticos, aços alemães, concorrência desleal, negociações do GATT, reforma da reforma da PAC, crise automóvel, centrais nucleares, encerramentos de minas, excedentes na função pública, mão-de-obra infantil, ect., etc., etc., não faltaram nestes últimos anos, vindos de comboio, barco, carro, avião, bicicleta e a pé e outros eventuais meios de transporte, entrando descaradamente pelas fronteiras que na nossa consabida vocação universalista escancarámos generosamente ao mundo.

Como é sabido, o oásis tremeu mas não caiu. Para sorte nunca por de mais louvada das lusas gentes, o oásis tinha (e tem) um homem ao leme. Só mesmo quem nunca leu o mostrengo é que não percebe que os homens do leme tremem mas não o largam porque há sempre entre nós um el-rei D. João II a lembrar que o descuido é a morte do artista. Vai daí, o nosso homem do leme agarrou-se ao poder com unhas e dentes e berrou para quem o quis ouvir que o oásis português estava para lavar e durar, e que, para quem sobe coqueiros com agilidade de símio, comandar um navio era brincadeira de crianças.

Meu dito, meu feito.

Ainda mal os invejosos do mundo inteiro se tinham refeito do espanto, já o nosso timoneiro, em boa hora rodeado de experimentados marujos, clamava vitória, vitória, ainda não se acabou a história. É que não satisfeitos com um, os timoneiros puxaram dos brios e anunciaram uns aos outros e ao mundo em geral, não um, nem dois, mas três - três, vejam bem - oásis.

Verdes de raiva, os nossos inimigos externos logo se apressaram a redobrar os esforços, e as calúnias e as intrigas e as ciladas para nos quebrar o ânimo. Chegaram ao ponto, imagine-se, de se travestirem das nossas governamentais figuras e aparecerem em público reconhecendo buracos - que digo eu?, crateras, abismos - de milhões de contos no orçamento, de uma centena de contos de dívidas por cada português, crescimentos negativos da economia, aumentos salariais de zero por cento, chantagens com os trabalhadores e um nunca-mais- acabar de vis mentiras. Não fora a suprema capacidade de resistência popular e a esta hora o país teria virado um caos. Felizmente que o homem do leme treme mas não larga o tacho, perdão, o barco.

Navegando de vaga em vaga, Portugal cá vai seguindo no "Oásis III", qual dinastia Ming destinada a reinar pelos séculos fora. Os portugueses, está bom de ver, andam a rebolar-se de contentes. É que se um oásis incomoda muita gente, três oásis incomodam muito mais.

■ AF

PCP denuncia operação de chantagem de Cavaco Silva

A comunicação feita por Cavaco Silva, na terça-feira passada, que condicionava uma alegada redução de impostos pela aceitação, por parte dos parceiros sociais, das condições propostas pelo Governo para o Acordo Social que se discute no Conselho Económico e Social, foi repudiada nesse mesmo dia por uma nota do Gabinete de Imprensa do Partido Comunista Português, que transcrevemos:

1. A comunicação hoje feita pelo primeiro-ministro representa uma intolerável operação de chantagem visando pressionar a assinatura de um acordo profundamente lesivo dos interesses presentes e futuros dos trabalhadores portugueses e constitui mais uma confirmação de que o proclamado «diálogo social» é para o Governo uma mera cobertura para a sua injusta política.

A referida comunicação testemunha flagrantemente que, numa situação de crise económica, o Governo do PSD, em vez de lhe responder com uma política que actue com eficácia sobre as suas causas reais, a única «receita» que apresenta é a penalização de quem trabalha, a redução dos salários reais, a liquidação de direitos e regalias, a inflexível manutenção de uma política conducente ao aumento do desemprego.

2. Entre outras, a comunicação do primeiro-ministro baseia-se em duas monumentais falsificações:

— a primeira é a de ligar exclusivamente a produtividade e a competitividade da economia nacional aos custos salariais esquecendo o peso determinante que nesse âmbito têm a política cambial, as taxas de juro e os encargos financeiros, a não existência de uma

efectiva reestruturação do aparelho produtivo e a gestão e organização das próprias empresas;

— a segunda é a rígida equiparação que pretende fazer entre os níveis de aumentos salariais em Portugal e os aplicados noutros países da CEE, esquecendo-se que nesses países os salários são muito mais altos e a inflação muito mais baixa e esquecendo-se que se os aumentos de salários nominais em Portugal, por falsas razões de competitividade, ficassem atrelados aos de Espanha isso significaria que não só os trabalhadores portugueses nunca mais alcançariam os níveis salariais de Espanha (quanto mais do celebrado «pelotão da frente») mas também que, em termos absolutos, aumentaria o fosso actualmente existente.

3. É ainda de salientar que a promessa, escandalosamente condicionada à celebração de um acordo que consagre a imposição autoritária da vontade do Governo, de actualização dos escalões do IRS não beneficiaria a generalidade dos trabalhadores mas sobretudo aqueles cujos rendimentos estivessem encostados aos limites máximos dos escalões, sendo necessário advertir que a política fiscal do Governo só poderá ser seriamente apreciada quando for conhecido o Orçamento de Estado para 1994 e designadamente quais são as propostas do Governo a respeito da anunciada redução dos benefícios fiscais no IRS e do nível dos impostos indirectos.

4. O PCP confia que os trabalhadores portugueses e as suas organizações representativas terão a razão e a força bastantes para, com a sua intervenção e a sua luta, derrotarem e condenarem ao insucesso este novo gravíssimo passo na escalada contra os seus interesses e direitos que o primeiro-ministro hoje claramente anunciou.

CGTP recusa propostas do Governo «O Primeiro-Ministro mentiu aos portugueses»

A CGTP considerou que a conferência de imprensa dada pelo primeiro-ministro na passada terça-feira «foi a intenção determinada de impor uma descida de salários em 1994» e afirma ser falso o que Cavaco Silva disse sobre o ter «ouvido» todas as confederações, pois a central sindical só tomou conhecimento das propostas do primeiro-ministro através do que se disse na conferência de imprensa. «O primeiro-ministro mentiu aos portugueses quando disse que a actualização dos escalões do IRS em oito por cento significará a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores em um ponto percentual. Tal actualização será praticamente o valor do agravamento do custo de vida em 1993, pois a inflação é hoje, com habitação, superior a 7,5 por cento», diz a Inter.

Em comunicado emitido no mesmo dia das declarações de Cavaco Silva, a CGTP-IN acusa o primeiro-ministro de assumir perante o país «uma atitude de afrontamento dos trabalhadores, suportada em argumentos profundamente falaciosos».

«Defende aumentos salariais para os trabalhadores portugueses em percentagens iguais àquelas que serão aplicadas nos aumentos salariais dos países ricos da Comunidade, esquecendo-se, entretanto, de lembrar:

— os portugueses ganham três a quatro vezes menos do que ganham, em média, os trabalhadores europeus;

— a inflação em Portugal é o dobro da inflação média comunitária;

— temos um salário mínimo de 47 mil e 400 escudos, quando em Espanha é superior a 75 contos e em França 170 contos, etc;

— 80 por cento dos reformados portugueses recebem pensões iguais ou inferiores a 24 mil e 700 escudos;

— os portugueses têm o mais baixo nível de protecção social da Europa;

— os preços de inúmeros produtos, designadamente os alimentares, são iguais ou superiores aos praticados nos países ricos da comunidade».

Propostas inaceitáveis

A CGTP recorda ainda que o próprio Cavaco Silva se comprometeu perante o País que os salários dos portugueses cresceriam mais que nos restantes países europeus.

«O primeiro-ministro insiste em fazer depender a competitividade de uma política de baixos salários. A CGTP-IN lembra que, se à questão da competitividade se resolvesse pelos baixos salários, já seríamos hoje o país mais competitivo da Comunidade», diz ainda a Intersindical.

Mais adiante, a nota afirma que «depois de ouvirmos a intervenção do primeiro-ministro, ficámos com a certeza de que a opção do Governo é única e exclusivamente a de impor aos trabalhadores que paguem a factura do fracasso da sua política económica e financeira», e ainda, «o primeiro-ministro faz uma vergonhosa chantagem sobre os trabalhadores» e «o primeiro-ministro tem consciência de que são inaceitáveis a redução dos salários reais ou aumentos de zero, de três ou de cinco por cento».

Para a CGTP, Cavaco Silva sabe «que os aumentos salariais não dependem de um acordo social, mas sim da falta de vontade política do Governo em defender os interesses dos trabalhadores e das camadas mais desprotegidas da população».

A concluir, a nota afirma: «Esta enorme pressão do Governo sobre os trabalhadores, feita na base de ameaças e da tese da inevitabilidade da não existência de aumentos salariais ou de aumentos muito baixos, visa essencialmente criar, nos próximos dias, um estado psicológico nos trabalhadores e nos portugueses em geral, propício a aceitarem e até valorizarem qualquer acordo que contemple a redução dos salários e a perda de regalias e direitos para os trabalhadores».

No comunicado, a CGTP diz ainda que reforçará a mobilização dos trabalhadores na luta contra esta campanha governamental e que continua convicta que estas propostas do Governo e do patronato jamais poderão merecer a aceitação de qualquer organização sindical.

Tribunal Constitucional com composição completa

Com o voto unânime dos outros juízes conselheiros, foi na segunda-feira cooptado para o Tribunal Constitucional o juiz conselheiro, Dr. Guilherme da Fonseca, ficando assim novamente completa a composição daquele órgão de soberania, preenchendo-se a vaga deixada em aberto pela saída do juiz conselheiro Dr. Mário Brito.

Este expressivo resultado da votação dos membros do Tribunal Constitucional põe termo a uma situação de impasse e resistência que se arrastava desde o mês de Junho. O Dr. Guilherme da Fonseca é actualmente juiz do Supremo Tribunal Administrativo, tendo desempenhado anteriormente funções de Procurador-Geral Adjunto no Tribunal Constitucional.

O Dr. Guilherme da Fonseca foi proposto pelo PCP.



Carlos Carvalhas com pensionistas da UPPSS

Momento da visita de Carlos Carvalhas ao Centro de Dia da União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social (UPPSS), em Lisboa, onde o secretário-geral do PCP salientou que o Partido considera «um direito elementar que assiste a todo o idoso viver em condições de dignidade, livremente decididas, cabendo ao Estado e à sociedade garantir e implementar os serviços sociais necessários ao exercício desse direito»